

# CARTAS CONSPIRADORAS

DE

A. R. SARAIVA.

---

No. 1.

Ao Snr.

José Etevão Coelho de Magalhães.

(2 de Agosto, 1842.)

---

Sapientis est mutare consilium.

---

LONDRES:

IMPRESSA DE SCHULZE E CA., 13, POLAND STREET.

---

1844.



## PREAMBULO.

---

*Do borracho Philippe ao sobrio appello.*

O ajuizado Grego que invocava assim a razão do mui habil Monarcha de Macedonia no estado de sobria reflexão, contra a loucura e paixão de uma embriaguez passageira, fazia honra na verdade com isso áquelle Principe. Se a nossa gente que se diz “ Liberal ” ( ;Deos sabe com que bullas ! ) se desse por offendida com se appellar para o seu bom senso quando lhe devia ter passado a embriaguez politica de ha 10 annos—de cujos effeitos mais tem que envergonhar-se doque applaudir-se,—a sem-razão seria d’ella, não minha.

Não pretendo nem pretenderei jámais *corromper*, maiormente homens por quem sinto estima, e que desejára associar a mim—o soli-

citar a alliança de *Marotos* fique para causas menos honradas e nobres que a minha. O meu objecto é *demonstrar*, é *convencer*; é mostrar o verdadeiro caminho da Honra, do Patriotismo, e da Liberdade, aos que allucinados se metteram n'um errado.

Algun leitor, d'estes que em tudo (principalmente meu) põem senão, hade achar mui feio este meu publicar a carta seguinte, depois do que n'ella mesmo digo de sua confidencialidade. Darei resposta de antemão. Eu, por mim, não tenho objecção alguma á publicação do que assim tenho escrito ou escreva; considerações ou delicadeza pelas pessoas a quem o dirijo me obstam só a publical-o, mesmo fazendo-me isto conta. O Snr. José Estevão, havendo fallado em Lisboa d'esta mesma carta, sabe que por ahi me absolveu do segredo; e tendo fallado até com certa ligeireza, razão de mais para que eu queira fazer outra gente juiz entre elle e mim.

O que mais me cùsta, é ter o Snr. Costa Cabral tambem fincado mordaga na boca, ou anjinhos nos dedos, ao meu Castilhinho da *Restauração*, que tão zelosamente o servia; aliás não deixaria, por certo, o eximio *Mnemonic* de favorecer-me (tão vivo interesse toma no bem dos negocios do Snr. D. Miguel) com seu lembrete sobre a minha desastrosa *indiscrição*; como já fez aqui ha tempos, quando doutamente commentou a *Declaração* do S. João pas-

sado.\* Agradeço ao meu Amiguinho a *mne-*  
*monica* lição ; reconhecendo bem, que todas estas  
 minhas *Indiscrições* devem de incommodal-o, con-  
 sideravelmente, como a seus amaveis Patronos.

Londres, 26 de Março, 1844.

\* Em sua nota (g) á *Declaração* de 24 de Junho, 1843, por mim assinada, em Nome e por Ordem de El-Rei, diz o meu amigo Snr. *J. F. de Castilho* (na sua *Restauração*, do 1º de Setembro):—“ Escolheu “ S. A.” (*scilicet*, S. M. o Senhor D. Miguel) “ sem “ duvida para seu interprete um dos homens mais “ importantes e mais respeitaveis do seu partido, mas “ se precisava de procedimento discreto, andou mal. “ Este mesmo passo, além de outros muitos, é d’isso “ incontestavel prova.”—O *Indiscreto* não se arre-  
 pende d’essas *indiscrições*, nem d’ellas se emenda—a  
 pesar mesmo de se encontrar tão conforme com a da  
*Restauração* a *pesada* autoridade do Redactor do *Portugal-Velho-à-moderna*, que cessou, por especial sus-  
 pensão das *garantias* parece, ainda muito antes da  
 insurreição de Torres-Novas.



Illustrissimo Snr.

José Estevão Coelho de Magalhães.

---

As idéas que tenho de V. S., pelo que da sua pessoa tenho ouvido, e mais ainda pelo que d'ella e por ella tenho visto escrito, é o que me dertermina ao passo que dou escrevendo-lhe esta carta, e remettendo-lhe o que com ella lhe remetto. V. S. faz consistir a Legitimidade no facto ou escolha actual da Nação ; ou antes na conveniencia actual da mesma Nação. Isso me basta ; junto com a tolerancia que tambem V.S. como eu professa. Essa tolerancia lhe fará não objectar a que eu estime e procure conciliar a minha Legitimidade com a sua, ou não rejeitar a minha, se achar que nos fins e nos effeitos, para o bem da Nação e da Sociedade, coincide com a sua.

A primeira condição para o bem-ser da uma nação é a *Unidade social*, a concordia entre os seus membros. Esta Unidade não se en-

tende necessariamente de *todos os individuos* da nação, o que seria absurdo; mas da *grande maioria*, da *maior e melhor parte*, da mais desinteressada de vistas particulares, da mais patriótica em fim.

A definida unidade social não se pode restabelecer em Portugal sem conciliar de todo o “partido” Legitimista ou Miguelista (os nomes sam bagatelas aqui).

Este “partido” Legitimista não pode conciliar-se bem, decente, honrada e utilmente, para si e para seus associados, senão pelos principios do meu systema, isto é, do Systema Nacional Portuguez, de Legitimidade 1º. *nas Cousas*, como principio; 2º. *nas Pessóas*, como consequencia.. O que não for isso hade trazer de necessidade inconsistencia, contradicção, deshonra—isto é, suicidio, aniquilação—para o mesmo “partido.”

Logo, nem o “partido” Legitimista pode com honra, e sem a morte, ceder da sua vera essencia, nem decentemente ser a isso convidado. Tanto mais, quanto o seu systema abraça real, effectiva e juntamente, os principios todos de honra e proveito para as nações—os de Nacionalidade, de Independencia, de Liberdade, de Constitucionalidade, de Representação, ou de intervenção e influencia do Povo na gerencia dos seus negocios. Que o *Correio* de Costa Cabral e o seu *Diario* isto neguem, e affectem não ver no meu systema senão “Despotismo”, “absolutismo”, “for-



cas", "masmorras", "perseguições", "arbitrariedades", entende-se; ¿que havia de ser d'elles se os privassem da logica dos doestos, da calumnia, e dos epithetos insultantes? Mas, ¿que papéis e gente *liberaes* não queiram ver no dito systema o que lá está mui real e verdadeiramente, continuem a tratál-o de "despotico", é o que se não entende em boa razão e honrada franqueza!

Parece-me pois, que no tocante á parte do systema a que eu chamo *Legitimidade nas Cousas*, ninguém com justiça m'-o poderá accusar de illiberal ou de máo; a não querer-se-me negar a historia, a experiencia, e os factos patentes de muitos seculos.

E' pois quanto á *Legitimidade nas Pessoas*, digamol-o ás claras, é quanto á *Pessoa de D. Miguel como o Rei Legitimo*, que inchadas montanhas de difficuldade ou de inconvenientes se levantam—*hoc opus, hic labor est!* ¿E' á vista de um só individuo—e este pobre, perseguido, expatriado, roubado do que era seu, calumniado, denegrido apaixonadamente, ás esmolos, á mercê, de gente estrangeira—, que toda uma Nação, que tres milhões de homens, devem trepidar e tremer como varas verdes!.... ¿Pode elle mais que os dous maiores partidos nacionaes, que todo o Reino?—¿Que objecta confissão de fraqueza denunciám semelhantes sustos!....E se a repugnancia não vem de susto, mas de aversão, por imaginados, ou verdadeiros, erros e vicios antigos, ¿que illiberal

sentimento ingeneroso e mesquinho, que exclue da reconciliação até o possível arrependimento!

Mas dir-me-ham, que “se não crê possível esse arrependimento, ou melhora solida”.—A isso respondo firme e decididamente, como quem do que diz tem perfeita e fundada convicção, que elles *sam facto real e existente*, já não *problema duvidoso*.

Creio poder esperar, ninguém (a não ser a gente do *Correio* ou de Cabral) me accuse de má fé ou de insinceridade n'esta asserção; desprézo quem o fizer; mas poderão taxar-me de enganado eu proprio.

Não me dou por por infallivel em meus conceitos; mas assevero, que não formo, maiormente em cousas tão sérias, de leve os meus juizos e convicções. Todo mundo sabe quaes foram minhas idéas sobre os procederes (em sua maioria) do Governo de El-Rei D. Miguel antes do sua queda. Posso provar irresistivelmente, e o farei sendo necessario, que conservei até mui recentemente essas mesmas idéas. Posso mostrar qual foi minha renitencia e tenacidade em as reter, a difficuldade que tive em ser d'ellas dissuadido. Mudei de opinião; foi porque tive provas e razões para isso convincentes e sufficientes. Esboçarei brevemente o progresso da minha conversão, e seus motivos, com toda a sinceridade e sem disfarce; leia-se, e julgue-se.

Em 27 de Dezembro ultimo (1841) escrevi

a um Amigo, que suppunha em Paris, e disse-lhe incidentalmente (em resposta a certas cartas suas),—“que eu desesperava da verdadeira Regeneração de Portugal, principalmente pela conducta errada e triste de El-Rei D. Miguel, e dos que o rodeavam. Que Portugal, no meu conceito, não podia salvar-se a não ser pelo regresso a seu *antigo* legitimo systema, verdadeiramente livre, e *constitucional*, como base de suas constitucionaes reformas; seguindo n’isso o methodo, só natural, por que procedeu a Inglaterra, &c.”—Succedeu que a pessoa a quem fora dirigida a minha carta havia partido para Roma, sem eu de tal saber, e para lá lh’-a remetteram; recebendo-a alli (só em 17 de Fevereiro), em um masso que abriu na presença de El-Rei, apresentou-a a S. M., que vendo-a, e vendo como n’ella tambem me queixava de seus antigos erros, mandou me escrevessem, *que os reconhecia, e que não se repetiriam mais.*

Foi-me isto escrito, e repetiram-se-me tambem ao mesmo tempo algumas expressões de S. M. mui lisongeiras para mim; mais dizendo-se-me da sua parte, “que elle contava com a minha cooperação”. Respondi a esta carta nos principios de Março, dizendo, que, “quanto a cumprimentos, me não pagava d’elles: do que sim tomava nota era das promessas de mais acerto para o futuro, com emenda de erros, &c.; quanto a cooperação, que, como eu estava firme em não trabalhar

de sorte alguma fóra do meu legitimo systema, só conformando-se com elle sem desviar podiam contar comigo". Esboçava ao mesmo tempo o dito systema—o qual, de resto, era já por El-Rei bem conhecido.

Respondeu-se-me, que se estava determinado a seguir firmemente o mencionado systema, e a trabalhar por elle na Regeneração ou Restauração: assegurando-me ao mesmo tempo quem me escreveu, que a mudança em D. Miguel para melhor, em todo sentido, era total e passmosa, &c.—Dei, não obstante, quarentena, e determinei de informar-me por meios seguros.

Ouvi então casual e confusamente, que o Visconde de Queluz (de quem tinha sabido em Vienna que alli se comportára muito bem, quando lá estivera com o Snr. D. Miguel—e que de certo em quanto esteve ao seu lado em Portugal, até ao meado de 1829, fez com que o Principe se conduzisse muito melhor que depois) se achava de novo na confiança de El-Rei e junto d'Elle.

Eu nunca tal Visconde tinha visto até os primeiros dias de Março de 1837, que, passando em Paris na minha volta de Vienna d'Austria, me fez alli favor de visitar-me. Conversei com elle então, e com prazer achei, que com effeito o homem tinha seu geito, e via com juizo os erros que se tinham commettido, e haviam perdido a causa Realista. Concordando, assim, na justa censura das faltas

commettidas por seu antigo Amo e Bemfeitor, fallou d'Elle, todavia, como homem grato ; desculpando-o sem paixão, e dizendo d'Elle o que na realidade é, ou antes *era*, sem dissimular-lhe os defeitos. Estes defeitos porem, tudo bem considerado, e pondo de parte todas as exagerações suggeridas pela paixão e espirito de partido, eram nem mais nem menos, principalmente depois que Queluz deixára o Paço, os que de muita gente sem as tentações e as facilidades de Rei, expõe o grande Poeta philosopho, como proprios da idade então do Principe :—

*In herbis juvenis, tandem custode remoto,  
Gaudet equis, canibusque, et aprici gramine campi ;  
Cereus in vitium flecti, monitoribus asper,  
Utilium tardus provisor, prodigus ævis,  
Sublimis, cupidusque, et amata relinquere pernix.*

Mas, como o que até seus proprios amigos viam, e tinham direito de ver, principalmente, em S. M., era o *Rei*, e não o *Rapaz*, gritavam contra Elle, e não sem razão. Os inimigos não tinham olhos para n'Elle ver nada de bom ; a preocupação e a inimizade sam muito miopes, se não de todo cegas.

Queluz, todavia, estava muito longe de crer, que por ser um *Rei* D. Miguel tinha privilegio de não ser *homem*, e de não vir, em seu tempo, a sel-o de barba na cara, com differentes e mais maduras inclinações. Acreditava, que os annos, a desgraça, a reflexão, e tambem as influencias de algum bom conselho, haviam de

trazer um dia S. M. á condição em que realmente hoje apparece, quando,—

Conversis studiis, ætas, animusque virilis  
Quærit opes, amicitias, inservit honori ;  
Commisisse cavet quod mox mutare laoret.

“ Uma cousa ao menos posso prometter”  
(disse Queluz então), “ não sei se jámais po-  
“ derei recuperar junto do Sr. D. Miguel o  
“ favor de que antes gozei ; porem, se o che-  
“ gasse de novo a conseguir, prometto que não  
“ só havia tratar de que limpasse El-Rei as  
“ suas ilhargas de gente que tanto o compro-  
“ metteu e desacreditou, mas, quanto em mim  
“ coubésse, havia de ouvir então S. M. sómente  
“ homens de bem, de honra, e capacidade,  
“ haviam de prevalecer outras influencias no  
“ Paço, e nos conselhos do Soberano, etc.”—  
Isto foi dito em tom de quem assim o sentia ;  
o que me fez pensar, que tambem para elle  
Visconde a lição do infortunio, cahindo em boa  
indole, não havia deixado de aproveitar.

Este historico servirá para que V. S. possa  
melhor entender parte da minha conducta, e a  
força dos papéis que lhe vou remetter ; isto  
que se segue, por exemplo.

Tendo eu, como disse, ouvido confusamente,  
que Queluz havia de novo entrado nas boas  
graças de El-Rei, resolvi experimental-o, es-  
crevendo-lhe á ventura a carta cuja copia envio  
a V. S., com data de 7 de Maio, e acompa-  
nhando-a a de 6 para D. Miguel, na qual inclui

um exemplar do *Quid Faciendum*. Poucos dias depois sube de positivo que com effeito o Visconde estava junto de El-Rei, e na sua graça ; e tambem que de todo tinha limpado *the Augean stables*, nada já se achando junto de S. M. da roda antiga de gente incapaz. Tive pois esperança, vendo positivamente cumprida em tão boa parte a promessa de 1837, de que se cumprisse no resto. Finalmente, ha menos de 15 dias, vim a receber, em resposta ás minhas cartas de 6 e 7 de Maio, as de 2 de Junho, datadas de Roma, cujas copias tambem transmitto com esta.

Convido a V. S. a reflectir sem paixão nos factos que tenho referido, e a combinal-os com o conteudo dos papéis que por copia lhe envio ; sobre tudo a ponderar na materia, no modo, no estilo, das minhas cartas a El-Rei e a Queluz, e a confrontal-os com as respostas que me foram dadas, taes quaes eu mal podia esperar. Pergunto então, ¿se aquillo não indica, não prova, uma grande mudança ? ou ¿se d'alli se mostra essa incorrigibilidade fixa, de que tão acintemente se tem accusado a El-Rei e a tudo quanto o segue ? De varias e diversas partes tenho recebido repetidas asserções conformes comprovando o facto d'aquella mudança, e representandom'-a como na verdade muito extraordinaria ; asserções taes e de tal gente, que venceram a final o meu proprio scepticismo na materia. Ainda hontem mesmo recebi de Paris carta de uma pessoa Franceza de grande merecimento, autor distincto, politico

profundo, de mui atilado juizo, e perfeita probidade, onde me escreve, em data de 25 de Junho, depois de outras noticias, o seguinte a respeito de D. Miguel:—“*J'ai encore à vous dire, qu'une personne très haut placée et de grande considération arrive de Rome, qu'elle y a vu votre Prince, et qu'elle n'a pas de termes assez forts pour exprimer son admiration pour lui; c'est sans contredit le Prince le plus parfait de l'Europe, à son dire, tant pour ses lumières que par sa raison.—L'adversité est une meilleure maîtresse que les cours, les bals, les tournois et les bains.*”

De tudo isto deixo a V. S. o tirar as suas conclusões; porem, se não estou grandemente enganado na idéa que formo de V. S., parece-me não deixará de ver:—

10.—Que em nossa casa hoje, Cartismo, Setembrismo, Miguelismo, Realismo, Constitucionalismo, Liberalismo, no sentido vulgar, tudo está safado e desacreditado, pelas muitas loucuras e despropositos que em nome d'isso tudo se têm feito desde 1820. Que se carece procurar cousa nova, e com tudo conhecida e definida, para no Reino se fazer obra politica de proveito. Essa cousa nova só pode ser utilmente, um verdadeiro e sensato *Portuguezismo*, ou a minha *Legitimidade nas Cousas*, e suas bem entendidas consequencias, como base do novo systema.—

Multa renascentur quæ jam cecidere, cadentque  
Quæ nunc sunt in honore,



devemos assentar e dizer (obrando em consequencia), se queremos tornar a fazer-nos uma Patria Portugueza com algum geito, com alguma dignidade, independencia, honra, e senso.

20.—Que o estar trabalhando, como boi de nora, no actual circulo vicioso apenas, de levar alternativamente arriba *alcatruzes* Car-tistas ou Setembristas, e deitar os outros abaixo, é tarefa summamente insignificante, soberanamente mesquinha e ridicula; onde, em vez do bem e dos interesses grandes, nobres, e geraes, da sociedade, se olha só, de preferencia, aos particulares, a individuaes ambições, e amor-proprios de-aza-de-mosca, de brilhantismo ephemero, sem substancia nem solidez.

30.—Que obra tal é pouco propria do seu talento e capacidade, os quaes convinha transportar a campo mais vasto, mais fecundo, mais digno d'elles; ao bem geral do Reino, da Peninsula mesmo; a um facto que se tornará honrosamente historico, que deixará nome e fama distincta nos annaes da mesma Peninsula. Um facto que hade produzir impressão Europea e duravel, em vez dos mesquinhos effeito e vangloria de figurar por um dia n'uma gazeta; onde, como na pedra mathematica, se passa cada noite a esponja do esquecimento, para dar campo ás bagatelas do dia seguinte—ou que, como cartaz de theatro ou de touros, passado o dia da festa, só no museu das necessidades, ou nos archivos de

algun confeitiro, conserva seu prestimo e valor.

4º.—Que para sahir de tal nora, e entrar na obra mais digna, da verdadeira Reforma e Regeneração Portugueza, é mister contar sobre tudo com a massa do grande Partido eminentemente Nacional e Portuguez, o “Partido” Legitimista, Realista, ou Miguelista.

5º.—Que para bem manejar e fazer cooperar este “Partido” na dita obra, nenhuma outra manivella, ou centro, ou eixo, offerece as vantagens que presta o nome de D. Miguel, como Legitimo e conhecido Representante ou Bandeira do systema.

6º.—Que é preciso pôr de parte outras prevenções e considerações pequenas, em vista d'esta grandissima e capitalissima, se quer proceder-se com verdadeira politica, e illustrada estadistica.

7º.—Que com tal fim, pois, cumpre ir, com toda a destreza e cautela, desfazendo as erroneas preoccupações que injustamente existem a respeito de D. Miguel, e do seu partido. Como quem aguça e prepara de antemão a ferramenta com que tenciona trabalhar, é preciso ir-se reabilitando a D. Miguel na opinião dos Portuguezes preoccupados: esta reabilitação, note-se, não é, de resto, mais que justiça para elle, utilidade e politica para nós. Se eu fosse Editor da *Revolução de Setembro*, creio que, com tacto e discrição, cédo houvera feito caminho n'esse particular.

8º.—Que, assentando-se na conveniencia de semelhante plano, o que importa é preparar, com delicadeza, os espiritos de longe, para que tudo só caia de maduro no momento opportuno.

Escrevo esta mal-alinhavada epistola bastante doente e mui á pressa; ha muito que não trabalhei tão *invita Minerva*, em razão do meu estado de saude, e de espirito; V. S. saberá dar-me benigna desculpa.

Nos papéis que remetto ha cousas muito delicadas, como a questão da Regencia, ou o que se diz da pessoa de Regente. V. S. tem demaziada capacidade para não ver essa delicadeza, e a discrição que com isso cumpre ter. Pelo *Correio Portuguez* mesmo vejo, que ditos e discursos de V. S. foram denunciados ao Governo, quando V. S. menos o esperava, devo eu crer; por isso rogo-lhe tenha toda a cautela com a parte delicada dos meus papéis e copias. A possibilidade de V. S. representar de denunciante, *essa* não entra em minha idéa, já se sabe: pelo modo por que vou arranjar a entrega dos papéis a V. S. lhe abrirei porta para *sahir* como cavalheiro da difficuldade, caso que não concorde comigo.

Mando estes papéis a V. S. por pessoa que nada sabe do seu conteudo, e nada entende ou se importa de politicas. Recommendo-lhe os entregue em mão propria, e vá, um ou dous dias depois, buscar a resposta. Se V. S. não concordar comigo, tenha a bondade de fechar

de novo os papéis com sobre-escrito a mim, e entregal-os ao sujeito, que elle m'-os remetterá; é pessoa o mais leal e fiel, e cumpre á risca tudo quanto se lhe incumbe. Se V. S. concordar comigo em tudo ou em parte, basta que diga ao individuo, quando lá viér: “ Não tem resposta.” V. S. verá, que bem não cabe aqui terceiro caminho, álem dos dous que apontei de *sim ou não*, recambiando ou não os papéis, como disse. Sendo isto cousa de natureza tão confidencial, fica tambem da minha parte guardar o devido segredo—é materia corrente, que nem carece de estipulada.

Offereço a V. S. o incluso exemplar da minha missiva a Costa Cabral, e incluo tambem o *fac-simile* da carta que escrevia á *Revolução de Setembro* n'essa occasião, remetendo-lhe o do original da mencionada missiva. Não a tendo podido mandar no dia 4 de Junho, como lá digo, e determinando imprimil-a, por isso julguei escusado enviar então o original manuscrito á *Revolução*, tanto mais que a copia leva seus acrecentos, e pequenas correções. O Snr. Costa Cabral teve, como devia ter, o seu original transmittido d'aqui no dia 11 (de Junho); parece que ainda não *deu cavaco* no seu *Correio* —e com tudo não sei como d'isso possa dispensar-se decentemente, attendida a minha desafiante conclusão d'aquella missiva a Sua Excellencia.

O meu *adresse* em Londres, querendo V. S.

escrever-me, é—13, *Marylebone Lane, Oxford Street.*

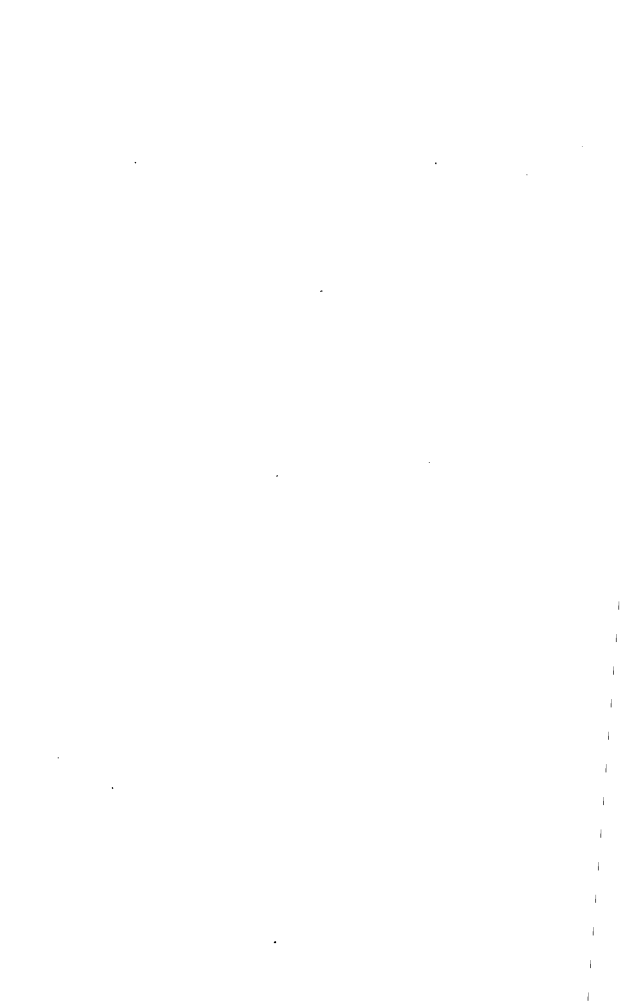
Tenho a hora de ser com muita consideração,  
particular estima e sympathy,

De V. S.

Attento venerador e criado obediente

A. R. SARAIVA.

Londres, 2 de Agosto, 1842.



**LAMEGUISTAS! ;AMIGOS! ;COMPA-  
TRIOTAS! ;VERDADEIROS PORTU-  
GUEZES!**

Se é verdade que a gente Setembrista, agora em armas contra a outra Facção despotico-liberdadeira, vos convida, no Reino, a lhe prestar auxilio, lembro-vos: Que, não tendo *nós*, A VERDADEIRA NAÇÃO PORTUGUEZA, mais interesse em receber a lei d'esta ou d'aquella das mesmas Facções, não devemos sahir de nossa Neutralidade, senão a troco de serem adoptadas manifesta, sincera, e plenamente, por aquelles que nosso apoio pretendam, todas as bases do nosso LEGITIMO, NACIONAL, E só CONSTITUCIONAL SYSTEMA, quaes se contém na DECLARAÇÃO de 24 de Junho de 1843, por mim assinada, e hoje no Reino bem conhecida (¡ graças ao Snr. Costa Cabral!). Prebhenchida que seja aquella Indispensavel Condição, o *Partido* que a prehencheu ficou

sendo *Nação* com-nosco; e então devemos immediatamente apoial-o, sustental-o, defendel-o, e ajudal-o, com todos os nossos meios, energia, e forças. A causa então é nossa. Assim vol-o peço e recommendo em Nome do nosso LEGITIMO, NACIONAL E só CONSTITUCIONAL SOBERANO, EL-REI D. MIGUEL I.

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

Londres, 6 de Março, 1844.



# INCLUENCIAS

NA CARTA No. I.

---

I.

*Copia da Carta de A. R. Saraiva a El-Rei  
D. Miguel.*

(25 de Abril e 6 de Maio, 1842.)

---

Non fumum ex fulgore, sed ex fumo dare lucem.

---

SENHOR,

Se não tenho ha tanto tempo continuado a escrever a V. M., ou a alguém junto da Sua Augusta Pessoa,\* é porque razões infelizmente demaziado positivas me faziam crer, que nem minhas cartas, minhas agencias, ou minhas propostas, eram bem aceitas até agora a V. M., nem os meus actos e procedimentos no Seu Serviço eram interpretados segundo o espirito e sentimentos que os dictavam, Este espirito e sentimentos eram : os de constante e immu-

\* A minha ultima communicação a El-Rei, antes da nova epoca principiada com a carta que hoje copio, foi em 3 de Outubro de 1837, e havia muito já que rarissimas vezes escrevia para Roma.

tavel fidelidade á verdadeira Constituição da Monarchia, e á Pessoa de V. M. como Sobe-rano Legitimo de Portugal, segundo a mesma nobre Constituição coeva do Reino; os de sincero e ardente amor da nossa Patria, de sua Independencia, de suas verdadeiras Liberdades, das quaes V. M. é o Primeiro Defensor, pelo proprio Dever de Sua Augusta Missão como nosso Rei. N'estes ultimos sentimentos nunca eu duvidei um só momento, que V. M. acompanhava, ou antes guiava, a todos os bons Portuguezes. Nunca hesitei em pensar e em dizer, que, fossem quaes fossem as apparencias d'este ou d'aquelle momento, as palavras, os actos mesmo, que conselhos menos avisados podessem, n'uma ou n'outra occasião, fazer observar em V. M., o seu coração, os seus melhores desejos e razão, nunca sancionariam o que em tudo isso podesse haver contra o que era justo, e de lei, e de boa politica. N'esta confiança continuei sempre trabalhando, e caminhando pela estrada legitima, nos interesses da Causa Nacional de V. M.: tendo em menos conta o pensar erroneo de alguns dos Con-selheiros de V. M. á cerca d'esses mesmos trabalhos; estando sempre certo, de que um dia V. M. reconheceria a pureza de minhas intenções, e talvez a utilidade, e mesmo necessidade, para a sua Restauração, d'esses mencionados trabalhos temporariamente desaprovados; e que então V. M. me faria inteira justiça. Esse momento parece haver chegado, segundo me

annuncia F. A. em carta que me escreveu de Napoles ultimamente, transmittindo-me lisongeiras expressões de confiança com que V. M. me honra, e as quaes mereço, de certo, na parte em que fazem justiça ás minhas boas intenções e desejos. Beijo, pois, a Mão de V. M. por taes expressões, ellas serão um estímulo de mais, se mais em mim cabem, para continuar com ardor na minha difficultosa tarefa, em promover, com a Restauração da nobre Constituição do Reino, a de V. M. ao Throno de nossos Monarcas Legitimos.

Seja uma prova, Senhor, d'essa justiça que F. A. me annuncia V. M. agora me faz, o attender benignamente o que vou ponderar e propor, e o ministrar-me com inteira confiança as armas que peço para poder melhor combater. V. M. tem honrado com illimitada confiança a muitos que d'ella têm abusado; ¿ não lhe merecerei eu ao menos uma parte da que se concedeu a O——, e a B——? Os meus actos, Senhor, e as minhas palavras, podem por vezes haver-se erido um tanto desabridos; não duvido que em mais de um caso hajam até parecido repugnantes aos verdadeiros fins que eram destinados a promover; mas ¿ não sam acaso muito repugnantes ao gosto, quasi sempre, os remedios que melhor curam? V. M. o sabe por experiencia: quantos charlatães têm ido offerecer a V. M. grandes serviços, todos lhe apresentaram como grandemente facil a Restauração; ¿ e quaes têm sido os resultados? Atrazar

cada um d'elles mais e mais essa causa que magicamente promettiam adiantar ! Eu não sou pregoeiro de facilidades, Senhor; não quero enganar a V. M. com adadoras idéas, que só tragam com-sigo desapontamento proporcionado á pompa com que pometteram. Repito, e repetirei, que a Restauração de V. M. offerece quasi-impossibilidades, no estado a que nos trouxeram erros continuados e repetidos; mas nem por isso desespero d'ella, e pelo contrario, essas difficuldades mais me desafiavam a vencel-as. O jogo, todavia, que para isso se requer, é summamente delicado; e como tal exige operações complicadas, tanto mais, quanto sam escaços os meios com que temos de ajudar-nos: obrigando-nos assim a empregar muita manha e manejo, que aliás poderiamos dispensar. Supplico por tanto a V. M. antes de tudo, que, a pesar das apparencias quaesquer que veja ou lhe noticiem nos meus actos, escritos, ou palavras, nunca os olhe senão como intentados nos interesses da Restauração. Esta depende hoje em grande parte, de se lhe conciliar a boavontade e a cooperação de gente muitissimo preocupada contra V. M.; e mais ainda de se lhe diminuir as resistencias que tal gente (Portugueza, e Estrangeira) pode e ha de oppor-nos, se a não soubermos amansar, manejar, e despreoccupar. Para isto porem é preciso, em quanto se lhe não desfazem gradualmente as ditas preoccupações, fallar-lhe a seu modo, ir com ella, bem que nunca além das raias da

Legitimidade e da Justiça. E' isso o que eu tenho feito e aconselhado, e o que tem trazido as cousas ao ponto mais favoravel que vam manifestando. Resumindo: conceda-me V. M. plena confiança, e o tempo e os resultados mostrarám, que quanto mais longe os meus procedimentos pareçam afastar a V. M. do Seu Throno, mais na realidade lhe aplanarám para elle o caminho, e mais d'elle o approximarám.

Se eu, por exemplo, proponho a Regencia Legal, na ausencia de V. M., é porque por esse modo, nem ha lá no Reino a mesma repugnancia e resistencia á Restauração, nem cá fóra encontraria tanto desfavor (ao principio, quando mais nos importa evital-o), como se obrassemos para trazer logo a V. M. ao Reino. Creia-me V. M., Senhor, quanto mais V. M. parecer não desejar o voltar logo a Portugal, e a subir ao Throno, tanto mais abrevia e facilita o caminho para vir de novo a occupal-o. A Regencia Legal nenhum receio ou sombra deve causar a V. M.; álem de que não existirá senão em Nome de V. M., e em confirmidade com as Leis, a que ella, como V. M., está sujeita, Regencia tal não pode senão desejar de promover a Restauração completa da Legitimidade, para a qual tem de ser o mais util, o mais poderoso, o mais efficaz, o mais indispensavel instrumento. Quem fallar a V. M. outra linguagem, ou não sabe o que diz, ou é inimigo disfarçado de V. M.

Para se fazer a V. M. o melhor serviço, nas actuaes difficilimas circumstancias da Causa Nacional, é preciso mostrar-se verdadeira, nobre, independencia e firmeza, sem com tudo se faltar ao respeito devido a V. M. Depois das calamidades e desgraças que a Nação e todos temos soffrido, em resultado dos grandissimos erros commettidos pelo Governo de V. M. e durante Sua autoridade, é indispensavel aos homens que têm verdadeiramente a peito o bem da Patria, guardarem para com V. M. uma sorte de quasi-hostilidade armada, por assim dizer, durante algum tempo, e até se pôr a Maquina Constitucional do Estado em seu pé regular, e verdadeiro andamento. Isto é o que eu tenho feito e estou fazendo; e posso asseverar a V. M., que com isso mesmo é que mais proveitoso serviço tenho prestado, e posso prestar, á causa da Sua Restauração. Que confiança podem ter em nós os Setembristas, por exemplo, de cuja cooperação precisamos (que devemos conciliar, para restabelecermos a UNIDADE SOCIAL em nossa Terra, que têm com-nosco dous nobres pontos de contacto e affinidade—Patriotismo e Amor-Nacional—, mas que têm por ora tambem a cabeça tão cheia de falsas teas-d'-aranha a respeito de V. M.), se lles fallarmos como quem está disposto a consentir, que V. M. venha fazer quantos transtornos elles ainda crêem que V. M. poderia vir operar? Nós sabemos perfeitamente, que nada d'isso ha que temer da parte

de V. M., ainda que amanhã voltasse ao palacio de Queluz ou d'Ajuda em Sua plena Autoridade ; mas os Setenbristas, e muitos Realistas mesmo, e muitos Estrangeiros, e este Governo Inglez até, preocupados como ainda estam contra V. M., pensam de outra forma, o que nada é de admirar ; e esse modo de pensar os determinaria a resistir-nos mais e mais, se lhes não diminuíssemos ou dissipássemos esses mal-fundados receios, que a vinda immediata de V. M. para o Reino ainda naturalmente lhes inspira. Não dê isso porem cuidado a V. M. ; pois posso afiançar-lhe, que quando a Restauração se houvesse feito em nome de V. M., e debaixo da Regencia Legal, não tardaria muito o ver esses mesmos que hoje se mostram tão temerosos e repugnantes á vinda de V. M., a desejarem e lhe mandarem supplicar viesse assentar-se no Seu Throno—então restituído este ao esplendor e verdadeira nobreza de nossos bons tempos, de novo elevado sobre o magestoso grupo de nossas Bellas e Livres Instituições Nacionais, nascidas e creadas com a Monarchia Portugueza. Isto succederia tanto mais depressa, quanto menos V. M. mostrasse empenho de vir ; tanto assim, que, para V. M. poder com mais popularidade regressar, eu aconselharia mesmo, em tal caso, que V. M. não viesse á primeira supplica.

Agora é tão necessario, para adiantar mesmo os interesses de V. M., o manifestar essa especie de independencia e hostilidade, quaes men-

cionei acima, que tenho ido até ao ponto de insinuar claramente, que, em caso de vermos não querer V. M. conformar-se com as regras da verdadeira Constituição do Estado regenerada, etc., etc., as Côrtes Legitimas proveriam...., etc., como era do seu dever. Ora isto é, com tudo, cousa de que não ha perigo nem receio algum da minha parte; e V. M. mais que ninguem tem em Si Proprio essa segurança; por quanto, como tal só podia succeder fazendo V. M. o que não deve, ou é injusto, e que V. M. nenhum desejo tem de tal fazer, nem o fará, é claro, que nada pode haver mais escusado que procurar-se remedio para molestia impossivel, e que não existirá por certo.

No incluso folheto (*Quid Faciendum*), que acabo de imprimir, e que remetti aos principaes dos Setembristas em Portugal, puz mui de proposito, como V. M. verá, todas aquellas affectações de *medos que não tenho*, de que V. M. viesse fazer-nos a Portugal toda sorte de desarranjos. Aquillo porem é preciso, para tirar a outros que não têm os mesmos dados que eu, os sustos mal-fundados e objecções que guardam: d'aqui a pouco, quando a verdade tenha melhor apparecido, não têm já de ser precisos taes emplastros.

Escrevi o dito folheto para ajuntal-o a uma longa Carta ou Memoria que dirigi a Campuzano, o Ministro Hispanhol que foi acreditado junto de V. M. em 1829. N'aquella Memoria, improvisada, o meu objecto foi,



mostrar a utilidade, e mesmo necessidade, para a Hispanha, de ajudar a restabelecer a V. M. em Portugal. Escrevi a Memoria nas noites de 3 e 4 de Março (o *Quid Faciendum* nas de 9 e 10), e só mandei tudo para Madrid em 22, por não haver tido antes boa occasião. Hoje mesmo (25 de Abril) recebo resposta de Campuzano. Estou tambem fazendo imprimir a dita carta a este, para envial-a a Portugal; porque tambem tem que fazer alli um bom serviço; logo que esteja impressa, terei a honra de mandal-a a V. M., tão depressa como possa.

(Maio, 6.)—Desde odia 25 do passado interrompi esta carta, por haver tido forçosamente que occupar-me, no intervallo, em vencer embaraços e difficuldades filhos da minha posição particular, e que empregar-me em trabalhos mais urgentes para o adiantamento da Causa Nacional. Vou, todavia, tratar agora de concluir e enviar a mesma carta; porque mais e mais vai cada dia sendo preciso pôr-nos de accordo com V. M., para maior efficacia e proveito dos nossos trabalhos; e para V. M. poder ajudar-me em dar-lhes mais peso e consideração, como tanto importa ao seu bom resultado. Fiado pois na opinião que F. A. me assevera V. M. me faz a honra de ter hoje de mim, e considerando a necessidade urgente de termos aqui os competentes papéis, para aproveitar sem demoras, que podem ser muito prejudiciaes, o favor das cir-

cunstanCIAS e occorrencias, supplico a V. M. haja de mandar-me expedir, com a possivel brevidade, um documento em que se me diga : —“ Que V.M. me manda continuar a proceder no Seu Serviço, em conformidade dos poderes e instrucções que por ordem de V. M. me foram expedidos em 18 de Maio de 1835, assinados por Antonio José Guião ; os quaes V. M. confirma e reïtera, se necessario for.” — Tambem desejára que V. M. me mandasse participar: — “ Que posso assegurar da sua parte a todos os Portuguezes, sem distincção, que adherir queiram ao Verdadeiro Systema de Restauração Legitima da nobre Constituição do Estado, e do Exercicio dos Direitos de V. M., que V. M. está firmemente Determinado a observar, e fazer observar, a dita Constituição, tal qual as Leis Fundamentaes da Monarchia, e as mais Disposições Constitucionaes determinadas e decretadas com a concorrencia do Parlamento Nacional, as Legitimas Côrtes dos Tres-Estados do Reino, as estabeleceram, desde o glorioso principio da Monarchia em 1143, e pelo decurso da sua duração até hoje. Que V. M. ha de ser a primeira Columna e Salva-guarda da mesma Constituição, a Garantia a mais firme da sua observancia, caso que os Portuguezes, fatigados em fim dos desvarios da revolução, e das gravissimas desgraças de toda especie que ella tem acarretado sobre o Reino, queiram voltar ao só meio e systema que pode salvar-os, o que creou, rapidamente elevou, e fez florescer

e Monarchia por mais de 600 annos de gloria, de poder e de prosperidade; e queiram, para tão nobre fim, aproveitar-se da cooperação de V. M., como Primeiro Sujeito e Subdito da Lei Fundamental, e da Constituição n'ella baseada.” —Perdôe-me V. M. o minutar assim a substancia e estilo do Papel que desejo; a razão por que o faço é, que, sendo elle destinado a converter á Causa e Interesses Nacionaes de V. M. gente fascinada por theorias vãs e fraseado moderno, com que se veste mesmo a parte equivel e boa d'essas theorias, é preciso fallar-lhe uma linguagem que lhe agrade e lhe seja familiar; é preciso pôr ás proprias cousas legitimas e antigas nomes que cativem os espiritos preocupados em favor dos palavrões da moda. D'esta sorte, sem nada alterar a substancia das cousas, e das instituições, se fará ver a essa gente, como o pouco de bom que ha no moderno constitucionalismo, existe legitima e saudavelmente em o nosso antigo e respeitavel, sómente com outros nomes; e que, por consequencia, é grande loucura o destruir um bello e solido Palacio veneravel, com seculos de existencia, para substituir-lhe uma Barraca moderna, mal construida, mal commoda, dispendiosissima, e a cada instante em risco de cahir, e de esmagar os donos.

De Vossa Magestade,

SENHOR,

o mais fiel e humilde vassallo,

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

Londres, 6 de Maio, 1843.

## II.

*Copia da Carta de A. R. Saraiva ao Visconde de Queluz.*

(7 de Maio, 1842)

---

*Sume superbiam quasitum meritis.—HERAT.*


---

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor.

As circumstancias da nossa Patria, e em parte, os resultados tambem das minhas constantes diligencias, ha tantos annos, para ver se de novo franqueavamos a S. M. El-Rei o caminho para o seu Throno, de que tão injustamente foi despojado, exigem que eu me ponha, sem demora, em permanente relação com S. M.; e que o mesmo Senhor se digne ajudar-me em certos pontos, para melhor podermos conseguir o objecto de nossos esforços e desejos, o triumpho da Causa Nacional Sua e Nossa. Ignoro a quem me hei de dirigir junto de S. M., e posto que não saiba positivamente se V. E. se acha na companhia do mesmo Senhor, ouvi dizer que sim, e por isso a V. E. me dirijo. A razão porque de preferencia o escolho vou francamente dizel-a, e vem a ser: 1.º, a experiencia de que em quanto V. E. esteve em

Lisboa ao lado de S.M., seguiu este Senhor muito mais saudáveis conselhos e conducta que depois d'isso ; 2º., o recordar-me bem das conversações que tivemos em Paris, em 1837, quando eu voltava de Vienna, e o haver observado então, que V. E. via e julgava a posição da causa de S. M. com olhos e parecer sensatos. Isto me faz esperar, que V. E. pode ser de grandissimo prestimo a El-Rei, servindo ao mesmo Senhor de instrumento por onde nos transmitta resoluções e respostas mui necessarias na presente posição de Seus negocios ; quaes, por exemplo, as que a S. M. peço na carta que hoje lhe dirijo. Se, pois, V. E. se acha na confiança de S. M., como espero, queira do modo possivel contribuir para que com toda promptidão o mesmo Senhor se sirva responder-me ao que lhe escrevo e proponho. Queira V. E. tambem, sendo necessario (que me parece não ser, attendidas as expressões de uma carta que ha tempos de F. A. recebi), representar humildemente a S. M., que não julgue dos meus actos, escritos, ou expressões, senão debaixo do ponto de vista, que sendo tão difficeis as circumstancias e o restabelecimento da sua Causa, considerado tudo quanto se tem passado para damnifical-a, crear-lhe odio e opposição, é indispensavel grande politica, isto é, grande machiavelismo, e grande franqueza, ao mesmo tempo, e grande tacto, para transformar em amigos e sustentadores da mesma Causa os que, de outro modo, a hostilizariam com todas as

suas forças, e frustrariam talvez todos nossos esforços. Parece-me que a minha conducta deve hoje haver offerecido garantias bastantes a S. M. para conceder-me inteira confiança, e fornecer-me sem reserva os meios que mais adequados me pareçam para promover seus proprios interesses, que sam os da Nação. Logo que saiba positivamente que V. E. se acha ao lado de S. M. e que o mesmo Augusto Senhor approva que por sua intervenção Lhe dirija o que tivér que escrever e noticiar, ou propor, continuarei a fazel-o com mais frequencia doque até agora o tenho feito, parte por não ser preciso, e parte porque nem sabia se quaesquer trabalhos meus, ou propostas, seriam bem aceitos. Uma desgraçada experiencia,—desgraçada mais para os interesses de S. M. e da Nação doque para mim—me tinha mostrado, que tudo quanto eu fazia, propunha, ou suggeria, era olhado com desconfiança e desapprovação. Seguro na rectidão de minhas intenções, todavia, e tambem no acerto de minhas idéas, porque eram fundadas nos principios e regras da boa politica, da justiça, e do conhecimento dos homens, determinei de ir por diante no verdadeiro e bom systema, ainda mesmo que sósinho me achasse n'esse campo. [Tendo por mim a força natural e superior da Razão e da Politica verdadeira, e na mão as armas de ambas, n'esta penna, confiei e confio triumphar, ou fazer triumphar o bom systema, de todas as opposições, ou dos inimi-

gos, ou de meus proprios partidarios, ou de El-Rei mesmo, em quanto illudido e fascinado.] Não me abandonou jámais a esperança, de que um dia os factos me fariam justiça, e que S.M., como todo mundo, então veriam em mim o que verdadeiramente sou, e não o que falsamente me representaram ser, pessoas que com isso se fizeram mais mal a si proprias, e a El-Rei tambem, doque a mim mesmo.

Rogo a V. E. queira responder-me com toda a possível brevidade, dirigindo o que tenha que transmittir-me com o seguinte sobrescrito: —“ *A. R. Saraiva....&c.*”

De V. E.

muito attento e obrigado venerador e criado,

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

Londres, 7 de Maio, 1842.

## III.

*Copia da Carta Regia de El-Rei D. Miguel a  
A. R. Saraiva.*

(2 de Junho, 1842.)

Antonio Ribeiro Saraiva, Eu El-Rey vos envio  
muito saudar.

Tomando em consideração os serviços que tendes prestado á Causa da Legitimidade, e não menos o interesse que haveis manifestado pelo Bem Geral da Nação, a qual hoje mais que nunca reclama a attenção de todos os Portuguezes, por isso que se acha em um estado da maior confusão, resultado dos desvarios de multiplicadas revoluções, que têm acarretado sobre todo o Reino gravissimas desgraças de toda a especie, e que jámais deverám cessar em quanto se não estabelecer um Governo adaptado aos costumes dos Portuguezes; a experiencia de tantos seculos devendo ter feito conhecer, que o Governo o mais conforme aos costumes da Nação Portuguesa, e o unico que a pode salvar, é, sem duvida, o da Nobre e Antiga Constituição do Estado, pois foi ella que creou, rapidamente elevou, e fez florescer a Monarchia por mais de seis-centos annos de



gloria, de poder, e de prosperidade; desejando eu ver pôr um termo a tão violento estado, e revender uma Corôa que injustamente me foi usurpada; e tendo um perfeito conhecimento da vossa honra, intelligencia, verdadeiro amor da Patria, e constante fidelidade á minha Real Pessoa, Hei por bem e me praz, que continueis no exercicio de vossa antiga Missão n'essa Côrte. Outrosim sou servido autorizar-vos para que, em Meu Real Nome, e pelos meios que julgardes mais acertados, assegureis a todos os Portuguezes, sem distincção, que quizerem adherir ao verdadeiro systema de Restauração da Legitima e Antiga Constituição do Estado, e do Exercicio dos Meus Direitos, que Eu estou Firmemente Determinado a observar, e fazer observar, a dita Constituição, tal qual as Leis Fundamentaes da Monarchia, e mais Disposições decretadas pelas Legitimas Côrtes dos Tres-Estados, a estabeleceram, desde o principio da Monarchia Portugueza; porque só isso pode obstar aos males que diariamente se multiplicam por todo o Reino.

Paço em Roma, dous de Junho de mil oitocentos quarenta e dous.

REY.

(Recebida em Londres a 14 de Junho.—SARAIVA.)

## IV.

*Copia da Carta do Visconde de Queluz a A. R. Saraiva, remettendo-lhe a de El-Rei acima transcrita.*

(2 de Junho, 1842.)

Illustríssimo Senhor.

Não me foi possível apresentar logo a El-Rei N. S. a carta que V. S. me dirigiu em data de 7 do mez passado, porque tem estado fora d'esta Cidade; e este motivo me embarçou de responder-lhe mais cedo, e tambem o achar-me ainda bastante doente com um ataque de garganta.

Não se tendo achado os Poderes e Instrucções a que V. S. se refere, assinados por Antonio José Guião\*, Sua Magestade foi servido Mandar-lhe expedir a Carta Regia que vai junta, em data d'esta, para que V. S., Com-

\* O Registo d'estes Poderes, em regra passados e assinados, em 18 de Maio, 1835 (por mim recebido em 17 de Junho, e que guardo), deve ter-se desencaminhado depois da morte de Guião, durante a maior irregularidade e confusão que ao fallecimento d'aquelle Ministro seguiram—e das quaes, graças a DEOS e á sabedoria actual de El-Rei, já não temos a temer o regresso.

petentemente Autorizado, possa trabalhar com o seu incançavel zelo a favor da Causa em que nos achamos empenhados; e recommenda muito a V. S., que de tudo faça aquelle uso que a prudencia aconselha, e tão necessario é para levarmos a effeito a nossa Restauração; dando V. S. parte do que occorrer que mereça ser levado ao conhecimento do mesmo Augusto Senhor, não decidindo por si o que por sua natureza deva primeiro ter a Sua Real approvação: podendo V. S. pedir quaesquer outros poderes que forem necessarios, na certeza de que Sua Magestade se prestará sempre ao que justo seja e acertado, e a favor dos interesses da Nação Portugueza.

Sua Magestade approva todos os pontos da carta de V. S. que chamam a Sua particular attenção, e não tem objecção a que se verifique a Regencia Legal, como V. S. pondéra; pois essa foi sempre e é a Sua vontade. O mesmo Senhor manda agradecer-lhe muito todas as suas publicações, e mais trabalhos, e espera que V. S. não deixará de continuar na sua corajosa tarefa; dando assim mais um exemplo da sua firmeza de character, e de como se não esquece das lições de seu honradissimo pai, que Deos tenha em Sua Santa Gloria\*.

\* Esta lisongeira allusão á memoria de meu Pai (a quem não creio se regateie o applicado epitheto—hoje principalmente que a desenvejada protecção da campa lhe serve de escudo) faz honra não pequena ao tacto do Visconde: bem sentiu elle, que nenhum

O que tudo lhe communico de Ordem de Sua Magestade, para sua intelligencia e governo.

Illustrissimo Snr. Antonio Ribeiro Saraiva,  
De V. S.

Amigo, muito venerador e obrigado,  
VISCONDE DE QUELUZ.

Roma, 2 de Junho, 1842.

outro exemplo ou recordação podia tanto estimular-me n'uma carreira patriotica, e honrada, como os d'aquelle que me ensinou sempre a sobre tudo amar, cá de telhas abaixo, a Honra, a Justiça, e a Patria; que jámais perdia occasião de repetir-me, com o Sabio, *Melius est bonum nomen quam divitiæ multæ*; que foi recto juiz como é sabido, e que prezava o ser bom Portuguez tanto como seu Filho—não mais. O honrado Visconde ha de ter achado, e achará, que não cabiu a fineza em sacco roto.

## POSAMBULO.

---

Il ne faut pas donner dans le défaut de certains esprits mystérieux, qui font des secrets de rien, et qui érigent en affaires d'importance de pures bagatelles; c'est une marque de petitesse d'esprit de ne savoir pas discerner les choses de conséquence d'avec celles qui ne le sont pas.—DE CALLEKES, *De la manière de négocier avec les Souverains*. Chap. III.

---

Muito de proposito quiz deixar que os documentos precedentes fallassem per si mesmos, antes de eu reflexionar á cerca d'elles mais do que o dito já na Carta ao Snr. José Estevão; por essa razão, em vez de antepor-lhes um *pre-ambulo*, os faço seguir por este *pos-ambulo*. O meu objecto aqui é, primeiro, fazer de novo reflectir os Leitores no modo e estilo das minhas communicações com S. M., e com o Visconde de Queluz, como prova, já do espirito e firme resolução em que só me determinei a trabalhar na Causa Nacional, já do bem-aceitos que foram, assim como a franqueza com que falei. Parece-me, que um Principe o qual não só consente mas assim acolhe e agradece a linguagem da verdade sem disfarces, da maneira por que se julgava Elle só poderia admittir a da adulação, deve, para todo imparcial e candido juiz, ou não haver sido antes o que tão geral e acintemente o representaram ser, ou ter d'isso mudado admiravelmente para melhor. Tome-se d'estas alternativas a que se queira; para o

meu principal objecto qualquer das duas me serve: em quanto, cá de mim para mim, a opinião que tenho é, que a verdade está como no meio das duas asserções; entendo, que nem El-Rei teve tantos defeitos como seus e nossos inimigos lhe attribuíram apaixonadamente, nem, sem a lição do infortunio e do soffrimento—lição com que a DIVINIA BONDADÉ costuma corrigir aos que ama—, S. M. porventura chegaria a ser o que felizmente é hoje.

Tambem, com publicar estes papéis, quiz mostrar as raizes, por assim dizer, o processo, da feliz mudança que se observa; por quanto, n'esta idade que tão pouco acredita em milagres, deseja-se conhecer a causa, o principio, o progresso, o desenvolvimento dos resultados, para dar-se-lhes mais facil credito, mais liberal assenso.

Vou agora a responder por anticipação a censuras e accusações que de certo me vam gritar alguns animos timidos e apoucados; d'estes que fazem grandes segrêdos de cascas de alhos, e que, como a aranha, gostam de armar no escuro suas redes, de ordinario tão solidas e substanciaes como as d'aquella. “Este “Doudo conspira a porta aberta; diz a todo “mundo que o faz; assoalha documentos e “papéis importantes; mostra poderes de El- “Rei, faz galla d'isso; e nem mesmo os ami- “gaveis lembretes da *Restauração* lhe põem “côbro a suas indiscrições, &c., &c.”—; Ora

vejam como, em seu zelo por meu credito, e pelo bem da Causa de El-Rei, estes interessadissimos Amigos até nem duvidam de camaradar com os proprios papéis de outro meu Amigo, o Snr. Costa Cabral, no caridoso empenho de ensinar-me a ser discreto!.... Eu porem que tenho a Coherencia por uma virtude tão importante ao menos como a Discrição, obstino-me a pensar, que, depois de publicada a Declaração de 24 de Junho de 1843, na qual até o Snr. *Castilho José* me fez a honra de ver, não as minhas proprias profissões e autoridade, mas as de El-Rei (*Restauração* do 1º. de Setembro, 1843), posso dispensar-me de guardar segredo muito estricto sobre minhas autorizações, e sobre minhas relações em geral com S. M. Se eu quizesse fazer tal "*joguinho*" como o favorito de certo Redactor do *Portugal-Velho-por-alcunha* (¡ Deos lhe perdôe!) que ha tempos lá foi para o Lethes, joguinho em que, além de outras cartas (tudo de fabrica estrangeira), entrava *Sota* e *Rei-de-Copas*, e um juramento de *cunhos* ou *cruzes* (bem que para mim nem uma cousa tivesse nem outra), n'esse caso, de esconder fôra a partida, que, na verdade, não era muito decente, para se jogar á luz do santissimo dia. O meu jogo porem é tão lizo e honroso, fundado como está na Justiça, na Razão, e na Verdade—as quaes ganham sempre em ser expostas á luz a mais clara—, que nenhuma precisão ha de fazer d'elle rou-rou. Alem de que, se os

Politicarrões das Necessidades, de qualquer côr, inclusive os do sobredito *Portugal-Urneiro*, têm appetite de formalmente disputar por escrito o acerto de seus *joguinhos* contra o do meu, aqui têm um antagonista muito ás suas ordens quando quizerem. Digo *por escrito*, sem acrescentar, *ou de palavra*, porque, a não quererem vir aqui, our procurarem-me um bom salvo-conducto para eu ir lá, não vejo a possibilidade de entrar na discussão verbalmente; em quanto as celebradas “garantias constitucionaes” em Portugal, significarem *degredos para Angola, Limoeiros, Presigangas, &c.* —que muito bom proveito façam aos senhores Patriotas-ás-avessas, que tão alto arrotam por lá seus exquisitos liberalismos!

Londres, 16 de Abril, 1844.

---

\*.\* Na Carta ao Snr. J. Estevão, tanto no rosto, pag. 1, como no fim, pag. 21, leia-se *2 de Julho*, em vez de *2 de Agosto*.

Tambem convirá notar aqui, que as epigraphes prepostas aos documentos sam introduzidas agora, não os accompanharam originariamente.



# CARTAS CONSPIRADORAS.

---

No. 2.

Ao Snr.

Sebastião de Almeida e Brito.

(14 de Julho, 1843.)

---

Iiupto fœdere Regni  
Certatum....in commune nefas.—LUCAN.

---



## PREAMBULO.

---

Em sua data dirigi a carta seguinte ao Senhor *Sebastião de Almeida e Brito*, meu Amigo em nosso tempo de Coimbra, e a quem tinha por homem de imparcialidade, verdadeiro patriotismo, e boa razão; sendo isso o que me fez escrever-lhe: nunca houve resposta, nem mesmo até hoje sube se elle chegou a ler tal epistola—de que por isso me é livre fazer, e faço, qual uso me apraz.

No periodico do Porto *A Coallisão*, no qual aquelle Senhor, me diziam, tinha preponderante influencia (de positivo não o sei—e mal o creio), li um artiguinho, onde algum Borra-papel das duzias, com admiravel sufficiencia, e com aquelle atrevimento que á ignorancia proverbialmente se permite, tratava de *desvarios* o conteudo na

Declaração de 24 de Junho, por mim assinada,\* e assim sem cerimonia todos meus actos e papéis em geral. ; Quem me dera saber o nome do delicado e judicioso Critico, para lhe agradecer devidamente o conceito e a sentença !.. Eu quando digo, que “alguem escreve *desvarios*,” ponho o meu nome, e offereço-me a provar o que affirmo:ahi lhe dou, na publicação da missiva que segue (e a qual não hesito em dirigir a quantos homens de senso tem o Reino), mais um de meus *desvarios* para se divertir, e mais um *osso* para roer.

Londres, 2 de Abril, 1844.

\* No fim da Carta ao Snr. Brito faço copiar a mesma *Declaração*, qual lh'a incluia ali.

Illustrissimo Snr.

## Sebastião de Almeida e Brito.

---

Meu muito estimado antigo e particular Amigo e Snr.—Varias vezes tenho qnerido escrever a V. S., mas differi fazel-o até agora por varios motivos, sendo principal o não saber bem como dirigir-lhe as minhas letras; este porem cessa hoje, quando vou escrever a um seu particular Amigo (e de quem eu tambem o sou por sympathia, sem pessoalmente o conhecer), pelo qual esta será entregue a V. S.—Entrarei, sem mais preambulos, no objecto que me faz hoje dirigir-me ao Patriota e ao Amigo na pessoa de V. S., objecto que, se não estou grandemente enganado, deve merecer-lhe toda a sua sympathia, e sincera, e zelosa cooperação. Uma só cousa ainda acrecentarei como proemio, e vem a ser, o advertir a V. S., que não tem a considerar em mim o *Partidario que allicia*, pois que nunca eu desceria a tal papel, mas sim o *Homem de Razão e de Patriotismo*, que persuade e convida ao que é justo, politico, e honroso.

Quem se acha em Portugal não precisa lhe descrevam ou lhe encareçam de Londres o

miserabilissimo estado a que se vê reduzido esse Reino, que é nossa Patria. Más paixões, e rapazaes loucuras, o poséram n'essa condição. Quem tivér senso e boa-fé não me hade negar, que as causas de tanta desgraça estão nos desvarios e crimes da gente que, com pretexto de reformar e melhorar, não fez senão destruir deteriorar, e roubar, e o que mais é escandaloso, deshonnar o Paiz, a Independencia, e o Nome de Portugal. Varreu-se a escoria da corrupção da sociedade, em Londres, em Paris, em Bruxellas, para d'ella fazer *apostolos* de "liberdade" Portugueza, que á Mahometana fossem com evangelhos de aço e chumbo illustrar-nos e converter-nos! Pediram-se, com falsos pretextos, milhões e milhões emprestados, para comprar-se com elles a *felicidade* em que na Lusitania se nada; e para o Povo Portuguez os pagar, depois de roubarem-se-lhe todos os meios d'isso! Por cummulo de vergonha e de infamia, foi-se buscar para "Rei" de uma Nação Biosa e Livre, um pobre Alferes, mercenario n'um regimento Austriaco; foi-se-lhe pedir, que, por cem contos annuaes, viesse fazer-nos a mercê de associar no thalamo com uma Princeza da Casa de Bragança!— como se em Portugal não se achára quem, *gratis*, o tivesse por muita honra!\*....Que

\* "Não venha sangue de estrangeiras barbas  
O thoro polluir de Augusta Virgem,  
Stirpe de nossos Reis, que tenha o sceptro  
De RAINHA DOS LUSOS."

(*Barbaças de Lamego*).

uma Nação timbrosa sempre de sua independencia e patriotismo, uma Nação que, logo ao nascer, quasi as primeiras palavras que articulou foram o nobre *Non volumus nostrum Regnum ire for de Portugalensibus*; que um Povo por isso mesmo admirado, e a quem, por honra d'esse proprio elevado sentimento de INDEPENDENCIA e LIBERDADE, erguera monumento indelevel nada menos que um *Montesquieu*; que essa Nação e Povo, digo, esquecessem tal pundonor, taes pristinos brios, para tudo sacrificar a mesquinhos interesses e vistas estreitas de partido,—eis ahi um d'aquelles portentos de loucura e desvergonha, que só no miolo superficial, e podre coração, dos falsos liberaes podia achar guarida!—O mal porem fez-se; e as consequencias para a Nação lá as têm á vista, lá as provam, lá as sentem. Degradou-se o Nome Portuguez ao gráo o mais infimo; tornaram-nos um povo de Cannibaes e de Cafres; e isto em proveito de meia duzia de especuladores desalmados, que sós engordaram com a espoliação e miseria geral, que devoraram milhões e milhões de propriedade Nacional, e de mais, deixaram feudataria a sua e nossa Patria aos agiotas e judeos de Londres, por uma divida quasi impagavel!.... Mas ¡viva a “liberdade”, e os liberdadeiros!—; E o meu antigo e honrado Amigo de Villar-Torpim, um filho da honesta Beira-Alta, associado com tal systema, e com taes infamias!.... Escusado é ponderar mais em tamanhos escandalos;

vamos porem a ver, como bons Portuguezes; onde podemos encontrar o só efficaz e possivel remedio a tanta desventura.

E' preciso possuir ou muita nesciedade, ou muito má fé, para negar, que, com todos seus vicios e destemperos—que não foram poucos, nem eu fui o ultimo a denunciá-los altamente a D. Miguel mesmo—, o estado de Portugal antes de triumphar em D. Pedro a *Quadrupede-Alliança*, era mil vezes preferivel ao em que hoje se encontra o Reino. Desconhecer isso seria peccar gravemente contra o Espirito Santo—bem-entendido, cá em terras e entre gente para quem ELLE ainda existe. Assim, perante quem tenha um pouco de senso commum será uma verdade, que o Governo de El-Rei (o Snr. D. Miguel), mesmo como esteve de 1828 a 1834, era muito preferivel ao dos Coburgo-Devoristas desde 1834 até hoje. ¿Porem que diremos se a comparação for, não d'este Governo com um desordenado e arbitrario (por abuso), como a ignorancia e mais causas accidentaes tornaram o de El-Rei na epoca citada, mas com outro verdadeira e nobremente Constitucional, Patriotico, Liberal, Nacional, etc., semelhante ao de Inglaterra, por exemplo, e só d'este differindo para melhor? Pois, meu Caro Amigo, tal Governo e systema sam os que hoje offerecemos, e offerece El-Rei, á Nação Portugueza; um Governo como o que exaltou Portugal aos dias da sua gloria e poder; um Governo que foi Representativo, Livre,



Constitucional, regularmente, muito antes que o fosse o da Gram-Bretanha, ou qualquer outro monarchico da Europa Moderna; um Governo que é todo popular, todo nacional, todo indigena, e não parodia crua e miseravel de utopicas loucuras estranhas—que nem mesmo nos proprios paizes onde nasceram poderam ainda hoje arraigar-se, e menos florescer bem, ou dar fruto senão azougado!

As bases de um tal Governo e Systema V. S. achará no Papel incluso;\* e peço-lhe as considere e medite com a madura reflexão de que sei é capaz, pondo para isso de parte qualquer preocupação ou espirito de partido, que á fé de homem de bem assevero, tambem não teve parte alguma na confecção d'esse documento. Lisongeio-me de que V. S. achará n'elle todos os elementos, ou antes fundamentos, de uma verdadeira, nobre, e liberal Regeneração Nacional; e creia-me quando lhe digo, que o apurar, assim mesmo, os resultados em epitome contidos n'esse curto papel (de que brevemente conto dar mais comprehensivel desenvolução), não deixa de ser fruto de assás longo estudo e séria meditação, por leve que a cousa pareça e corrente a quem agora a ler. Se ahi não se dam os delineamentos da mais bella e honrosa empresa, da restauração do mais venerando e magestoso edificio social e nacional, não sei onde estejam; de certo se não encontram nas misérias da Carta de *Petrus-in-cunctis*, e de

\* A Declaração de 24 de Junho, 1843.

Francisco-Gomes-*nihil-in-omnibus*, ou nas da Constituição de 38, e muito menos no embuçado despotismo Coburgo-Cabral.

Convido pois a V. S., e o insto por tudo quanto ha de honroso, de liberal, e de patriótico, a empregar da sua parte os meios que sei tem a seu alcance, para ajudar em obra tão formosa, qual a de resgatarmos do monstro da anarchia, da desordem, da miseria, e da perdição, o nobre Portugal de nossos Avós, aquelle que tão distincto logar occupa na historia do Mundo Moderno. O principal serviço que de V. S. requeiro, é o de ajudar a recrutar, a trazer ao nosso systema, os Setembristas verdadeiramente patriotas e honrados, os que têm realmente a peito o bem da Patria: porque os intrigantes, os que só miram a seu interesse pessoal, ou de seita, esses pouco valem ou nada—não sendo mais que um refugo, uma escuma, capazes de fluctuar na corrente e á tona de todos os partidos. Dizem-me que V. S. está á testa, ou dispõe muito, da marcha do papel *A Coallisão*; mas, ou seja isso verdade ou não, os seus talentos, o seu character franco e independente, recto e desinteressado, devem hoje haver-lhe grangeado uma influencia grande no partido Patriota, e n'essa Cidade em geral; principalmente havendo ha pouco tido a honra de ser alvo dos tiros Coburgo-Cabralinos. Pois essa influencia é que eu supplico, que opportuna e importunamente eu insto, para que V. S. a empregue em ganhar ao systema e plano cujas bases no

meu Papel se manifestam, o maior numero de sustentadores e cooperadores que possa, n'essa Cidade e fora d'ella, até onde a sua influencia chegar.

Este systema que eu recommendo, que El-Rei adoptou, *a que está irrevocavel e forçosamente ligado*, é nada menos que o systema sensato e natural, por que se formou e se aperfeiçoou a Constituição Inglesa—tão admirada por quem a vê de longe ou pela casca, e muito mais doque o merece quando se vê de perto e a fundo. Os Ingleses nunca se deixaram cahir nos absurdos, nem de se pôrem a fazer uma constituição para o que não podia existir senão *constituído*, isto é, sem a ter já, nem de a aceitarem feita por quem nenhum direito possuia de alterar *ad libitum*, e só por alvedrio de uma das partes, um contrato necessariamente bilateral de sua natureza (ainda que concedessemos a D. Pedro, o que eu jámais concedi, direito á Corôa Portuguesa, depois de reconhecida a independencia do Brazil).\* Os Ingleses esteyaram, desenvolveram, firmaram, podaram, endireitaram, corroboraram, a planta que existia já, nascida, arraigada, crescida, no solo da patria, com esta identificada....mas que precisão temos de exemplos estranhos? não

\* Não sei qual é mais tolo, se a mania  
De ao *constituído* impor constituição,  
Se o vir-nos dar um fatuo Charlatão,  
A Homens Livres, *Carta-de-alforria* ? !....

foi isso mesmo o que os nossos Maiores, mais ajuizados que nós, fizeram repetidas vezes, em varios e muito importantes pontos da nossa propria Constituição Nacional? Eis ahi, pois, o que ainda hoje devemos fazer; isso é o que se prometteu em 1820, o que a Nação então applaudiu, consentiu, approvou, sem uma só voz dissidente—e sobre que foi lograda, quando, seguros na sella do poder em Lisboa, os *Degeneradores* lhe impingiram gato por lebre, dando-lhe *Constituição Hispanhola de Cadiz*, em vez da promettida *Constituição Portugueza de Lamego*. Vamos nós, por tanto, a fazer como os Inglezes, e como nossos mui sensatos Avós fizeram; vamos a regenerar verdadeiramente a nossa bellissima e patria Constituição Antiga, a só genuina e real; e mostrêmos á Europa e ao Mundo, que sabemos restaurar-nos e reformar-nos como gente de tino, restabelecendo a *Legitimidade nas Cousas, e nas Pessóas*—

Como a só “bem nascida segurança  
Da Lusitana Antiga Liberdade,  
E não menos certissima esperança”  
De paz, gloria, ventura, E DE UNIDADE.

\* De nós antes poderam os Inglezes tomar o exemplo n'isto (como n'outras cousas tomaram); pois muito primeiro que a sua floreceu regular a nossa Constituição Representativa, logo de seu solemne principio, que, como é sabido, precedeu por 72 annos a *Grande Carta Ingleza*.

E' para tão formoso e honrado proposito que conto com V. S., e com todos os Patriotas não-de-contrabando, sejam de que partido forem agora; pois nem eu e os meus amigos, nem El-Rei mesmo, que nos dá o exemplo, consideramos outra qualidade em todos os que convidamos a unir-se á nossa Nacional e Honrada Bandeira, senão a de Portuguezes e de homens-de-bem. D'esta sorte verá V. S., que sam a dita nossa Bandeira e o systema que propomos, os de uma nobre e verdadeira *Coallisão*; não os d'aquella que o anno passado em Lisboa se formou, a qual, não obstante sua muita utilidade occasional, que sempre reconheci, e reconheço, era, com tudo, ridicula e pueril, a julgar-se pelo seu proprio *Manifesto*, ou *Circular*. Ninguém, que não tenha renunciado ao siso, poderá n'isto contradizer-me; pois, em vez de n'aquelle documento se sancionar *União*, se sanccionava, *se consolidava*, se é licita a expressão, uma verdadeira e permanente *Desunião*; quando cada uma das tres partes contratantes protestava *unir-se* mantendo todavia inalteraveis suas tendencias, vistas, e principios—tão compativeis e sympathicos com os das outras duas como o azeite com o vinagre, que nem juntos, tapados, e sacudidos na mesma galheta se misturam ou combinam já-mais!\* Quanto a mim, saudei com enthu-

\* Quando primeiro vi o tal papel, com effeito, não pude, a pesar do gosto que me deu o vel-o, e do

siasmo a tal Coallisão de Lisboa, não pelo que ella era, mas pelo que indicava e promettia ; considerei-a como a expressão do sentimento—do *instincto*, por assim dizer—da necessidade indispensavel, de, mais tarde ou

partido que julguei poder e dever tirar do facto, deixar de me rir, contemplando a seriedade com que aquelles Senhores, pactuavam, debaixo de suas mui respeitaveis firmas, real e virtualmente n'estes termos, pouco mais ou menos :—“ Nós os abaixo-assinados por esta fielmente estipulamos e ajustamos união e alliança contra um inimigo comum, na honrada intelligencia e firme proposito, de a pregarmos mutuamente uns aos outros, quando e como cada qual melhor poder e lhe convenha ; sem se exceptuar a perfeita liberdade reciproca, de em boa paz e amigavelmente qualquer das partes cortar a uma das outras, ou ambas, o galete, segundo lhe faça conta, e segundo a respectiva habilidade lh'-o consinta.”—Leia-se e analyse-se bem a famosa *Circular*, e ver-se-ha que tal é o sentido logico e natural d'aquella convenção, felizmente impraticavel segundo os termos de seu compromisso ; e mais felizmente ainda tendo por força de vir a *degenerar*, como veio, n'um mero estabelecimento de relações e sentimentos sociaveis, n'um progressivo desvanecimento de hostilidade, entre os que assim se punham mutuamente em contacto e camaradagem para um objecto commum. Este o grande effeito que eu logo previ d'aquella transacção, o que me fez applaudir a ella, e offerecer-lhe no *Quid Faciendum* objecto e proposito mais proveitoso e razoavel. Pouco eu daria por qualquer dos Signatarios d'aquelle papel, que hoje não risse ao ler com reflexão o que n'elle assinou, sob o influxo de uma allucinação do momento, em que o bom senso do coração soube levar a melhor ao da cabeça.

mais cedo, se voltar, n'uma nação qualquer, á UNIDADE SOCIAL, como condição *sine-qua-non* para o regresso da paz e de alguma prosperidade ou bem-ser do Povo a final. Coalisção que mereça esse nome, só se pode formar n'um campo e sobre umas bases como as que eu proponho; onde, sem vergonha, sem sacrificios de amor-proprio consideraveis, podem os dous, ou todos os partidos encontrar-se como em territorio neutro, que a uns tanto pertence como aos outros, e ahí concertarem-se, entenderem-se, combinarem-se, n'um interesse commun e permanente. E' obvio, que no plano e systema proposto se salvam os dous principios por que combateram as duas grandes secções da Familia Portugueza. Os Legitimistas obtêm a sua LEGITIMIDADE, e mais bella, mais efficaz, mais comprehensiva, mais util, que a por muitos agora entendida e invocada; possuindo bastantes estreita e muito imperfeita idéa do principio que proclamam. Os "Constitucionaes" e amantes de Governo Representativo, da verdadeira Monarchia Moderada, conseguem esta, a bom aprazimento de todos; e a conseguem real, praticavel, em substancia, não imaginaria, decepçional, absurda, como essa a traz de que andam correndo ha 20 e tantos annos sem poderem alcançal-a. Se o meu Amigo diz *que não* a isto, ficarêmos amigos como d'antes, mas terei tambem neccessariamente que mudar, e não para melhor, do con-

ceito que ha muito faço tão vantajozo da sua cabeça e do seu coração.

Estou porem já imaginando uma e mui séria objecção, que V. S., e outros, opporám logo, sem duvida, á minha proposta, e vem a ser, a falta de confiança na palavra e promessas de El-Rei.—A isso todavia, respondo—e reflecta V. S. que é objecto demaziado sério este, demaziado grave, para que um homem de honra empenhe de leve sobre elle a sua palavra e credito—, que **EM TAL ARTIGO NADA HA QUE RECEAR ABSOLUTAMENTE.** S. M., a quem a severa lição do infortunio, a idade mais madura, e as muitas e reïteradas representações firmes e respeitosas, minhas e de outros, fizeram em fim abrir, ha já quasi dous annos, completamente os olhos da razão e da justiça sobre a sua vida passada, sobre antigos erros e conselhos, sobre as exigencias irresistiveis do seculo em que vivemos, sobre o estado do Reino, sobre a indispensabilissima condição de reverter-se á *Unidade Social* entre nós, sem a qual *Omne regnum in se divisum desolabitur*, está hoje tão firmemente convencido, tão seguro, dos deveres imperiosos que todas estas considerações lhe impõem, como o estou eu mesmo. Direi mais, a ponderação sobre a belleza e nacionalidade honrosa de tal systema ham chegado a tornar S. M. verdadeiro enthu-siasta do mesmo, e a fazer-lhe sentir da maneira a mais decidida as verdades que envolve



em suas condições essenciaes. Meu Caro Amigo, V. S. não hade ignorar a energia e franca liberdade com que, quando El-Rei se achava sobre o throno, e eu, por conseguinte, de todo na sua dependencia e na de seus Ministros, representei a Um e a outros os respectivos erros e deveres, e os perigos que assim iam acarretando sobre si, e sobre a Nação. Os Pedristas, publicando, depois que entraram em Lisboa, essas communicações, onde se mostrava a linguagem o mais energica e firme contra os erros e abusos que se commetteram, prestaram-me um grande serviço; pois me deram a conhecer como quem amava a justiça e a Patria mais que o logar e o favor. ;E crê V. S. que eu quizera hoje, por tudo quanto ha, fazer mudar tal opinião a meu respeito, deixando-me facilmente enganar em cousas de tanto peso, ou enganando os outros, e maiormente os meus amigos? Creia-me, pois, meu Caro, e secunde o plano que proponho; ajude a restituir a Portugal a Honra, a Independencia, a Dignidade, a Liberdade verdadeiras, com a Legitimidade ao mesmo tempo, como o escudo melhor e garantia de todas ellas.—Pois de V. S. tudo confio, nem da sua pessoa temo denuncia, permitta-me lhe diga, que o estado de nossas cousas nos afiança o levarmos a nossa adiante, ou os senhores Setembristas queiram a nós associar-se ou não; porem, sendo o nosso

objecto, não um triumpho exclusivo, mas o restabelecimento da Unidade Social, da Concordia, na Grande Familia Portugueza; por isso, e pol-as obvias razões que a V. S. seria superfluo enumerar, preferimos, e ardentemente desejamos, que todos os sinceros Patriotas Portuguezes, sem distincção de côr politica *anterior*, entrem e participem n'esta grande obra, realmente nobre, liberal, e nacional. Muito, por tanto desejára, que V. S. sobre isto combinasse com o nosso Amigo por quem esta carta lhe chegará, e que ambos de accordo trabalhassem em ajudar a empresa. Não obstante a fama de Liberalismo, anti-Miguelismo, &c., que tem o Porto, eu sempre contei com essa Cidade, debaixo d'este ponto de vista,—que, sabendo-lhe bem fazer ver, como do lado da Legitimidade estava a verdadeira Causa da Liberdade e do Patriotismo, o Porto seria ainda um dia o baluarte d'esta causa, como de outras o tinha sido que menos o mereciam. Um fundo de sinceridade e honradez que ha nos habitantes d'essa Segunda Capital, é o que sempre me fez entreter taes idéas; e d'aqui auguro, que ainda poderá dizer outra vez, como me recordo dizia na inscripção com que decorou nm arco de triumpho em festa patriotica pela Restauração de 1808—

“ HINC GENTI NOMEN,

“ HINC REGNO PLURIES SALUS, &c.”

Sim, se V. S. e os nossos Amigos ahí querem e sabem trabalhar bem o assumpto, não tenho duvida de que o Porto venha ainda a ser o principal instrumento para salvar-se da morte o nobre Portugal Antigo, e restituir-se á Patria a paz e a segurança de que ha tanto se acha de todo privada. Se as minhas idéas se realisassem, havia o Porto ver ainda reunida a deliberar dentro de seus muros a Assembleia Augusta dos Estados do Reino; e talvez Lamego mesmo, o berço da nossa nobre e gloriosa Monarchia Afonsina, visse effectuar-se na propria Almacave, onde nascera o Reino, a Regeneração de Portugal.

Resta-me dizer alguma cousa sobre a oppor-tunidade da occasião para emprehendermos brevemente a nossa obra. Taes sam hoje as circumstancias da Europa, que podemos em Portugal fazer o que quizermos, no sentido indicado, sem perigo de que alguém vá emba- raçar-nos ou metter-se com-nosco. De His- panha nada temos a temer; d'aqui hoje a intervenção contra nós é impossivel; as outras Potencias não irám lá intervir—nas do Norte, principalmente em\*\*\*\*, temos ainda grandes sympathias por nós. A força do Partido Realista, ou Miguelista, ou Legitimista, como queiram chamar-lhe, sabe V. S. que é consi- deravel no Reino; e se os bons Setembristas quizerem associar-se a nós, ¿quem a todos poderá resistir-nos?—Fico esperando ancioso

resposta de V. S.; e creia que sou sempre o mesmo, e

De V. S.

Muito affectuoso amigo, venerador, e criado,

A. R. SARAIVA.

Londres, 14 de Julho, 1843.

.....j

## DECLARAÇÃO

EM NOME E POR ORDEM

DE EL-REI O SNR. D. MIGUEL I<sup>o</sup>.

---

Sabendo Sua Magestade que um grande numero de pessoas de differentes classes e opiniões em Portugal, ao crerem approximar-se as circumstancias opportunas para se effectuar alli uma Restauração Nacional, desejam com tudo conhecer as Suas Reaes Intenções a esse respeito. Quer que estas se lhes façam explicitamente constar, da melhor maneira possivel na posição actual das cousas; manifestando-se o systema, o methodo, e os principios por que firme e invariavelmente ha determinado proceder, e fazer se proceda, em tão honrosa e patriotica empresa. Para este fim, tendo, ha tempo já, constituido aqui, autorizado com os poderes competente, o Centro de Direcção para regular-se o andamento dos negocios da mesma Restauração, acaba de Ordenar-me, por Instrucções e Resoluções de 15 e 27 de Maio passado, e referindo-se a outras precedentes de diversas datas, que em Seu Augusto Nome faça opportuna e discretamente conhecer no Reino varios pontos e bases que vou a designar; para que todos os honrados Patriotas, todos os bons Portuguezes amantes da Independencia e verdadeira Liberdade Nacional, possam a isso con-

formar suas vistas, tendencias, esforços, e procedimentos, de um modo convergente e uniforme, como essencialmente importa ao efficaz desempenho de tão nobre proposito.

Entende Sua Magestade :—

I.—Que o unico meio de salvar-se a Nação de sua total ruina, é o fazer-se que reverta á Unidade Social, o reunir de novo n'uma só Familia e concorde Irmandade Politica todos os Portuguezes.

II.—Que a só base para bem se effectuar hoje tão desejavel resultado, é o restabelecimento da sabia e bella antiga Constituição Nacional, coeva de Monarchia, e com esta nascida, creada, desenvolvida, identificada ; repondo-se em seu completo vigor *de facto*, como sempre o esteve *de direito*, pois a Lei Constitutiva do Estado não prescreve, nem se alterou em Portugal pelas unicas formas legaes por onde só podia invalidar-se.

III.—Que semelhante restabelecimento não significa rejeitar-se o principio de melhoração e aperfeiçoamento progressivos, na Administração, no Governo, nas Instituições, nas Leis, adequados ao adiantamento social da nossa idade ; mas que tudo prudentemente se faça pelo órgão, formas, e methodo regulares, isto é, pela devida, intervenção da legitima Representação Nacional, segundo é da mesma Constituição, e sem o que taes alterações não podem bem e validamente fazer-se.

IV.—Que o haver-se abusivamente deslizado, ha mais de um seculo, mas sobre tudo no actual, da sabia pratica e regras d' aquella verdadeira Constituição, deslocando-se dos órgãos legitimos e naturaes do Estado (as Côrtes, os Tribunaes, os Conselhos, as Corporações, as Magistraturas, &c.) suas apropriadas, competentes, e respectivas attribuições, para arbitrariamente as arrogarem a si Ministerios ou Individuos imprudentes, foi a fonte fecunda

e principal de tanta confusão e desordem como se introduziu no Governo e Administração publica; dando isso logar a mil abusos de autoridade, e estes aos sofrimentos do Povo, d'onde em fim se motivaram as revoluções.

V.—Que a Restauração Nacional deve, por tanto, primeiro que tudo consistir n'uma completa restituição do exercicio de seus direitos, funcções, autoridade, e prerogativas constitucionaes a todos esses órgãos a quem se roubaram: reparando-se assim os erros e enganos de 1820, em que isso deveu fazer-se, como se prometteu, e se não fez; falta d'onde proveio a serie de civiz desgraças que desde então têm acabrunhado o Reino, e o trouxeram a seu deploravel estado actual.

VI.—Que cumprirá, pois, emprehender-se brevemente um esforço nacional para por tal restabelecimento se restituir ao Povo Portuguez e ao Monarcha Legitimo o livre exercicio de seus distinctos e respectivos Direitos, quaes a dita excellente Constituição os estabelece, firma, e sanciona; garantidos 1º. nas Côrtes de Lamego, 2º. nos Assentos Constitutivos subsequentes dos Tres-Estados do Reino, e Leis que lhes sam relativas, 3º. nas mui sabias e venerandas antigas Instituições, Municipaes, Consultivas, Administrativas, Judiciaes, &c., como tudo esteve ainda em plena pratica e exercicio no reinado do Snr. D. Pedro II.

VII.—Que a Bandeira da Restauração deve ser tambem a da Reconciliação Nacional, e da cessação de partidos; não se consentindo mais perseguição ou animadversão qualquer por opiniões ou actos politicos passados.

VIII.—Que na condição deploravel a que os grandes desperdicios e malversações ham trazido a Fazenda Publica, só por um systema da mais exacta economia, e judiciosa parcimonia temporaria, poderá vencer-se

a grande difficuldade da nossa posição em tal artigo, e vir a sahir-se gradualmente da profunda miseria actual; devendo, assim, a adopção de tal systema ser um dos mais prominentes cuidados da Restauração, e havendo tão salutar exemplo de começar pelo proprio Paço de S. M.

Com a maior satisfacção tenho a honra de fielmente expor estas mui sabias e patrioticas vistas de S. M. á consideração de todos os homens sensatos, confiando El-Rei que não poderám deixar de ser applaudidas e secundadas por todo individuo que ainda nutra sentimentos verdadeiramente Portuguezes. Para mais firmeza do que deixo dito, concluirei annunciando, que tenho em meu poder Documentos authenticos e assignados da Real Mão de S. M., em que Declara com a maior decisão e nobre segurança, que observará, e fará observar, exactamente a descripta verdadeira Constituição Nacional, da qual será Elle proprio sempre a mais firme Columna e Garantia.

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

Londres, 24 de Junho, 1843.



# CARTAS CONSPIRADORAS.

---

No. 3.

Ao Snr.

*Servio Fabricio Junior.\**

(14 de Julho, 1843.)

---

He supporteth as a man the Dignity of his character ; to the arts of hypocrisy he scorneth to stoop. He is consistent with himself.—(ECONOMY OF HUMAN LIFE.)

---

\* Os nomes que forem, como este, escritos em *Grifo*, sam arbitrariamente escolhidos por mim, equivalem a meras anonimias ; e os Senhores a quem as missivas podem ter sido dirigidas serãem os primeiros a admirar-se de se encontrarem assim chrismados. Faço esta advertencia em beneficio do Snr. Costa Cabral, como dos mais Esbirros e zelosos Presigan-gueiros, para livral-os do perigo eminente, de irem por ali fazer juizos temerarios á cerca d'estes meus Correspondentes.



Illustrissimo Snr.

*Servio Fabricio Junior.*

---

Foi com o mais vivo prazer que recebi, ha dias, pelo nosso excellente e honrado Amigo que d'ella foi portador, a carta de V. S. de 28 do passado, e á qual vou responder brevemente, antes de passar a outra materia.

Aprecio as razões que V. S. dá como causas da demora em responder á minha do anno passado; a isto digo eu, “mais vale tarde que nunca,” e creia que nem por vir agora menos estimo a resposta, antes quasi se torna mais importante para mim que se tivesse vindo logo, e isto por mais de um motivo. Devo agradecer primeiro o mui lisongeiro conceito que V. S. faz de mim, o qual é devido muito mais á sua indulgente bondade que aos meus merecimentos; pois estes se reduzem a uma verdadeira e sincera boa-vontade, e um amor ardente da Justiça e da Patria, com um desejo do bem e do acerto, independentes de interesses particulares, ou considerações mesquinhas. Creia, pois, V. S., que a boa opinião que lhe devo, e

a outros Amigos, será em mim um estímulo para mais e mais merecel-a até onde possa.

Na ausencia da sua resposta, confesso houve uma cousa que me fez por um momento hesitar no conceito mui distincto que de V. S. tinha formado, o mais desinteressado, pois o não conhecia senão pelo que de V. S. tinha lido e ouvido. Essa cousa foi, a opinião que me constou com certeza V. S. dera a um Amigo, sobre o Juramento dos Deputados Realistas que fossem á Camara da Revolução. Pensei, e ainda hoje penso, que alli V. S. se deixou levar mais pelo desejo de comprazer ao seu Amigo (o qual pedia uma cara decente para um procedimento que se pode sim com talento paliar, mas nunca solidamente sustentar) doque pelos dictames de sua costumada reflexão e lógica.

Eu aprecio perfeitamente o valor da Concordia e da União entre os membros do nosso Partido, e principalmente d'aquelles entre quem muito convinha entenderem-se e coadjuvarem-se em tudo ; porem, para haver a possibilidade d'essa concordia, é preciso haja Unidade de Principios Moraes e Politicos, e se não apresentem na conducta dos individuos contradicções com esses principios, destruidoras da Dignidade e Honra da Causa e Systema que se defendem. Pondo os nomes ás cousas : a ida do Snr. Beirão á Camara foi uma anomalia, que só deixou de ter consequencias funestas para nós, porque elle se achou sósinho (Rea-

lista) alli; e para que assim succedesse tambem eu concorri quanto pude.

¿Como podia eu approvar, mesmo debaixo do ponto de vista Politico, e pondo agora de parte a consideração Moral, que nós estivessemos a trabalhar exactamente para aquillo que Costa Cabral, e a sua Côrte, e a sua Diplomacia, mais desejavam? Ao passo que o Snr. Beirão, e outros Snrs. Urneiros, estavam esforçando-se por levar ás Camaras tantos Realistas como podiam, estava a Diplomacia das Necessidades applaudindo-se d'isso, tratando de sacar d'ahi argumento poderoso para mostrar, que a Revolução e sua Dynastia eram finalmente aceitadas pelos Realistas; e tratando com isso de convencer Ministros Estrangeiros (como um de quem eu sube o facto), de que, “agora já não havia pretexto algum para que nenhum Governo deixasse por mais tempo de reconhecer a Dynastia de Coburgo em Portugal, etc.” Era isto antes de concluida a eleição da Camara Cabralina de 1842, e contando-se já com o bom successo dos esforços do Snr. Beirão, e de outras pessoas que como elle estavam trabalhando para Costa Cabral e seus Coburgos, gabavam-se os Agentes d'estes Senhores:—“Vejam, “como, desde que a restauração da Carta “metteu de novo as cousas em Portugal n'um “caminho mais legitimo e monarchico, os “mesmos Miguelistas e Realistas Portuguezes “reconhecem isso, e adoptam a final a nova “ordem de cousas. Verám agora as Potencias

“Estrangeiras, como na eleição que se está fazendo apparecerám eleitos 20 ou 30 Realistas ; como já então se não poderá dizer, que a porção Legitimista da Nação ainda disside, ainda rejeita a nova Dynastia ; como tudo entra de novo na ordem e na união constitucional, etc., etc.”

Eis ahi, pois, como o Snr. Beirão, e os que o seguiam, por uma simples vaidade, ou ambição pessoal, estavam com toda a diligencia fazendo a obra de seus inimigos ; e quando eu lhes suppiquei d'aqui mui amigavelmente, em *Janeyro*, em *Abril*, em *Junho*, do anno passado, que pelo amor de Deos não fossem assim cavar na vinha do meu Amigo Costa Cabral ; e dando-lhes as razões o mais fortes, o mais claras, o mais convincentes, do meu pedido ; responderam-me com uma arrogancia mui mal-cabida : aos meus argumentos *ad rem* retorquiram com argumentos *ad hominem*, e nada merecidos, etc. N'este caso, vendo que nao queriam attender á razão, que a insultavam a ella e a mim, escrevi dizendo, que m'-as pagaria quem fosse á Camara voluntariamente, contra os argumentos irrespondiveis que eu apresentava. E d'ahi nasceu “ *O Snr Beirão e o seu Discurso.*”

Concordo com V. S. sobre a utilidade da União, e os prejuizos da sizania e das divergencias ; porem, se aquelles que têm um systema, que recebem as Instrucções de El-Rei conforme a esse systema, que querem obedecer a ellas, e ás condições do mesmo systema,

acharem que os outros, a quem cumpria seguir tudo isso, repugnam, desviam, recalcitram, e fogem do caminho direito, çacha V. S. que, por amor da unidade, devem os que vam pela boa estrada abandonar esta, para ir com os outros lançar-se em precipícios e despenhadeiros?..... Diz V. S.—“que pelo menos, se não guerrêem aquelles, que, desejando o mesmo fim, só divergem quanto aos meios.”—Muito bem; çmas quando esses *meios* envolvam principios mortiferos ou suicidaes, e quando, todavia, vejamos o perigo de com elles se contaminar uma parte consideravel do corpo do nosso Partido, devemos acaso *laissez faire*?

A culpa de tudo isto teve-a o Redactor do *Portugal-velho* que visto dar-se por Director da opinião Realista, devia guial-a bem; e para que podesse guial-a bem, lhe-mandei eu d'aqui todos os dados, e firmes argumentos que precisava. Mas, em vez de fazer isso, escreveu uma tola serie de artigos de agua morna, onde não dizia outra cousa senão:—“Vejam lá; ha dous caminhos; um deve ser bom, e outro máo: não diremos qual é o bom, nem qual o máo; porem o que pedimos e recommendamos é, que se não desunam os Realistas; que por caso nenhum deixem de ir todos para um lado.”—Eis ahi o que o sapiente “Director da opinião Realista” soube sómente dizer e inculcar! Como se o essencial não fosse, o *achar e aconsellar o bom caminho*, mas sim, o *irem todos por um*, ainda que os conduziisse a deitarem-se de sucia n’um poço!.....

Nada nos faz commetter tantos erros n'este mundo, como o collocarmos, em nossos discursos e procedimentos, o fim (ou objecto) *accessorio* em lugar do *principal*; e assim decidir-mos por aquelle, em vez d'este, as nossas resoluções. Eis ahi o que fez o *Portugal Velho*; apresentou aos Realistas por fim principal *o não se desunirem*; como se o não se desunirem fosse o que deviam procurar, e não *o fazerem triumphar a sua Causa e Principios!* —E se um d'elles tivesse dito:—“ Eu vou-me “ fazer o vassallo fiel e devoto dos Snres. Co-  
 “ burgos; quem quizer faça como eu; e D.  
 “ Miguel, e a sua causa, e a causa Nacional,  
 “ que vam á tabua ;”—; deviam acaso todos os demais fazer o mesmo, para evitar a desunião? . .  
 Perdôe V. S. o ter eu entrado tão prolixamente n'este artigo; porem, como sei que muita gente de muito melhor coração que cabeça politica, me faz grande carga com o tal “*Sar. Beirão,*” acho importante o dar estas explicações, ainda que só fosse por não querer ficar tido quiçá por caprichoso, vaidoso, ou desarrazoado na opinião de uma pessoa cujo conceito aprecio como o de V. S.

Passando agora a cousa mui séria, rogo a V. S., que depois de ler a inclusa, queira confidencialmente entregal-a a nosso commum Amigo B\*\*\*, e tratar, quanto esteja em seu poder, de trazel-o áquellas idéas, e a nos ajudar em tão bella, nobre, e verdadeiramente patriotica empresa. Queira V. S. ao mesmo tempo mostrar-lhe a minha carta de Outubro do anno



passado, e a de El-Rei que a acompanhava por copia;\* para que elle veja como a vontade e pensamento de El-Rei sam os mesmos que eu exprimia; e como, já quando S. M. me escreveu a primeira vez Elle tinhataes idéas e vontade; as quaes depois só se têm ido aperfeiçoando e acrisolando, até tornal-o entusiata do verdadeiro systema, livre, constitucional, etc., qual o descrevo, e qual em bosquejo se contem na Declaração (de 24 de Junho) que envio, publicada por Ordem e em Nome de S. M. O meu proprio nome, que vai á mesma junto, me liga de tal modo áquelle systema, o qual julgo ser o unico por onde pode salvar-se a nossa Patria, que não só não consentiria jámais de bom grado que se adoptasse outro, mas a isso me opporia com todas as minhas forças. A'vista do que, quando inculco e recomendo tal systema aos meus Amigos, e lhes peço da minha parte a sua cooperação para o levarmos a effeito, de alguma sorte me responsabilizo pela sua realidade e execução de boa fé. Esta especie de responsabilidade não me parece de todo nugatoria, n'este sentido, que devendo eu naturalmente ser um dos instrumentos por quem tal plano se leve a effeito, teria muita razão de me accusar e de se queixar de mim, de dizer que o enganára, quem me visse tomar outro caminho, ou concorrer para

\* *Vide* INFLUÊNCIAS na carta No. 1, ao Sr. J. Estevão, pag. 40; e a Carta No. 4, a diante pag. 85.

tal. Porem d'isso não ha nem sombra de perigo.

Passêmos a cousas precisas immediatamente, e de muita importancia, para o melhor andamento e prompta execução de nossos planos, qual as circumstancias da Hispanha, da Europa, e d'este Paiz, a requerem, para ser mais certo e seguro o nosso triumpho. Se V. S. pudesse arranjar ahi meio para a mais segura recepção e transmissão de nossas correspondencias ultteriores, seria isso mui util, e lhe peço me avise, n'esse caso, mandando-me as direcções competentes.

Saiba V. S., que em———estamos muito adiantados, e n'outros sitios do Reino.—Concluo pedindo desculpa do mal escrito e alinhavado; mas “muito e bem não o faz ninguem,” e tendo-me achado hontem incapaz de cousa alguma com uma constipação, só esta manhã e dia pude escrever, tanto a V. S. como ao Amigo B\*\*\*.—*Perdicas Ophelio Augusto Clodio* foi e é meu muito intimo amigo; é muito Realista; se V. S. o vir, peço lhe dê recados meus.—Perdôe-me as longas missivas; se não estivesse com tanta pressa fôra mais resumido.

Creia-me muito de veras, e com distincta estima,

De V. S.

fiel amigo, venerador, e criado

A. R. SARAIVA.

Londres, 14 de Julho, 1843.

# CARTAS CONSPIRADORAS.

---

No. 4.

.

Ao Snr.

*Servio Fabricio Junior.*

(28 de Outubro, 1842.)

---

Ταῦτα ἐσοφισάμην κατ' ἐμαυτόν,  
καὶ εἶπα γνωστὰ σοι ποιῆσαι.

Instruí-me eu proprio d'isto,  
Faço que outros o conheçam.

(CONSTANTINO PORPHYROGENITO, Imperador,  
*Da Administração do Imperio, Proem.*)

---



Illustrissimo Snr.

*Servio Fabricio Junior.*

---

HA tempos que hei desejado escrever a V. S., porque lhe tenho particular affeição, pelo seu character, pelo seu talento, e pela sua boa reputação; sobre tudo desde que li o relatório de certos trabalhos de V. S. na sua profissão, e certo documento seu que foi publico. Para mais me confirmar no vantajoso conceito que de V. S. tinha formado, recebo agora de Lisboa a sua Carta a \*\*\*, sobre a qual só direi, para caracterizal-a segundo meu fraco juizo, que reputo haver em Portugal mui poucas pessoas capazes de escrevel-a, e mesmo fora da nossa Patria não abunda quem saiba manejar assim tanto o pensamento como a linguagem. Creio V. S. me não attribuirá o character de lisonjeiro, que de certo não tenho, e por isso acreditará em como penso o que acabo de dizer; nem eu escreveria esta carta se isso não pensasse, pois ella tem seu objecto principal que com taes qualidades é relacionado.

Quando, ha tempos, a panellinha Urneira de

Lisboa, composta meio de basbaques, meio de ambiciosos, poz a V. S. na sua lista de Candidatos Miguelistas, para os enviar a fazer fraca figura no theatro revolucionario de S. Bento, disse eu a certos Amigos meus, como firme opinião minha, fundada no que concebia ser o character de V. S., que estava convencido não aceitaria tal nomeação, ainda que sahisse eleito; pois o não considerava N., antes de tempera muito diversa. Se me enganava ou não V. S. o saberá; mas é certo, que não ganharia no meu conceito, se eu tivesse que ser forçado por factos a mudal-o. Sei que ainda hoje ha idéas de ser V. S. proposto para Deputado, no interesse Urneiro, apresentando-se idonea occasião; imagino ser isso feito sem consentimento de V. S.; esperando que jámais consentirá em ir a S. Bento prestar um juramento incompativel com os seus principios, e com a honra do seu Partido, que tão nobremente ha confessado e sustido. E' esse um dos objectos da minha presente carta; pois tenho mais que uma razão, e de muito peso, para desejar de prevenir, que um homem como V. S. não vá, com a sua presença na Assembléa da Usurpação, sancionar a defecção dos partidarios da verdadeira causa da Nação, da verdadeira causa Constitucional, da verdadeira liberdade, pundonor, timbre, e independencia de Portugal, a Causa Realista ou Miguelista em fim.

E' outro objecto d'esta minha carta, o annun-

ciar a V. S., e certificar-lhe, como o faço com a maior satisfação, que, ha cousa de 8 mezes a esta parte, se manifestou em Roma a mais feliz mudança nas idéas, nas ilhargas, nos conselhos, no porte, etc., de S. M. Por intervenção do meu íntimo Amigo Francisco de Alpuim de Menezes, de accordo e combinação com o Visconde de Queluz, ajudados pelos necesarios desenganos que uma tão severa lição como a por que tem passado não podia deixar de produzir em El-Rei ; não só S. M. limpou os seus lados da gente muito incapaz que tanto o tinha desacreditado, illudido, e mal dirigido seus negocios, mas abriu inteiramente os olhos sobre os immensos e inauditos erros por que se arruinou a nossa Causa em quanto se combatia em Portugal ; e por onde se tem frustrado mais de uma bôa occasião para restaurar-se o Reino ao seu direito, á sua verdadeira e genuina constituição, a seu bom governo, á paz, em fim, e alguma prosperidade. O resultado de ver S. M. agora tudo isso claramente, foi a mesma completa mudança de systema e de conducta em tudo ; até ao ponto de fazer-me isso resolver a mim mesmo a começar de novo trabalhando mui séria e activamente para a Restauração do nosso verdadeiro Portugal.

V. S. não ignorará, provavelmente, como de todos os partidarios de El-Rei não havia talvez um que como eu tão desattendido, e quasi detestado, fosse por tudo quanto rodeou até ultimamente o nosso Monarca. Olhavam-me como peri-

goso, como desleal, como traidor quasi ! Bastava propor eu ou suggerir qualquer cousa, para se fazer o contrario. Assim, ao menos, tenho a vantagem, de não poder attribuir-se-me parte alguma nos erros, nos despropositos sem conto, nos desperdicios e malversações que se commetteram até agora ; e parece-me, que se tivesse dado-se alguma attenção a meus anteriores conselhos e pedidos, a maior parte d'esses funestissimos inconvenientes se houveram evitado. S. M. é o primeiro a manifestar hoje tal opinião, e d'Elle tenho d'isso testemunho solemne ; com promessa positiva e cathgorica, de que taes erros, inconvenientes, e confusões desaparecerám para sempre. Tenho, de mais, documento authenticico, e assinado do Real Punho, admittindo, approvaudo, e sancccionando inteiramente o meu plano e systema de Restauração Portugueza, isto é, da nossa nobre e antiga Constituição, posta em sua genuina pratica e pristino vigor, com as demais Instituições a ella consentaneas, tão sábias, tão politicas, tão bellas, que nenhuma outras na Europa as excederam n'essas qualidades ; como bem se exemplificou pelos effeitos, havendo, no curto espaço de 300 annos, feito de um pequeno canto da Peninsula uma Nação a mais emprehendedora, a mais nobre, a mais sábia, a mais opulenta, e a mais influente do mundo, qual o nosso breve Portugal o foi nos Reinados de D. Manoel e D. João III. V. S. não precisa que lhe expliquem aquelle systema e



constituição, pois os deve conhecer tão bem como eu ; porem, se de algo se carecesse para mais claramente lhe mostrar quaes eram, nas tres primeiras bases das inseridas em Inglez e Portuguez no fim da minha Carta a Costa Cabral (de 4 de Junho de 1842), da qual V. S. terá recebido um exemplar, se contem tudo o essencial do mesmo systema e verdadeira constituição\*, que trabalhamos em restaurar, como El-Rei approva, recommenda, e promove.

\* Eis aqui a copia das Bases mencionadas :—

“ I.—Restauração do antigo legitimo Governo, verdadeiramente Nacional e Constitucional, conforme ás Leis Fundamentaes do Estado, e fundado,—1º. Nas Côrtes de Lamego (a *Magna Charta* de Portugal) ;—2º. Nos varios “ Actos ” ou Assentos Constitucionaes do “ Parlamento ” Nacional, ou Côrtes dos Tres Estados do Reino ;—3º. Nas Antigas Instituições verdadeiramente Nacionaes e Liberaes (extremamente semelhantes ás de Inglaterra) : como tudo esteve ainda em plena pratica e exercicio até ao fim do reinado de El-Rei D. Pedro II. (em 1707.)

“ II.—Aperfeiçoamento e melhoração progressivos de Governo e Administração, conforme aos conhecimentos, estado e idéas sociaes da civilização Europea em nosso seculo ; porem tudo pelo órgão legitimo e só competente autoridade do verdadeiro *Parlamento Nacional* ou *Côrtes* (pelos mesmíssimos principios e methodo da Constituição Britanica).

“ III.—Reconciliação, á sombra da Bandeira Nacional de um semelhante governo e systema (os unicos naturaes n’um paiz onde os  $\frac{1}{2}$ , ao menos, dos habitantes sam Realistas, e tenazmente aferrados a suas antigas instituições, leis, e costumes), de todos os Portuguezes, de qualquer partido politico, que queiram adherir ao mesmo legitimo e nacional systema ;

Para que V. S. melhor possa inteirar-se do quanto S. M. está nos principios, e systema, e idéas, que acabo de mencionar, copiarei aqui a Carta Regia pela qual o mesmo Senhor teve a bem autorizar-me (em addição a outros Poderes e Instrucções plenas de que me acho munido) para tratar de fazer pôr em pratica Suas acertadas intenções, e de conseguirmos por ahi a verdadeira salvação e regeneração da nossa Patria. Ainda notarei, antes de copiar, que esta Carta Regia me foi escrita em resposta a uma onde, com a maior franqueza, liberdade, clareza, e até severidade, eu apontava a S. M. todos os erros antigos do Seu Governo, como os de sua conducta e procedimentos desde que sahiu do Reino até ao recente nobre desengano; e onde lhe dizia, quaes as sós condições com que eu ainda volveria a trabalhar para a Sua Restauração, que eram, em resumo: *O ser uma Restauração verdadeira, plena, effectiva, da antiga nobre, sabia, e genuina Constituição do Reino, qual se achou ainda em voga e completo exercicio no politico e sabio reinado de El-Rei D. Pedro II.*—Parece-me que esta advertencia da minha

evitando-se inteiramente todas perseguições ou animadversões quaesquer, por opiniões, ou actos politicos, passallos.

“IV.—Restabelecimento dos antigos vinculos de amizade, boa intelligencia, alliança, e relações de reciproco interesse, entre as Nações Portugueza e Ingleza: o qual restabelecimento só pode bem ser effeitnado pelo partido fiel aos antigos sentimentos, habitos, e tradições politicas de Portugal.”

parte fará cabalmente apreciar a seriedade e verdadeira determinação de S. M., manifesta na Carta que se segue....(*Aqui seguiu-se a copia da Carta Regia de 2 de Junho, de 1842, qual se lê nas INCLUENCIAS da minha ao Snr. José Estevão, a pag. 40 e 41*).

Parece-me que V. S. achará, como eu achei, uma differença consideravel entre este Documento e os que antes sahiram de Roma por quasi 8 annos; pois a mesma differença existe entre todos os demais actos e procedimentos de antes e de agora; e a mesma haverá na marcha das cousas n'aquelle tempo e no em que agora nos achamos entrados. Cumpre que as pessoas d'isto sabedoras, e que possam cooperar, se escolham em conformidade ao mesmo systema e proposta marcha; isto é, sejam verdadeiramente capazes e sensatas, essencialmente differentes da maior parte das que até agora influíram, trataram, dirigiram, e estragaram, os negocios da nossa tão nobre Causa.—Acho-me hoje doente, e pouco para expedir o muito que me occupa; desculpe V. S. todos os defeitos d'esta carta, e tenha a bondade de fazer-me logo saber que a recebeu, e de responder-me.

De V. S.

muito attento venerador e criado,

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

Londres, 28 de Outubro, 1842.

## POSAMBULO.

“ Era o Infante ao tempo que começou a  
 “ reynar de 85 annos. E nos começos de seu  
 “ reynado, como elle era muyto inclinado à  
 “ caça, e ao monte, e o cargo de governar tão  
 “ trabalhoso, descuidavase algum tanto do  
 “ governo, e de ouvir as partes, de que avia  
 “ algumas queixas. Pelo que indo el Rey de  
 “ Lisboa ao termo de Sintra à caça, onde esteve  
 “ perto de hum mez, a tempo que se tratavão  
 “ em Conselho negocios de importancia, sobre  
 “ o regimento do Reyno ; vendo os do Cõselho  
 “ quam mal se avia naquelles começos, por hũa  
 “ liviandade, quando veyo, e tornou ao Con-  
 “ selho, depois que elle fallou o que passara  
 “ na caça, hum dos Conselheiros, por accordo  
 “ de todos, lhe disse : Senhor, deveis de  
 “ emendar a ordem que levais, e lembravos,  
 “ que nos sois dado por Rey, para nos regerdes,  
 “ e por isso vos damos nossos tributos, e man-  
 “ temos na honra em que estais, e vós tomais  
 “ a caça por officio, e o governo do vosso  
 “ Reyno por passatempo, sendo certo, que  
 “ Deos não vos ha de pedir conta dos porcos,  
 “ ou veados, que não matastes, senão das partes,

“ que não ouvistes, e dos negocios de vossa obri-  
 “ gação, que não despachastes, como agora  
 “ fizestes, que estando no meyo de cousa tão  
 “ importante à República, deixastes o Conselho,  
 “ em que ereis tam necessario, e fostes à caça  
 “ per tantos dias, e nós aqui ociosos, esperando  
 “ por vós. Levai outro caminho, e senaõ. El-  
 “ Rey que de sua condição era agastado, e  
 “ bravo, como tinha por sobrenome, ouvindo  
 “ palavra tão insolente, respondeu muy indig-  
 “ nado : Senaõ ? Ao que todos os do Conselho  
 “ responderaõ : Senaõ buscaremos Rey, que nos  
 “ governe em justiça, e não deixe de governar  
 “ seus vassallos, por andar apoz as bestas feras.  
 “ A isto respondeu elRei mais indignado : Os  
 “ meus, me hão de dizer a mim Senaõ ? a mim  
 “ Senaõ ? A vós (disseram elles) todas as vezes,  
 “ que fizerdes o que não deveis, ElRei se  
 “ sahíu do Conselho mui irado, e suspenso do  
 “ que faria. Mas cuidando depois, que lho  
 “ diziaõ por seu serviço, e por o que lhe con-  
 “ vinha, teveos por bõs servidores. Desta  
 “ maneira usavaõ os Cõselheiros daquelles  
 “ tempos passados, livres da avareza, e ambição,  
 “ e luxo dos tempos presentes. Porque se con-  
 “ tentavaõ com uma vida simplez, e santa  
 “ sobriedade. Peloque como comião, vestião,  
 “ e edificavão com pouco, não tinhão necessi-  
 “ dade de muyto : nem trazião com seus Reys  
 “ continuos requerimentos, per que perdessem  
 “ a liberdade, que hé o fundamento, e alma dos  
 “ Cõselhos. Com ajuda de taes ministros, el-

“Rei deixou a caça, e começou reger seu Reyno, e fazer justiça sem queixume de ninguém.” (D. N. DO LIAM, *Chron. de El-Rei D. Afonso IV.*, pag. 115 e 116; Lisboa, 1677.)

Como sei ha muitas pessoas que vam acremamente censurar o modo severo, por franco e leal, com que na carta precedente, e n’outros papéis, sem exceptuar alguns dirigidos a S. M. mesmo, qualifico os erros e procedimentos de uma epoca anterior; certo de que, ao passarem pelos olhos, na leitura, tão *insolita* linguagem (tão *insolente*, como n’aquelle sentido lhe chama LIAM), me ham de ter caracterizado de violento, de rude, de descortez, de irrespeitoso a S. M.; pareceu-me bem, até em defesa propria, copiar aqui a passagem que se acaba de ver. Ou os honrados Conselheiros de El-Rei D. Afonso não tiveram razão, ou a tenho eu. E já que, graças a Deos, ainda hoje, como n’aquelles tempos passados, se pode ser livre de avareza, de ambição, e luxo, se pode comer, vestir, edificar, e viver com pouco; já que nunca truxe, nem hei de trazer, com meu Rey requerimentos alguns (salvo os que exija o bem publico), por onde perca a liberdade, fundamento e alma de meus conselhos, deixarei derriçar os ralhadores, e cá irei andando meu caminho.

Occorre-me, todavia, aqui uma reflexão que me põe em penosa perplexidade; vou confial-a ao respeitavel publico. Ha certos atilados esta-

distas (a quem tenho grande veneração, como todo mundo sabe, e por isso não direi aqui os nomes), que, discutindo em suas altas sabedorias a *loucura* de El-Rei em honrar-me com a Sua confiança, como o faz, acham n'isso um erro muito capital de S. M.; por uma razão simplicissima que dam, e vem a ser, que eu nem vivo n'um palacio, nem tenho uma carruagem, nem ás vezes (je muitas vezes infelizmente!) acho tanto dinheiro no bolço, já não digo *como desejára*, mas *como precisára*. Não ha duvida alguma que isto sam defeitos imperdoaveis, e provas de incapacidade inaudita; ¿quem ignora que para bem entender e conduzir negocios delicados vale muito mais ter carruagem doque ter cabeça?.... E com tudo, ¿vejam o Dezembargador *Duarte Nunes*, que eu e todo mundo até agora tinhamos por homem de senso, imaginando que se possa, commendo, vestindo, morando, e vivendo com pouco, ter, não obstante, alguma capacidade, e mesmo aconselhar um Rei sem dizer disparates! ;Pobre Duarte Nunes!..O homem não tinha carruagem, e morava n'alguma agoa-furtada, para pensar e proferir tal baboseira!.. Dizem que os dançarinos têm a sua esperteza e o seu talento nos calcanhares; agora digo eu, que ha quem os tenha na sua sege, nos seus lacayos, e nas proprias bestas (com licença)! ; Que homemzarrões-de-estado se não estão desaproveitando por esses mundos de Christo, em todos os proprietarios de coches d'alluguel, que

têm, quando Deos quer, 12 ou 15 carruagens em vez de uma !....

Ao sério agora. Desejo que os leitores sensatos observem a differença, toda em favor de El-Rei o Snr. D. Miguel, no modo por que Elle e seu Augusto Predecessor ouviram as representações que se lhes fizeram para que ambos "levassem outro caminho." El-Rei D. Afonso irritou-se ao principio, sahio do Conselho agastado, e foi precisa toda a firmeza accorde dos Conselheiros para domar sua forte irritação. El-Rei D. Miguel ouve placidamente as sugestões de seus fiéis servidores; escuta, reconhece, e approva as severas animadversões n'uma carta minha contra erros e defeitos em grande parte de outrem que não d'Elle; aceita generosamente a responsabilidade de todas essas faltas, assegura o emendal-as em quanto d'Elle dependa; honra-me com as mais lisongeiras expressões, em vez de enfadar-se, da verdade, mesmo por um momento, como El-Rei D. Afonso; e faz em Si uma tal mudança, em todo conceito, que admira a quantos o presenceiam, dos seus, e dos estranhos!.. Quem é capaz de, com tal magnanimidade, ganhar assim victoria sobre si mesmo (sempre a mais difficil, e por isso a mais gloriosa), é capaz de tudo bom. A nós os para-bens.

Londres, 5 de Maio, 1844.



# CARTAS CONSPIRADORAS.

No. 5.

(17 de Abril, 1844.)

---

## PREAMBULO.

A Carta seguinte, que por um engano de hora falhei de remetter d'aqui pelo paquete do mesmo dia 17 de Abril em que a escrevêra, enviando-a só pelo de 24, não sei ainda se pôde ou não ser entregue ao Sr. J. Estevão ; a probabilidade é, que não. Hoje dirijo-a a todo o seu Partido, pois é carapuça que a todo serve sufficientemente bem, com individuaes excepções apenas por ora, bem que importantes e honrosas. Quem se constitue n'uma falsa posição **saca** resultados de igual jaez, falsos como ella. A posição dos Setembristas em sua recente *Revolta*, que espichou encorralada em Almeida, tinha as mais intimas parecenças com a dos Escravos na antiga Roma ; excepto que a d'estes era mais coherente, ou menos tola. Sabe-se que, não valendo lançada e cutilada para domar homens endurecidos no trabalho e sofrimentos, cuja profissão fôra a das armas,\* e que em quanto estas lh'-o lem-

\* Os escravos Romanos eram os Prisioneiros de guerra.

bravam se defendiam como soldados, alguém teve a feliz idéa de leval-os a chicote ; e então quem resistira ao ferro cedeu á correya. E' porque cada latigada lhes dizia : *Lembraivos que sois escravos, e resistis a senhores ;* quando a lança e a espada só exortavam : *Lembraivos que sois soldados, e combateis inimigos.* Cada bomba pelo exercito dos *Viscondes* enviada por sima dos muros de Almeida, recitava aos tontos *Setembristas* : *Lembraivos que sois rebeldes aos Reis Coburgos que reconheceis ;* em vez de advertil-os : *Pensai que combateis pela Independencia e honra da Patria,* como as mesmas granadas lhes houveram cantado a terem sacudido antes o jugo Coburguez. Os effeitos eram, por sua natureza, diversos ; no primeiro caso, a bomba parecia tambem dizer :—*¡Lembraivos da forza ! ¡Aproveitai a clemencia das Necessides, em quanto é tempo !*—no segundo seria outra a voz :—*¡Lembre-vos a Liberdade honrosa da Patria !*

O meu Amigo e Patricio Costa Cabral fez uma tolice em mandar a tanto custo de Lisboa e do Porto peças e morteiros ; o *Lauro do Granjal* (o bom *Carpinteiro* que me fazia os piões quando eu era pequeno—e torneára tambem a *Menina-dos-cinco-olhos* que meu Avó ¡Deos lhe tenha perdoado ! guardava pendurada no quarto, para meu respeito, mas nunca a provei), o honrado *Lauro do Granjal*, digo, que fica lá mais perto, se ainda for vivo, fabricava em duas horas melhor artilharia, em meia duzia de

palatorias, com que o Sr. Fonte-Nova podia acenar aos sitiados quando assomassem á muralha. Com isso tinha reduzido a Praça no mesmo tempo, ou ainda mais depressa, e com menos estragos e gasto; pois aquella appropriada exhibição prompto faria reflectir á rapazada Setembrista, como a sua insurreição era a de crianças amotinadas contra o Mestre, que nem sabem o que querem nem o que fazem.

Com effeito, a tal *Bernarda de Torres-Novas* em peso, estudando-se todos seus Manifestos, Proclamações, Lamurias, etc., reduzia-se á só mui simples expressão: *Ote-toi de là que je m'y mette*; ou como o clasaico *Palito* o traduz:

Descendat de macho, et deixet me ire pedaçum.

Toda a chilradella e matizada dos papéis e oradores Setembristas, por estes ultimos dous annos, contra o meu estimado Costa Cabral, não tem outra significação alguma—o *Correio* bem lh'-o repetiu milhares de vezes, e com razão. As Necessidades com tudo tiveram juizo em fazer ouvidos de mercador; porquanto, valha a verdade, o meu Amigo de Fornos vale mais e tem mais prestimo doque elles de Setembro todos juntos. Mas vejam as consequencias de se estreitarem os objectos da guerra, de papel e outra, só á mesquinha conquista de pastas e empregos para duzia e meia de Capatazes, que pensam (ou antes, inculcam), ir-se o Mundo com as Nações ao fundo, se não poserem seus destinos e governo nas mui sabichonas mãos

d'esses Senhores !.. Mostraram-se bem taes consequencias na mesma recente esquipada que aincou em Almeida.

Sugeriu-se de si mesma—porque era muitissimo natural— e sugeri em proprio, de mais a mais, ou sugerir fiz, a idéa de que, o só modo de legitimar, de nacionalizar, e até de *senso-communar*, tal insurreição, era o pôl-a á sombra da Bandeira Legitima Nacional e Constitucional Portuguesa. O que havia de sensato, de consequente, e de patriótico no Partido Setembrista, a porção que não tinha pastas ou cousa semelhante a conquistar para si, queria assentir á proposta; mas os Capatazes, os que mediam por aquelles fitos o seu *Patriotismo* e *Setembrismo*, gritaram: “Alto lá, que isso não nos serve; n'esse caso, os Miguelistas dariam a lei; monopolizariam todos os empregos e postos; figurariam em primeira linha, e nós em segunda; o povo, a generalidade Setembrista e Miguelista, poderia bem confundir-se, igualar-se sem differença; mas isso ¿que nos importava? nós não ficaríamos senhores do bolo, como é nossa mira: por tanto, nada de *Nacionalismos* ou *Miguelismos*. ¡Irra! antes *Cabralismos*, *Coburguismos*, ou *Diabismos!*”— Significa isto *Patriotismo Revolucionario*; em Francez, *Patrioterie*; em Portuguez, n'uma palavra só, *Patrioteirismo*.

Ora, como a ninguem desejamos enganar, dirêmos ás claras,—que é muita verdade o querermos nós ser os Primeiros, isto é, *que os nossos principios, influencia, e systema, o sejam*;

visto ninguem poder negar, que somos os *Verdadeiros Donos da Casa*—a *Verdadeira Nação Portuguesa*. Porem, tambem não é menos certo, que, de coherencia com taes principios e nossas mui sollemnes e publicas Declarações, quem de boa fé, e plena sinceridade se reuniu a nós, ficou desde esse instante sendo um de nós; sem outra differença mais que a de suas qualidades e meritos pessoaes, sem relação alguma a sua preccedente politica ou partido (e quando isto dizemos não nos referimos só a Setembristas, mas a Cartistas, ou a qualquer outro bicho Portuguez—a contrição e mudança de vida entre nós lava tudo). Assim está escrito e assinado por El-Rei; assim o tenho publicado, com o meu nome em bom character mayusculo; aqui o deixo de novo consignado e repetido: ora, não estou disposto a mentir, muito menos assim em letra redonda, á face de Deos e todo o mundo. Digo claramente o que prometto (em Nome de El-Rei, porque tenho para isso Faculdade e Segurança); e não prometto senão o que se hade cumprir.

Poderám dizer-me, que se acredita na minha propria sinceridade, mas ¿onde tenho eu a certeza de influir a minha vontade n'aquelle cumprimento, ou não?—Respondo, que não tenho mais ambição de passar por tolo que por mentiroso; e assim, cá sei em que me fio quando digo, que, se Deos N. S. me continuar a vida e forças até o tempo competente, hei de achar-me em posição de poderem queixar-se de mim,

e accusar-me de mentiroso com razão, se não se cumprisse o assim promettido.

Constou-me que algum bom Setembrista, quando ha poucas semanas se propoz o reunirem-se os seus á nossa Bandeira, respondêra :— “ Por mim individualmente já o faria, pois o approvo de todo ; mas não posso separar-me do Partido, é preciso ir com elle.”—Podia citar alguém dos nossos bons Urneiros, que, aqui ha dous annos, respondeu da mesma sorte, em occasião analoga. Eu porem respondo : Logo, se o Partido for todo para o Inferno, é preciso antes ir com elle de sucia, que sósinho para o Céu.—¡Viva a Logica liberdadeira!

Já é preambulo de mais para um dia, e dia de correio ; por isso não escreverei outro á Carta No. 6 : direi só d'ella aqui, que a publico agora, para se ver como a minha teima e systema sam cousa velha, sam vaca fria de ha muito—a Verdade é sempre Uma.

Londres, 15 de Maio, 1844.

Illustrissimo Snr.

José Estevão Coelho de Magalhães.

---

Nec desilies....in arctum,  
Unde pedem proferre pudor vetet, aut operis lex.

---

Desde que ha dous annos escrevi a V. S.,\* muitos acontecimentos se ham passado, os quaes, se V. S. se recordar dos termos da minha carta de então, achará terem plenamente confirmado as minhas asserções alli. A minha comparação da tarefa do boi de nora laborando no vicioso circulo de elevar ou abater alternativamente os alcatruzes politicos no poço das Necessidades, em logar de perder do seu proposito, tem ganho n'elle cada dia, e sobre tudo me parece applicavel á presente insurreição em que V. S. se acha empenhado.

¿Como é possível que V. S., com um juizo claro e capacidade não vulgar que tem, deixasse de ver a monstruosa incoherencia, de levantar-se em armas contra a conservação de um Ministro no poder, e este levantamento em nome de uma lei e de um systema onde é dogma (ridiculo, é verdade, como tudo o mais no tal moderno constitucionalismo), que as *prero-*

\* *Vide* CARTA No. 1 (de 2 de Julho, 1842).

*gativas da Corôa sam livres e inviolaveis*, tanto como as dos outros membros da jerigonça ? !..

Veja V. S. as consequencias do negocio logicas e naturaes :—Supponhâmos que V. S. e os mais Senhores com quem camaradeja, superavam e derrotavam a gente que lhes está opposta, marchavam a Lisboa, e sem mais achar quem se lhes possesse diante, iam em fim bater á porta das Necessidades ; que manifestavam alli os seus desejos á Senhora do Castello, e a seu Marido, e lhe pediam mandasse para Algodres o meu Amigo, o seu actual Costa Cabral. Supponhâmos mais, que ella vinha ao balcão, e respondia, com a Carta na mão, e com a Constituição de 38, e a de 20, e todas as mais existentes de moderna data n'um braçado, como subsidiarias : “ Estou plenamente satis-  
 “ feita com o meu Algodres, e segundo toda  
 “ esta folhetada, a que Vossas Mercês chamam  
 “ *Evangelhos*, ‘ Leis Fundamentaes’, e ‘ codigos  
 “ Inviolaveis’, etc., tenho direito indisputavel  
 “ a guardar os Ministros que bem me pareça ;  
 “ e os senhores não sam, segundo suas proprias  
 “ doutrinas e principios, mais que um bando de  
 “ rebeldes, que vêm aqui insultar-me, com  
 “ essas espingardas na mão, as quaes eu lhes  
 “ confiei para me defenderem, e não para me  
 “ intimidarem. Pois, tórno a dizer, não quero  
 “ demittir Costa Cabral, em quanto as Cama-  
 “ ras o sustentarem por suas maiorias ; e V.  
 “ Mcês. façam o que quizerem, que eu não lhes  
 “ dou mais satisfações.”—e fechava o postigo, e



ia jantar ou tomar o seu chá, deixando-os no terreiro a olhar uns para os outros.—¿Com que cara ficavam V. S.<sup>as</sup>, ou que faziam n'esse caso?... ¿tomar as Necessidades de assalto?... ¿forçar a sua Rainha a assinar decreto nomeando *Costa-Cabral-Mor* a V. S., por exemplo, ou ao meu antigo amigo o Sr. Aguiar, e pondo o outro fóra?... E se a Senhora embirrasse em não assinar?... ¿demittil-a a ella?... ¿violentall-a?... ¿fuzilal-a?... ¿ou fazer o quê?... ¿Quem representava, n'um caso d'estes, tristissima, ridiculissima, inconsistentissima figura, não eram V. S.<sup>as</sup>. os sitiantes das Necessidades?...

Eis ahi, dadas as supposições, muito possiveis, que aponte, onde V. S. se acharia ao cabo do triumpho da sua empresa, e onde logica e necessariamente o conduziria então a posição falsa em que se collocou; que é precisamente aquelle *in arctum*, de que falla um dos homens de maior senso que jámais existiram (HORACIO), *unde pedem proferre pudor vetat, aut operis lex!*... Sim senhor, o *operis lex*, a *canga*, debaixo da qual V. S. se metten, dos liberalismos charlatanicos da moda, lhe vedam sahir decentemente da entalada, salvo pela porta que eu lhe quero abrir, isto é, libertando-se primeiro do tal *operis lex*; e a maneira de pol-o decentemente de parte, é só o ter a coragem do sabio, a de *mutare consilium*, a de adoptar o que de bôa fé V. S. não pode negar ser a opinião, o desejo, a firme vontade (que triumphará necessariamente, pela natureza das cousas, dia mais dia menos),

da grande maioria, e a mais séria, a mais patriótica, a mais capaz, dos seus Compatriotas e Concidadãos. Ouse pôr de parte as mesquinhas prevenções e ciançadas de partido, e restituir-se á sua Verdadeira Nação. Veja que vai n'isso justiça não menos que politica; pois ¿ que direito podem ter meia duzia de Setembristas, ou Cartistas, de dar a lei a uma Nação da qual não fazem cada uns—nem fariam mesmo todos juntos, das duas facções—mais que uma diminuta minoria?! Lembre-se V. S., que o tempo da oppressão liberdadeira passou; que hoje nem o seu partido, nem o da Carta podiam já repetir as scenas de 1833, 34, 35, e mesmo 36, sem se perderem e aniquilarem a si proprios: nem Portugal nem a Europa lh'o toleravam agora.

Repare no que se está passando pelo Reino de que V. S. está tão perto; ¿ não vê triumpharem alli *Costa-Cabraes* Francezes e Hispanhoes que perfeitamente parecem sympathisar com os das Necessidades? Creia-me, meu Amigo (se me permite que assim lhe chame—se não crê que a minha amisade o deshonne), esteja certo, que as difficuldades immensas, as mais invenciveis, os embaraços inextricaveis, começariam para V. S. no momento do seu triumpho (se triumphasse). Desafio que podesse o resultado d'esse triumpho durar 6 mezes; antes do fim d'elles V. S. teria que cahir, e cahir com vergonha, e cahir na obscuridade em que hoje aqui vegeta Espartero, que passeia por

essas ruas de Londres sem que ninguém já pare a olhar para elle. Creia que tenho de veras estima por V. S., e se a não tivesse nem lhe houvera escrito como o fiz ha dous annos, nem hoje lhe tornára a escrever como escrevo ; pois muito solememente lhe declaro, que o não faço *como supplicante* ; faço-o como quem deseja persuadir ao bem da Nação e de todos. Essa estima só, me faz desejar que um homem de prestimo como V. S. não seja perdido para a Nação, e que possa, prestando a esta e ao Soberano verdadeiramente Legitimo e Constitucional um serviço distincto, como está ao alcance de prestal-o agora, elevar-se a uma posição a que lhe não será facil montar sem isso.

Eu sei que V. S. tem preocupações exquisitas a meu respeito, preocupações que não durariam duas horas desde o momento em que nos achassemos em presença ; o contacto em que V. S. esteve com o Redactor do *Portugal Velho*, o qual está mui longe de haver-se portado comigo com a lizura que a si proprio e a mim devia, ha de ter-lhe communicado algumas idéas falsas á minha conta ; porque o dito Indivíduo, havendo vivido comigo bastantes annos, e não me devendo por certo injurias, parece que me não soube conhecer senão a meias, nem ver-me, pelo menos desde que se achou longe, senão por seus olhos estreitos e apaixonados : hoje deve já ter conhecido o seu engano. A minha persuasão é, que, se não

fôra elle, desde 1842 se houveram estabelecido entre nós e entre os nossos partidos relações de mais intelligencia, racionabilidade, e proveito, doque as então começadas; e n'isso houveramos todos ganhado, porque houvera ganhado a Patria. Rogo-lhe pois hoje, ponha de parte quaes-quer prevenções que tenha a meu respeito em discordancia com o sentido e tom sincero e natural do que lhe escrevi ou lhe escrevo; e que, reflectindo e ponderando bem no mui serio objecto de que trato, tome uma resolução de accordo com os desejos que exprimo, da qual não terá por certo que arrepender-se em nenhum sentido.

Não é para uma submissão, para uma céga acquiescencia a um objecto ou systema incertos e indefinidos, que eu convido a V. S.; os quaes podiam conter condições taes, que sem contradicção e deshonra não podesse V. S. n'ellas concordar: o objecto e systema que proponho é hoje conhecido e assoalhado perante a Nação toda (¡bem haja Costa Cabral, que tão desejado serviço me fez!), e posso dizer, perante a Europa; visto que foi tambem publicado cá por fora, e publicado com approvação e elogios, na Declaração de 24 de Junho do anno passado, onde estão as bases do dito systema, e pelas quaes elle tem firmemente que regular-se.

Para que V. S. porem melhor ainda possa ajuizar das nobres intenções, da seriedade, efficacia, e convicção, com que El-Rei o Snr. D.

Miguel está determinado a marchar n'um caminho verdadeiramente liberal, constitucio-  
nal, politico, generoso; e ao mesmo tempo  
está ligado por sua propria palavra, firma,  
honra, e dever, não só como Rei, mas como  
Cavalheiro—Cavalheiro Rei mesmo—, a seguir  
na só via sábia e honrosa que pode regenerar o  
Reino—que põe de accordo a Legitimidade em  
Portugal com as exigencias indispensaveis, com  
o espirito, da idade em que vivemos—que in-  
troduz na bellissima nossa Constituição genuina  
o elemento n'ella hoje absolutamente neces-  
sario, a Liberdade da Imprensa (elemento que,  
se no espirito do tempo existisse quando aquella  
Constituição existiu em pleno exercicio, não  
podéra deixar de ter-se n'ella incorporado, tanto  
é consentaneo á indole, teor, e complemento da  
mesma, dadas taes condições quaes hoje se dão  
de nosso mundo social),—para que V. S., digo,  
possa bem d'isto convencer-se, inclúo aqui um  
exemplar, que fiz trasladar em *fac-simile*, das  
Instrucções escritas pelo proprio punho de  
S. M., que me transmittiu, ha muito já, para  
me servirem a um tempo de governo, e de  
garantia de suas promessas; ou antes resoluções.  
Esse Documento de certo não faz vergonha ao  
Snr. D. Miguel; e o mesmo digo de todo o  
nosso systema, que é o d'Elle, e que, graças a  
Deos, posso assoalhar á minha vontade, nem  
tenho duvida em que se publique, se discuta,  
se examine e analyse a fundo, pois está d'isso  
tudo á prova: fundado como é na verdade, na  
justiça, e na razão solidas, ganha sempre, como

estas, tanto mais, quanto mais se profunda, se estuda, se basculha.\* Eis ahi porque agora

\*;Poderám dizer outro tanto os seushores Liberdadeiros de suas asnaticas invenções ou systemas, que mais parecem obra de certos hospedes do Hospital de S. José, que de gente em seu senso commum :!.. ;Quem d'elles quer disputar esse negocio comigo?.. O tal *Liberalismo* parece com effeito synonymo de *Charlatanismo nojento*; de ordinario, mal abre a boca, sabe-lhe logo bailando por ella fora uma reverenda asneira! por exemplo;—"O Reino de Portugal é a "Associação politica de todos os Cidadãos Portuguezes." (*Carta*, Tit. 1, art. 1).—;Benza Deos a definição!..Logo, o Mondego e a Serra-d'-Estrella não pertencem ao Reino de Portugal; pois não me consta que nem um nem outra façam parte da "Associação politica de todos os Portuguezes"!!! Não se imagine porem, que a honra inventoria d'este despropósito pertença acaso á *sabedoria collectiva* de Quixote Pedro e Sancho-Pança Gomes; não senhores, a gloria d'elle só lhes compete por adopção. A' *sabedoria collectiva e parlamentar Carioca* é que devemos o desconchavo; pois, *mutatis mutandis*, mesmissima é a definição do Imperio Brasileiro, por onde a sua chamada Constituição começa. A' vista do que, a terem-se navios bastantes para n'elles metter "todos os Cidadãos Brasileiros", como a Pythonissa fez outrora embarcar todos os Athenienses, seguia-se que era muito factivel o transportar-se todo "o Imperio do Brazil" em peso da America para a Europa, *verbi gratia*!!! Mas as minas de ouro de Cata-Preta, e as dos diamantes do Serro-do-Frio fazem, se me não engano, parte do Imperio do Brazil; logo muito mais factivel era transportar umas e outras para Portugal, por exemplo (o que hoje não deixava de fazer conta); pois o que assim é factivel com o todo, mais o será com a parte.—;Viva a profunda sabedoria collectiva liberdadelro-Carioca!

nem segredo peço da minha parte a V. S., e lhe deixo livre o fazer qual uso lhe pareça tanto d'esta carta mesmo, como de todos seus apensos ou influencias.

As duas pequenas Circulares inclusas também (*eram as de 21 de Fevereiro, e 6 de Março, d'este anno*), já talvez haverám chegado ao conhecimento de V.S.; pois até cá por fora já foram publicadas, e com approvação: ellas, principalmente a segunda, contém a verdadeira chave da nossa politica relativa ao movimento a que V. S. deu principio.

Queira acreditar que sou de veras, com grande estima e consideração,

De V. S.

muito attento venerador e criado,

A. R. SARAIVA.

Londres, 17 de Abril, 1844.

No. 6.

Illustrissimo e Excellentissimo Snr.

Francisco Manoel Trigoso de  
Aragão Morato.

(1 de Março, 1836.)

---

Σκόπει καὶ τὰ καθηγόμενα, καὶ τὰ ἀκόλουθα.

Mirai a traz, e a diante.

ΕΠΙCΤΕΤΟ, *Manual*, cap. 35.

---

ACOSTUMADO a respeitar a V. E. desde o tempo em que fazia os meus primeiros estudos em Lisboa, e mais tarde quando tive a honra de ouvir as suas lições na Universidade; accrescendo a isto depois os muitos dados e razões que devem fazer olhar a V. E., na opinião de todo homem imparcial, como um dos nossos compatriotas de maior capacidade e saber; considerarei sempre, e considero, a V. E. debaixo de taes pontos de vista, e sam elles que me determinam a tomar a liberdade de escrever-lhe. A causa porem mais immediata que me move a executar sem mais demora esta intenção que tenho ha muito tempo, é uma passagem que li em carta de Lisboa, onde se dizia, existir probabilidade de intentar-se a formação de uma nova Administração n'esse Reino debaixo da Presidencia e auspicios de V. E.



Fui sempre de opinião, no tempo em que governou o Sr. D. Miguel, e principalmente quando estive as ultimas vezes em Lisboa, que não se podia esperar cousa parecida com bom e razoavel governo, em quanto se não formasse um Ministerio de gente da tempera de V. E. (que por desgraça n'aquelle tempo era tão nesciamente rejeitada pelos que foram principal causa da ruina de Portugal!). Instei então varias vezes sobre este ponto com certas pessoas, com o Duque de Cadaval, por exemplo, o qual não deixava de concordar comigo n'esta opinião, mas não tinha força para tornal-a, ou fazel-a tornar, em acção. Nas mesmas idéas me conservo ainda hoje, nem vejo salvamento para o nosso triste Paiz, excepto na formação, em fim, de um Governo sensato e illustrado, fundado sobre nossas mui sabias e excellentes Instituições Antigas. Só pode salvar-nos um Governo que fique a igual distancia, já do systema de estouvadas e criações innovações que hoje ahi offerece á Europa um espectáculo tão ridiculo, já do outro, não menos louco, que arruinou a Nação, e perdeu uma causa verdadeiramente nobre e Portugueza, por erros e arbitrariedades multiplicadas, tão illegaes quanto impolíticas e perniciosas!

Mas um tal governo não pode estabelecer-se em Portugal senão debaixo dos auspícios da *Legitimidade*, da *Nacionalidade*, e do *Verdadeiro Patriotismo*; e sem que o Representante d'estas tres cousas, o Sr. D. Miguel I., volva a oc-

cupar o Throno, donde a usurpação, a violencia estrangeira, e sobre tudo os erros do seu Governo e os absurdos da gente que o rodeava ha dous annos, vergonhosamente o derribaram. D'esta restauração se trata, e se trata sériamente, como condição necessaria para a paz e socego da Peninsula—de que tanto dependem os da Europa. Mas illusorio seria esse meio de conseguil-os, se tivéssemos de recommençar na carreira de despropositos sem exemplo e sem conto, por onde já uma vez nos levaram á perdição. O primeiro cuidado pois dos que agora se occupam na obra da Restauração, é o evitar no futuro os mesmos escolhos sobre que já naufragaram as cousas do Estado, nos primeiros seis annos do governo d'El-Rei. Todavia, o meio de evitar os erros nos negocios, é só o pôr estes em mãos que saibam conduzil-os, e livral-os das influencias da ignorancia, da presumpção estúpida, e da corrupção perniciosa, que deram com tudo á costa, desde 1830 principalmente até 1834.

A necessidade d'esta precaução, como condição *sine qua non* da salvação de Portugal, tem sido apresentada a quem mais convem, isto é, 1º. a El-Rei mesmo, que, me dizem, d'ella está hoje convencido; 2º. aos que podem, e desejam, ajudar esta obra de salvamento. Está posto e assentado, pois, como principio fundamental, que na escolha judiciosa dos obreiros se fará principalmente consistir o acerto do trabalho, e o sen proveito. Des-

graçadamente porem, na falta d'estes obreiros, na falta de homens, é que consiste a grande, a real pobreza, o maior mal da nossa Patria! e esta miseria até agora, e mui principalmente no tempo do Sr. D. Miguel, foi tornada ainda maior, pela fatal cegueira que fez desaproveitar, alienar, calumniar, e recluir, os homens de verdadeira capacidade, para sómente servir-se nos principaes empregos (apenas com poucas excepções) de gente a mais incapaz, d'aquella cuja cabeça e coração eram só proprios a tudo perder!!! Eis ahi o objecto de minhas constantes lamentações n'aquelle tempo, de meus discursos, de meus escritos; e ninguém o disse nem mais claro nem com mais energia do que eu ao Governo, e ao Sr. D. Miguel mesmo— como bem o prova a minha correspondencia que foi publica nas gazetas em 1833, e mais ainda outra mui copiosa que o publico não viu.

Havendo este mal sido a principal causa de tantas desgraças, o evital-o na obra e systema de reparação de que se trata, torna-se objecto o mais essencial; e o fazel-o evitar, por tanto, ha sido, e será, o *hoc opus, hoc studium* de meus principaes cuidados. Mas não basta affastar dos negocios os homens incapazes, e prejudiciaes; é preciso substituir estes por gente que tenha os oppostos predicados; d'esta ha mui pouca, *pouquissima*; convem pois sobre tudo não desperdiçar essa que ha, é preciso aproveitall-a muito, e impedir que se impossibilite de servir onde lhe compete, em tempo melhor e opportuno.

A'vista d'este discurso, já V. E. entenderá, porque o dizer-se "que se desejava agora formar a hi um ministerio presidido por V. E.", me induz a escrever-lhe, e a rogar-lhe, como Portuguez, como Patriota, e como Amigo, que em lugar de tomar parte na administração de uma casa que vai a cahir, ou a quebrar, de embarcar-se a bordo de um barco que se vai ao fundo, V. E. haja de reservar-se-nos para ajudar, d'aqui a pouco, a reconstruir esse edificio, cuja quéda é certa, e de cujo restabelecimento sobre o verdadeiro pé se trata entre os competentes architectos.\*

As idéas que respiram d'esta carta, não sam mais que as mesmas por mim inculcadas, persuadidas, e desenvolvidas, ha muito, perante quem convem; como constituindo o unico systema seguro de uma cura radical para esse enfermo politico chamado Portugal, a quem ha tanto tempo a têm errado todos os doutores e charlatães que se têm mettido a medical-o! Felizmente d'esta vez temos razões para confiar com segurança que ha reconhecimento, e haverá emenda, dos erros passados; o indicio principal d'isso está, em que se reconhece já a necessidade de recorrer em fim á gente de juizo (áquella mesma que ha dous e tres annos se rejeitava e suspeitava) como a só de quem

\* Este negocio era relacionado com o esperado triumpho de D. Carlos (que depois se gorou, paralyando tudo por então).

agora se pode esperar cooperação generosa, cordial, e efficaz, no grande negocio da salvação da Patria. Não foi com outro objecto que eu pedi, e se me concedeu em data de 18 de Maio do anno passado, formal e authentica authorização, “para tratar em nome d’El-Rei com as pessoas, dentro e fora do Reino, com quem convenha á causa Real e Portugueza o tratar-se e entender-se”, no interesse do bem de toda a familia politica a que pertencemos, e que assás ha tido de revoluções, de violencias, e de desordem !

O systema actual que a revolução plantou em Portugal, prelevou muito em erros, em injustiças, em violencias, a tudo quanto houve lugar nos seis primeiros annos de reinado do Sr. D. Miguel. Isto—que, de certo, muita gente não esperava quando a facção agora ahi dominante acabava de triunfar—demonstrou á Europa a impossibilidade com tal systema de poder esperar-se consolidação de ordem e tranquillidade em Portugal; e fez olhar como indispensavel o restabelecer de novo as cousas ahi sobre um verdadeiro pé Monarquico : ao mesmo tempo que esse restabelecimento se effeituou na Hispanha, onde os negocios a isso caminham com passo firme, se não com grande celeridade (*festinant lente*).

Qualquer mediocre observador pode hoje calcular e predizer a impossibilidade de manter-se por muito tempo a ordem (ou antes *desordem*) de cousas que ahi existe ainda. Sem força

moral, sem opinião, sem dinheiro, sem juízo sobre tudo, como é possível que dure esse castello de bogalhos, e resista á repugnancia, á exasperação crescente, de uma população cujas vontades não soube conciliar, e que tem irritado pelos actos da mais inaudita perseguição e atrocidade, os assassínios, os roubos, os incendios, as violencias de toda espécie? Que essa maquina, pois, cahirá por terra, deslocada de todos seus eixos e quícios, é mais que evidente. Porem nós somos Portuguezes, e devemos preparar-nos a levantá-la, a organizá-la de novo; devemos ir dispondo as cousas para d'aqui a pouco podermos ajuizadamente reedificar a casa de nossos pais; e reconstruirl-a com uma solidez e bom arranjo taes, que possâmos ao diante viver n'ella com alguma especie de socego, de commodo, e de felicidade.—Para esta empresa tão nobre e generosa, tão verdadeiramente *liberal*, conta El-Rei, contamos os bons Portuguezes, e conta quem fóra de Portugal por nós se interessa, com a cooperação efficaç de V. E., em tempo competente; e muito me darei por enganado, se a minha convicção e confiança de que contamos bem, me illudem a final!..

Está-se maturando o plano da Restauração Portugueza, em quanto a marcha das cousas na Hispanha vai aproximando a occasião de se executar; no entretanto se cuida em preparar os meios e recursos pecuniarios indispensaveis para a obra; e n'esse artigo tão essencial estam

disposições tomadas, com grande habilidade, e com esperança de prospero successo.\*

Do mais que ha n'este importantissimo negocio, das razões de confiança no seu prospero resultado, dos seus progressos e desenvolvimentos que vá tendo, eu estimaria informar a V. E. á proporção que avance, depois que saiba da recepção d'esta minha carta por V. E. A minha morada n'esta cidade é em, No. 5, *Nottingham Street, Marylebone*; ahi pode V. E. transmittir-me a sua resposta e preceitos: á-lem d'isso, é possível que a pessoa por intermedio de quem esta carta chegará a V. E. (pessoa inteiramente segura e de toda a discricção) queira encarregar-se de transmittir-me a dita resposta—isto porem deixo inteiramente á prudencia e discernimento da mesma pessoa, assim como o modo de fazer chegar esta ás mãos de V. E.

Creia V. E. que nenhum outro sentimento mais que os de *verdadeiro e honrado Portuguez* amante da justiça e da sua Patria, me move a dirigir-me d'esta sorte a V. E., pela confiança que as suas qualidades me inspiraram sempre. Por outra parte, a nobreza dos motivos que me animam, me defende de todo o receio de que, mesmo quando se viesse a saber em publico d'esta carta, me podessem justamente accusar de haver tomado uma

\* Tambem a falha de D. Carlos fez falhar esta operação.

liberdade não justificada pelo mais puro e leal patriotismo, unido ao respeito e vantajosa idéa que conserva de V. E. quem é com a mais distincta consideração,

De V. E.

o mais attento venerador e fiel criado,

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

Londres, 1 de Março, 1836.

---

N.B.—Convirá notar aqui, em resposta a quem podesse objeccionar com o terem falhado então as esperanças concebidas e na precedente carta manifestadas, que a sua realização dependia do resultado favoravel a D. Carlos, que n'esse tempo quasi todos os Gabinetes olhavam como certo, da luta na Hispanha. A fallha do cerco de Bilbao, no fim do anno, tudo alterou desastrosamente, e desde então tudo andou para traz. ¡Deos louvado, que hoje só dependemos de nós mesmos ! e as fixas convicções, as immutaveis determinações de El-Rei, estão sobre si firmes, e assentadas independentemente em solida base e fundamentos proprios, com o magestoso garbo da Columna de Pompeo na praia arenosa do Egypto ! Agora sim pode gravar-se-lhes no pedestal a nobre apropriada inscripção :—IN RECTO DECUS.



# CARTAS CONSPIRADORAS.

## PREAMBULO

*(Das dirigidas ao Snr. Chrispo.)*

---

PARA bem colher em sãção competente, cumprir bem semear ou plantar mui de ante-mão. Graças a Deos bastante cedo senti a importancia d'esta maxima, e até onde pude, em mais de um ponto importante ao bem do meu Paiz, tenho procedido conforme a ella. Quando em Outubro de 1828 propuz, obtive, e diligencieei a readmissão e regresso dos Jesuitas a Portugal (para ajudarem, como instrumento d'isso o mais efficaz, na obra tão proveitosa e necessaria de uma bôa e sensata educação popular, e na da cultura, civilização, e aproveitamento das preciosas colonias que por ora a Revolução ainda nos deixou), tive aquelle principio em vista, e com elle argumentei ao Duque do Cadaval, á Imperatriz e Rainha, e a El-Rei, para conseguir aquella medida. A gente da Revolução, com seu D. Pedro á testa, que não queriam povo educado ou morigerado, nem colonias aproveitadas, nem cousa com geito, trataram de ar-

rancar e deitar fora mui depressa a planta que prosperava, e já começava a dar fruto. Quando no mesmo anno e no seguinte promovi com todas as minhas forças e diligencias, de palavra e por escrito, as estipulações, concessões, e tratado, para a navegação do Tejo até Aranjuez, e do Douro até muito a dentro na Castella; quando trabalhei e concorri igualmente para o estabelecimento das diligencias de Badajoz a Lisboa; á mesma dita maxima obedeci, não menos que em bastantes outros casos de consequencia, que não cabe aqui citar. Quando em 1834 vi succumbir aos proprios erros (mais que a outros motivos quaesquér) o Systema Legitimista, immediatamente me puz a semear, pela minha parte, sua futura Restauração, e Regeneração ao mesmo tempo. Nas Cartas seguintes ao *Snr. Caio Junio Chrispo*, se verám algumas das sementes que deitei á terra, e que a final começam de germinar em vigoroso viveiro. As datas mostraram, como não foram estas nem das primeiras nem das ultimas sementeiras que fiz; pelo extracto da communição de Vienna, a pag. 126, se verá, como em dia de S. João de 1835 já era o vigesimo-quarto relatorio que eu para aquella Côrte fazia, desde a nossa quêda um anno antes.

Era preciso, na verdade, bastante fé para já no principio de Agosto de 1834 a ter na Restauração futura de El-Rei e da Antiga nobre Constituição do Reino, para que então mesmo comecei a trabalhar; mas não quero se me

faça grande merito de fé tão viva, ou se me attribúa a espirito prophético aquillo que só é esperar effeitos naturaes de causas conhecidas. Eu me explico melhor. Empoleirado o *Pedrismo* (ou *Pedreirismo*) em Lisboa; triumphantes os Judeos, os Agiotas, e o versatil Palmerston em Londres; e todos os papalvos liberdadeiros, em Portugal e fora, esperando de boca aberta e olhos arregalados o comprimento das pom-pom-pomposas promessas *sancti* de 1828, 29, 30, etc.; parecia inderrubavelmente escarranchado para sempre no espinhaço do pobre Portugal, o esfarrapado e mentiroso *Liberalorio* que a Quadrupede Alliança lá encaipitára. Varios sinceros amigos meus, e amigas, entre elles o Representante de uma Grande Potencia Européa, me aconselharam com instancia, que me submettesse á Governeta das Necessidades; com offertas até de interceder-se efficazmente em meu favor para, em tal caso, eu ser vantajosamente empregado, mediante a penas o competente *ensaldanhamento*.

A minha constante resposta foi:—“ Ainda “ quando outros motivos muito mais fortes me “ não vedassem tal proceder, a só lembrança, “ de que se o adoptasse lhe perderia o feitiço, “ me houvera d’isso impedido. Conheço o vi- “ donho da gatinha que lá no Reino se encaixou “ á força de trampolinas e falsos pretextos; “ deixem-n’a mostrar-se qual é na verdade, e “ verám o que d’alli sabe! Os revolucionarios

“ham de vir a manifestar-se não só muito  
 “perversos, mas muito mais tolos que nós  
 “Legitimistas; a trás de nós virá quem bons  
 “nos fará, e então fallarêmos. O Liberalorio,  
 “que agora parece tão firme no seu burro como  
 “nós o estavamos ha 5 annos, ao cabo d’esse  
 “periodo ou dous, ha de vir a terra de proprio  
 “tombo, ou cavalgar tão bebado e cambaleante,  
 “que um assopro o deitará de caravélas. Ora,  
 “não quero ir participar da sua vergonha e do  
 “seu descredito, por não fallar de algumas  
 “nodoas no costado; por isso quero-me con-  
 “servar independente, e á espreita; apren-  
 “dendo no entanto, e tratando de ensinar os  
 “meus, a melhor andar a cavallo, para não  
 “cahirmos de novo quando volvermos á sella.  
 “Como terêmos um bom par de annos para  
 “tomar lição, é provavel que aproveite, e  
 “saiâmos a final bons cavalleiros.”

Eis ahi o verdadeiro segredo da minha fé,  
 esperança, e até caridade—que todas tres prégo,  
 e pré garei. As seguintes cartas ao Snr.  
*Chrispo* fazem a penas pequena parte de meus  
 sermões; os quaes, até nos mais furiosos dias  
 da perseguição, outros zelosos Missionarios  
 recitavam já nos conventiculos, no segredo das  
 catacumbas e dos escondrijos, para alentar os  
 fiéis espavoridos e descorçoados.

Londres, 10 de Junho, 1844.

No. 7.

Illustrissimo Snr.

*Caio Junio Chrispo (I).*

Londres, 8 de Julho, 1835.

---

Plura patienter feras.—SENEC.

---

Ha tempos tenho estado desejando escrever a V. S., para lhe agradecer a sua excellente correspondencia, que tem sido, e espero continue a ser, da maior utilidade para a Causa verdadeiramente Portugueza e Nacional, em que todos estamos empenhados: esta utilidade tem sido maior doque V. S. o pode imaginar, ou eu exprimil-o aqui; mas espero que n'este ponto, assim como n'outros se fie por agora na minha palavra, e tempo virá em que possa ver mais claro quanto ás provas do que digo.

Não se tem feito uso das suas noticias nas gazetas, por se terem querido usar de outro modo mais substancial e importante; o qual não poderia ter lugar, ou não produziria tão

sálutares effeitos, se as mesmas materias se houvessem prostituido primeiro á incerteza e desconfiança que inspira hoje quasi tudo o que apparece em gazetas—onde se escrevem tantas cousas contradictorias, que sem algum outro criterio álem do dizer das mesmas folhas, não se sabe o que se hade crer do que ellas referem. Isto procede, em grande parte, de saber hoje todo o mundo, que cada gazeta tem hum correspondente, ou mais, que referem os factos como convem ao espirito da folha que os emprega, e não como convem á verdade.

Para fazer idéa de que as suas noticias têm sido usadas em parte de maior consequencia do que se apparecessem n'uma gazeta, leia o extracto seguinte de uma communicação que me é feita de Vienna, vindo de mui alto quartel (porem escuso recommendar-lhe; que este e outros pontos semelhantes sam da mais estricta e delicada confidencialidade, e que, por consequente, deve ter o maior cuidado quanto á escolha das pessoas a quem possa julgar a proposito revelar alguma parte de minhas communicações):—“Vienna, 24 de Junho, 1835.  
 “—Os seus escritos sobre Portugal inspiram a-  
 “qui o maior interesse; e se espera com ancia  
 “o que V. offerece em seu No. 24; devendo  
 “eu acrescentar por minha parte, que sam mo-  
 “mentos estes mui criticos para o seu Paiz, e  
 “que dos avisos que se recebam sobre o estado  
 “d'elle podem depender *resoluções de gravis-*  
 “*simas consequencias.*” — Não precisarei dizer

mais sobre este ponto, e só acrescentarei, que esses "*meus* escritos sobre Portugal", sam em grande parte os de V. S., pois nos seus têm sido communicados os factos que aos meus dam a importancia maior; não tendo eu, quanto á parte narrativa, feito mais que traduzir e ordenar um pouco, das cartas de V. S., segundo a conveniencia dos negocios, e o paladar de quem tinha que ler as relações por mim communicadas. Em todo caso, o serviço que V. S. tem feito com tanto zelo, habilidade, e discrição, é da maior importancia, e em tempo competente elle será representado e reconhecido, assim como devidamente recompensado, se a Providencia não permittir que sejam frustradas nossas bem fundadas esperanças.

Não convem com tudo, que V. S. pare no meio de tão bom caminho; e por isso não posso approvar de modo algum a sua idéa e desejo de abandonar Lisboa n'este momento, e privar-nos assim da sua correspondencia e agencias, como mostrava ao Sr. *Euzebio* estar disposto a fazer. Eu estou devidamente autorizado "a diligenciar e entreter as relações do interesse da causa de S. M. com seus subditos fiéis no Reino; a dirigir os seus esforços e operações; a communicar-lhes as Reaes Ordens, e a fornecer-lhes os dados necessarios para o melhor acerto e bom-successo" de nossos desejos. Conhecendo pois a utilidade dos serviços de V. S. n'essa posição, e a difficuldade de substituil-os pelos de outra pessoa igualmente

idonea, não posso deixar de appellar para o seu zelo e patriotismo, a fim de que faça o sacrificio de não abandonar o posto, nem relaxar em tão bom serviço quando na verdade elle parece prometter em fim algum bom fructo.

Como porem a principal vantagem e utilidade da sua continuação de residencia n'essa Capital consiste no seguimento da sua interessante correspondencia com-nosco, é a isto que deve subordinar a sua conducta principalmente, de maneira que não se arrisque a ficar impossibilitado de continuar a escrever-nos ; pois n'isso mais particularmente que n'outro qualquer serviço interessa o da causa que mantemos. Convirá por tanto, que com grande cuidado evite todo compromettimento, assim como o expor-se a ser obrigado a deixar a terra, ou mesmo a esconder-se, e impossibilitar-se assim de melhor indagar e observar por si mesmo as cousas. Em ouvir, indagar, e observar discretamente, e em escrever com precaução razoavel, não ha risco eminente ; mas em deixar-se levar por seu zelo a outras diligencias pode haver perigo, e este deve fazer tudo por evital-o. Convirá pois guardar-se o mais possivel de manifestar suas opiniões a outras pessoas, excepto as que conhecer por maiores de toda excepção, quanto a bom senso, prudencia, e discrição. Esteja certo, que só com o empregar-se na correspondencia devidamente, faz o maior serviço possível ; e que o pôr-se em caso, por imprudencia ou demaziado zelo, de nos privar da sua



agencia n'esse ponto, seria um verdadeiro de-serviço.

Pode confiar, e assim as de mais pessoas interessadas em nossa causa, que os interesses da mesma se não desprezam nem se descuidam. Os dados de facto, *o mais exactos possivel*, é o que se precisa para ajudar nossas operações, e dar-lhes fundamento solido : n'este particular a sua correspondencia tem sido preciosa, e espero haja de continuar a sel-o ; no que muito promoverá os interesses da sua Patria e do seu Soberano ; tendo-me a mim sempre por testemunha, para fazer valer os seus serviços, em tempo e occasião competente ; e podendo no entre tanto contar-me por seu sincero amigo e collaborador.

De V. S.

muito attento venerador e obrigado servo,

A. R. SARAIVA.

No. 8.

Illustrissimo Snr.

*Caio Junio Chrispo. (II).*

Londres, 27 de Julho, 1836.

---

*Pacatim deambulando longum conficitur iter.*

---

O Sr. *Euzebio* já terá informado a V. S., de que cumpri o seu desejo communicando-lhe a sua carta da 14 de Junho, que recebi em tempo competente, e que muito lhe agradeço. Fiz uso das noticias que V. S. teve a bondade de transmittir-me n'aquella occasião, como ordinariamente o faço das mais que recebemos; tratando assim, o melhor que posso, de levar agua ao nosso moinho.

Como tenho por maxima politica de grande importancia, o estudar a occasião de apresentar os assumptos ás pessoas ou aos governos a quem convem; por isso tenho seguido até agora o systema, quanto ao nosso Paiz, de transmittir a certos Grandes Protectores dos bons principios todas as noções que podiam imprimir-lhes a convicção, *de ser impossivel o consolidar-se em Portugal a ordem de cousas actual.* —Este era o primeiro ponto a conseguir, para

os dispor a *esperarem, ou a contarem com uma mudança.*

O segundo ponto, e o em que agora trabalho, é o de estabelecer a convicção, que, *para esta mudança poder ser proveitosa, e conducente ao fim em que os Governos amantes da ordem podem ter interesse—o restabelecimento da Legitimidade, e conservação do Principio Monarquico na Peninsula—é preciso que a mesma mudança seja do systema revolucionario para o verdadeiro legitimo da Constituição e Instituições Nacionaes.* Advirta-se bem, todavia, que quando insistimos n'esta *Constituição e Instituições Nacionaes*, não as entendemos como ellas se achavam (*só de facto*) nos tempos de desordem; quando em vez de Justiça Real, e da Lei, governavam despotica e estupidamente P. A—s, V—s, G—s—ou mesmo L—s e companhia (certos ambiciosos e impopulares favoritos do Sr. D. J. VI.), tempos antes; mas como ellas regiam Portugal nos tempos de D. Manoel, de D. João IV., e de D. Pedro II., por exemplo.

O terceiro ponto é, mostrar a *necessidade de que a Pessoa do Sr. D. Miguel I. torne ao seu Throno, como Representante indispensavel dos principios sãos e veramente constitucionaes que nos dirigem, e como legitima consequencia e garantia d'elles.*—N'este artigo ha de certo bastante que fazer; porque a conducta e procederes tão extraordinariamente loucos e ruinosos do Governo, ou antes da Camarilha que rodeou aquelle Senhor—fazendo que perdessemos o

melhor jogo com todas as boas cartas na mão—, indispoz muitissimo, dentro e fora do Reino, contra El-Rei; e creou a pouca inclinação que actualmente se encontra em muita gente para ajudar a restabelecel-o. Isto é um dos grandes inconvenientes a vencer, e n'isso se trabalha cá por fora. Mas lá dentro do Reino tambem não é menos essencial o combatel-o; e o modo parece-me ser, *o fallar, e fazer fallar*, os amigos da Causa uniformemente no indicado sentido—que quando El-Rei volte ao seu Throno, já não ha de ir no meio das mesmas influencias, não ha de haver a mesma desordem e anarquia nos seus conselhos que houve nos primeiros cinco annos do seu reinado, e que nos perderam.

Convem reflectir, que o tratar até agora dos dous ultimos pontos mencionados, cá fora era inutil e prematuro; porque se não concebia mesmo a possibilidade (ao menos proxima) de mudança. Hoje porem que os negocios de Hispanha appresentam uma face mais decisiva, principia a ser occasião de ir appresentando a idéa da *possibilidade* de um movimento em Portugal, no sentido de verdadeira Restauração; e da necessidade eventual, dado o caso do triumpho Carlista, de restabelecerem-se as nossas cousas n'um pé homogeneo com as de Hispanha—a fim de segurar e tornar permanente a restauração n'este ultimo paiz, em cuja restituição á verdadeira ordem monarquica e legitima têm as Potencias um interesse maior; e

d'este se deve derivar o que desejamos tômenl por nós.

Ahi tem V. S. o complicado e lento processo de operações por que é preciso passar para dispor algum auxilio em nosso favor, e este ainda assim pequeno ; pois, mesmo quando chegue o tempo de nol-o fornecerem, pouco mais poderá ser que diplomatico e moral ; seu principal beneficio deverá consistir, em paralyzar, quanto possivel, a acção deste paiz (da Inglaterra), em quanto nos for hostil o seu Governo. Tal serviço não é para desperdiçar ; mas cumpre sobre tudo, para sacudirmos o jugo que hoje lá nos opprime, o contar, que só *lá mesmo no Reino se deve procurar o principal remedio*, o mais efficaz, como se dirá mais tarde.

Fiz esta analyse da marcha que tenho seguido, e me proponho continuar, para que V. S. possa, segundo estas noções, mostrar aos nossos amigos a necessidade de paciencia em esperar o desenvolvimento d'este progressivo interesse que é preciso crear em nosso favor, para oppol-o á indisposição geral que produziu contra nós a perda miseravel e inaudita da nossa Causa, ha dous e tres annos ; indisposição que houvera sido quasi impossivel desvanecer, a não terem os que agora dominam em Portugal feito esquecer por seus excessos e loucura uma grande parte dos nossos.

A' vista de tudo o que tenho exposto, V. S. tirará facilmente a conclusão, que a paciencia, e a perseverancia, sam, em tal estado de cou-

sas, as duas virtudes que mais nos podem ajudar.

¿Que ha pois a fazer por agora principalmente, lá no Reino? Julgo que o principal trabalho deve consistir, em generalizar o mais possivel entre os Realistas, e inculcar mesmo a Liberaes moderados, e susceptiveis d'isso, as seguintes verdadeiras e sãs idéas:—

I.—Que o estado actual da nossa Patria é necessariamente de transição, ou transiente.

II.—Que as cousas não podem ficar como estão; tendo, como têm, contra si, 1.<sup>o</sup> a grande maioria do Povo, cuja vontade mais tarde ou mais cedo ha de triumphar; 2.<sup>o</sup> os desatinos e excessos do partido revolucionario, a quem Deos parece ter dementado para perdello.

III.—Que se deve, pois, olhar para um remedio a tantos males; mas que este se não deve esperar senão de um systema de *Restauração Legitima de nossas antigas nobres, livres, sabias Instituições*; e *systema de Conciliação* ao mesmo tempo: de sorte que em fim se restabeleça, debaixo de uma bandeira e de um regimen, a Unidade e harmonia necessarias, entre a maioria dos membros de toda a Familia Portugueza; por que sem isso impossivel será o sálar jámais os nossos males—“*Omne regnum in se divisum desolabitur.*”—LUC.

IV.—Que este systema de *Restauração Legitima*, não ha de ser o reinado das Camarilhas e das Intrigas; mas o da Lei Constitucional au-

tiga, exercido por Ministerio e Conselho illustrados e probos.

V.—Que a mudança para este systema não ha de vir acompanhada de reacções, de perseguições, de vinganças e rancores, nem de um cego espirito de restabelecimento indiscreto e violento de tudo o antigo, mesmo o que fosse reconhecido abuso.

VI.—Que as pessoas por quem ha de ser dirigida e apoiada a mudança, n'estas idéas estão, e n'ellas impellirám El-Rei a marchar, por meio de seus conselhos e influencias, &c.

VII.—Que as cousas de Hispanha vam dispondo a aproximação do momento para a mudança; mas que este *se não deve precipitar*, de sorte alguma.

VIII.—Que o principal escolho a evitar, é o dar pretexto á Inglaterra para tomar ella á sua conta a sustentação do systema que agora lá está em Portugal. Para isto é preciso dispor as cousas de maneira, que quando venha a ter lugar o movimento, apresente o seu verdadeiro character de *Movimento Nacional e Espontaneo* (quanto possivel); e que tambem a cooperação que possa cá de fora ser-lhe dada, se veja ser *Portugueza*, e manejada pelo nosso Partido, etc.

IX.—Que se deve sim tirar coragem e apoio moral dos acontecimentos de Hispanha, mas deve ao mesmo tempo evitar-se inteiramente o identificar as duas causas Carlista e Miguelista; posto que se ajudem e apoiem moralmente, deve

tada uma volver-se e rodar em seu eixo independente.

X.—Que a Voz Nacional, o grito do nosso Partido, seja: *Restauração Realista Portuguesa Antiga*; mas nada de Camarilhas, de Favoritos indefinidos e irresponsaveis, como em máos tempos lá se viram.

XI.—Que na nova Ordem Legítima de cousas que se estabelêça, hade ser uma condição essencial, o restituir sua genuína e salutar autoridade original aos Tribunaes, e ás Corporações do Estado; pois n'isso muito e muito consiste o restabelecimento e reforma da antiga, verdadeira, e sabia Constituição. E' certissimo, que um dos mais perniciosos abusos modernamente introduzidos no governo, um dos maiores transtornos e offensas da Constituição do Reino, foi o despotismo com que os Ministros de Estado, cada um na sua repartição, avocaram e arrogaram a si todos os negocios que lhes appetecia, decisões de tudo, conhecimento de tudo, nomeações a magistraturas e empregos, etc., etc. Era isto um roubo escandaloso, uma violação perniciosa, que se faziam ás legítimas attribuições dos Conselhos e Corporações Constitucionaes do Estado; constituindo-se assim despotas os Ministros, em nome de El-Rei, n'aquillo em que não deviam ser mais que meros approvadores e executores, na resolução das respectivas consultas; segundo o sabio e admiravel systema de nossas Instituições antigas.

XII.—Que deve desde já tambem tratar-se,



cômo cousa essencialissima, de inculcar constantemente a *nobre Generosidade para com os vencidos em geral*, quando a ventura nos ponha em circumstancias de exercitar essa virtude; isto como efficaz, e politico, meio de acabar com reacções, e diminuir o numero dos inimigos, ou dos obstaculos.

Eis ahi, em summa, os elementos de que deve tratar-se de compor a nova opinião sensata; eis as bases sobre que deve fundar-se o verdadeiro plano de Restauração, o unico que parece possível vingar, e restituir ao nosso pobre Portugal a paz e alguma prosperidade. N'este sentido pois se deve fallar e escrever.

Para que veja como não deixam de tomar-se medidas a fim de haver, em tempo competente e opportuno, os meios de apoiar e sustentar a Causa, mando a prova de um titulo dos preparados para a intentada operação financeira d'onde se esperam recursos pecuniarios. Esta operação não será productiva senão quando se desenvolverem certas circumstancias favoraveis; acha-se porem tudo prompto para se aproveitar sem demora a occasião opportuna, logo que se offereça.

Creia que os ultimos acontecimentos de França induzirám mais e mais Luiz Philippe a desapoiar a revolução em geral; e é opinião de bôa gente, que a viagem de seus Filhos ao Norte muito a isso tambem ajudou. Ha pois bôas razões para crer, que a França antes estimará que impugnará o triumpho de

D. Carlos ; e depois, por concomitancia, o de El-Rei D. Miguel deverá encontrar o mesmo favor.

De V. S.

Seu muito affectivo e muito obrigado amigo,

A. R. SARAIVA.

No. 9.

Ilustrissimo Snr.

*Caio Junio Chrispo (III).*

Londres, 23 de Setembro, 1836.

Who would be free, themselves must strike the blow.  
(Quem livre quizer ser, conte com-sigo.)—O'CONNELL.

Pelo Sr. *Euzebio* fui informado de que V. S. recebeu a minha de 27 de Julho, e o estimo ; assim como estimarei muito, e muito convirá ao-bem da causa em que tanto estamos empenhados, que se trabalhe por ahi, e por toda parte do Reino onde possam chegar as suas inspirações, no sentido dos varios artigos de direcção contidos n'aquella carta. Eu sei, e

já o sabia quando escrevi os mesmos artigos, que ha de haver gente a quem pareça vagaroso aquelle processo, e que ha de objectar a varios dos pontos d'elle; e com tudo isso, creia-me V. S., o que alli se requer é o mais essencial, e ha de apressar mais doque se pensa á primeira vista o complemento dos nossos desejos. Tambem ha de parecer atrasado este negocio; e na verdade o estava quando escrevi aquella carta (posto que não tanto como parecia): mas esse atrazo era filho da natureza do mesmo negocio; o qual de sorte nenhuma podia mostrar progressos sensiveis, em quanto certas circumstancias determinantes da sua factibilidade não trouxessem a occasião de se manifestar o quanto se tinha ou não aproveitado na preparação do maquinismo, que um dia—ou antes, que *no momento opportuno*—se devia pôr em acção.

Essa occasião se apresentou logo depois de eu ter escrito a minha dita carta, que, como V. S. sabe, teve demora na entrega; e então tive ensejo de verificar, que se tinha adiantado mais doque eu proprio esperava: a dita occasião foi trazida pelas ultimas occurrencias de Hispanha começadas em Malaga. Não se assegura o engenheiro da perfeição effectiva de um engenho, antes de poder experimental-o; e, se é prudente, não promette maravilhas antes de estar certo de podel-as produzir e effectuar. Agora pois que já tive alguma oportunidade para ensayar a efficacia dos nossos trabalhos,

posso fallar com mais segurança, e dizer sem hesitação, *que ha hoje nos que podem e ham de auxiliar-nos, na Europa Monarquica em fim, as mais favoraveis disposições a nosso respeito ; e que não só já se admite a possibilidade da nossa Restauração, mas com ella se conta* (graças áquelle mesmo longo e circuitoso processo que se empregou, e que talvez prolixamente expuz na minha carta de 27 de Julho). Os fundamentos com que tal affirmo não careço nem devo dizel-os ; mas tambem não deve ser preciso mais doque exprimir-me assim para ser acreditado.

Entendâmo-nos porem desde já n'uma cousa muito essencial (por que illusões nunca produziram senão *desapontamentos* e logração) : quando digo, *os que podem e ham de auxiliar-nos*, é preciso que se entenda qual auxilio d'elles se pode esperar, ou que elles *podem politicamente dar*. Ainda que possam vir talvez a prestar ulteriormente alguma cousa mais, com tudo, para nos não acharmos enganados, devemos contar sómente com *auxilios indirectos e diplomaticos*. Não devemos imitar a simplicidade e ignorancia de certos de nossos partidarios, que sonham a possibilidade de enviarem-se exercitos, esquadras, etc., de paizes longinquos, em nosso auxilio, sem conceberem, e menos considerarem, as difficuldades e complicações que a esse envio oppõem barreiras insuperaveis !

E' preciso abandonarmos por uma vez a

mania de acreditar, que alguém para vir acudir-nos arrisque o perder-se a si proprio; ou que para vir apagar um incendio a nossa casa, se queira temerariamente expor a ir deitar a todo o Mundo o fogo de uma guerra geral. Mas nem por isso, ao mesmo tempo, se creia, que se não possam obter soccorros e cooperação indirecta do maior valor, quando lá dentro do Reino se tenha creado e preparado a occasião de poderem ter logar. N'este particular tambem exijo *fé implicita* nas minhas palavras; porque nem é prudente, nem quasi possivel, o expender mais a materia.

Mas dentro de Portugal sobre tudo é que está o principio do salvamento: só Deos pode curar um *defuncto*; um corpo que não dê sinal de vida, é ordinariamente abandonado por morto. E' pois necessario preparar as cousas para que o corpo *dê sinal de vida opportunamente*; e digo *opportunamente*, porque, se um homem mal-tratado por salteadores, e que estes deram por morto, lhes deixa conhecer o engano em quanto estão em medida de vir completar o assassinio, isso não é *dar sinal de vida opportunamente*; é convidal-os a virem ultimar a obra. Ha lá dentro, eu o sei, e ha cá por fora tambem, muita da nossa gente, que quer se dê sinal de vida *fora de tempo e de proposito*; quando o que convem é prepararmo-nos para dal-o a tempo, e até fingir exteriormente, no entanto, que se está morto. Eis ahi porque me estendo com estes discursos em mostrar a

necessidade do *festina lente* em nosso caso.— Para lá se preparar o enfermo a dar sinal de vida a tempo, acrescentarei mais alguns artigos á receita que dei na minha carta de 27 de Julho; eil-os aqui:—

1º.—Dever-se-ha dissuadir e impedir o mais possível a emigração para fora do Reino, de todos quantos não correrem imminente risco de vida lá dentro; e sobre tudo se saam homens uteis ou no civil ou no militar. Cá fora vêm só crear embarços para si e para El-Rei mesmo, e de pouco ou nenhum prestimo podem ser: acrecendo a isto, que, se for a emigração para Hispanha, virám fazer muito mal, em vez de bem, á causa de El-Rei; pois virám acrescentar motivos e fundamentos ao *casus faderis*, e provocar o envio a Portugal de um exercito Britanico—inconveniente de que sobre tudo nos devemos guardar.

2º.—Deve-se fugir de blasonar diante dos “*Liberaes*” com futuro apoio de Hispanha ou de D. Carlos; este deve só servir, em segredo, de animação aos Realistas.

3º.—Deve-se evitar com grande cuidado, o fallar ou exprimir sentimentos hostiz á Inglaterra, ou ao Governo Britanico; taes sentimentos não devem transpirar nem nas palavras nem nos escritos Realistas.

4º.—Não deve soar tão pouco onde possa chegar a ouvidos inimigos, que se tem esperanças ou idéa alguma de apoio do Norte, ou de outra parte.

50.—Entre os Realistas deve absolutamente evitar-se o fallar mal de Luiz Filipe, ou mostrar que se olha como inimigo nosso (que não é hoje). Fallando com Francezes ou com pessoas por quem o que se dissér possa chegar ao conhecimento de funcionarios do Governo de França, dever-se-ha muito elogiar a *sabedoria*, a *prudencia*, a *habilidade*, do Rei dos Francezes, em *domar a revolução*, em *promover a felicidade do Paiz*, em *manter a paz*, etc. Diante de “liberaes” Portuguezes, ou Inglezes, não se deve exprimir opinião alguma, nem bôa nem má, sobre Luiz Filipe ou seu Governo. Aos Realistas deve fazer-se-lhes saber, que Luiz Filipe é hoje o homem que nos é mais útil na Europa, e que em logar de atacal-o convem agora sustental-o.

Todas as precedentes instrucções não só recommendo a V. S. promôva a sua observancia, mas o autorizo a recommendar o mesmo da minha parte, como Agente de El-Rei, a todos os bons Portuguezes capazes de se lhes communicarem taes materias (podendo para esse effeito fazer d’ellas extractos, etc.).

Resta-me só fallar um pouco de El-Rei actualmente, e n’este ponto serei breve por agora. S. M. começa, me dizem, a ver melhor os seus interesses, e estão tomadas as mais efficazes medidas para lhe fazer ver e evitar no futuro os escolhos em que já naufragou com Elle e com-nosco a não do Estado. Trata-se de apartar d’Elle os que ainda por lá restam de

seus antigos maos conselheiros. Agora mesmo já pouco mal podem fazer esses que restam; pois que pelo seguinte extracto de carta de pessoa de toda competencia, posto que não Portugueza, fará V. S. idéa do quanto deve tudo estar melhorado; a carta é de 7 do corrente .—“ O que eu posso assegurar a V. positivamente, e V. pode assegurar-o aos bons Portuguezes, tanto dentro como fora de Portugal, sem temor de enganar-os nem de comprometer-se V. mesmo, é que as unicas pessoas que hoje em dia exercem influencia sobre o animo d’El-Rei, e a quem consulta, e presta attenção, são o Sr. Guião, e o honradissimo e irreprehensivel Marquez de Lavradio.”

Creia-me

De V. S.

muito affectivo e muito obrigado amigo

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.



# CARTAS CONSPIRADORAS.

---

No. 10.

Illustrissimo Snr.

*Caio Junio Chrispo (IV).*

Londres, 8 de Outubro, 1836.

---

Vencâmos antes em seis mezes, doque arriscarmos tudo em hum dia.—VIEIRA, *Carta III.*

---

Vi com os sentimentos que a cousa deve inspirar as suas judiciosas reflexões, na carta de 24 do passado, sobre a pouca ou nenhuma probabilidade de bom exito n'um movimento que agora já se fizesse, &c. A minha carta de 23 do mesmo terá mostrado a V.S. que essa era tambem e é a minha opinião, e d'ella não mudo; nem ahi se deve mudar no systema que eu tenho recommendado, nas minhas duas cartas de 27 de Julho, e de 23 de Setembro.

Concebo muito bem a sua sorpresa manifestada nas palavras, "e o mais é, que alguém

“lá, vindo de fora, e que para fora entretém  
 “intelligencias, que promove activamente esse  
 “movimento, e que está em relação com o  
 “que vai succedendo pelo Algarve. Não cum-  
 “pre profundar este assumpto, de que ahí  
 “talvez haverá idéas claras, &c.” Desejo  
 muito saber quem é esse “alguem vindo de  
 fora”, para ajuizar d’onde pode vir essa lou-  
 cura (ou talvez peor que isso) de querer tudo  
 precipitar e perder sem tom nem som; á ma-  
 neira de tantas semelhantes que se praticaram  
 desde 1832 a 1834, e que nos trouxeram ao  
 bello estado em que hoje nos achamos! Eu  
 entendo que, venham d’onde vierem taes di-  
 recções, ellas sam suggeridas por alguem do  
 partido inimigo, que deseja tudo comprometter  
 antes de sasão, e fazer assim abortar os frutos  
 que, esperando-se pelo momento da maturi-  
 dade, não podem falhar de produzir todo o pro-  
 veito que da colheita esperamos. Entendo, que  
 a mesma triste roda que fez mandar a nossa  
 esquadra de presente a Napier, que tudo frus-  
 trou, que tudo arruinou, que tudo perverteu,  
 em quanto cercou a S. M. (e que por desgraça,  
 para fazer-lhe o derradeiro mal que podia—o  
 desacreditar-o com sua prejudicial companhia—,  
 o seguiu até Roma), é donde vêm ainda hoje  
 esses desconcertos, esses inconvenientes, essas  
 divergencias do só bom plano. Quaesquer  
 que sejam ou as asserções, ou o nome, ou  
 mesmo os documentos, com que os agentes  
 d’essas manobras queiram autorizar a sua mis-

são e disposições, tenho o mais solido fundamento para crer, que tudo é feito sem assentimento verdadeiro, e contra as intenções de S. M.

Continue-se, pois, a trabalhar no sentido das minhas Instrucções; o fundamento d'ellas é authenticico, official, e não-revogado; pelo contrario, tenho mil razões de crel-o confirmado e sancionado de novo. O que possa por ahi haver, ou o que possam affirmar em contrario, só pode ser filho d'aquella mesma desordem e anarchia que desgraçadamente dominou os lados de S. M.; e cujos habitos inveterados não podem perder as mesmas figuras que ainda hoje abusam do favor e da bondade do Soberano em tel-as junto a si, para com isso autorizarem procedimentos com que ameaçam perder de novo a sua e nossa causa.

Hoje tenho mais que nunca razões positivas para affirmar, que em breve se verá como S. M. conhece os destemperos que o perderam e a nós; conhece a incapacidade, a perniciosidade, dos que foram causa d'esses destemperos; conhece que pelo mesmo systema, e pelas mesmas pessoas, se não pode chegar senão a uma nova perdição, e nunca a porto de salvamento; e em resultado de todos estes conhecimentos e convicções, *deseja, e trabalha*, por a isso tudo pôr côbro, e assegurar o acerto futuro pelo remedio dos erros passados, com remover as causas d'elles.

É porem mais animador ainda o saber-se, que quanto acabo de dizer já não depende sómente da vontade isolada de El-Rei, nem da influencia de tal ou tal individuo; mas sim depende de um systema razoado, ponderado, approved, e adoptado, como condição essencial e *sine qua non* da cooperação de tudo quanto pode ajudar S. M. a subir de novo ao Throno —d'onde só o precipitaram os malfazejos conselhos que ainda agora intrigam para cavar-lhe abismos entre a sua posição actual e os degrãos do mesmo Throno.

Repito pois, que se creia nas minhas palavras *implicitamente*; eu não sou homem, nem mantenho character, que não possa em todo tempo sustentar e provar o que digo: álem de que, se não é prudente o commetter ao papel os fundamentos com que fallo, as pessoas que aqui estam e que me merecem confiança como V. S., sabem que não fallo no ar, e para ahi o assegurarám.

Não tenho tempo para mais, e concluo affirmando a V.S., e aos nossos bons e honrados Portuguezes, que o nosso negocio—que é nada menos que o do salvamento da Patria, do Monarcha, da Constituição, da Independencia, e Honra Nacional—está em melhores termos doque podem talvez imaginar, e doque eu mesmo esperava ainda ha pouco. Mas, para não frustrar tão boas disposições, é preciso não desviar da marcha indicada, e sobre tudo

não esquecer, que o bom successo da causa depende de varios PP—*Perseverancia, Prudencia, Paciencia*, com mais um P negativo, que é, *nada de Precipitações*.

De V.S.

muito affectivo e obrigado amigo,

A. R. SARAIVA.

No. 11.

Illustrissimo Snr.

*Caio Junio Chrispo (V).*

Londres, 23 de Novembro, 1836.

Tunc demum intelliges, quid faciendum tibi, quid vitandum sit.—SENEC., *Epist.* CXXI.

Ainda não chegou o paquete que me deve trazer a carta de V.S. annunciada na particular ao Sr. *Euzebio*, trazida pelo *Transit*; estou pois esperando com o maior interesse a dita carta, para saber mais exactamente d'essas deploraveis tentativas e imprudentes agencias feitas sobre instrucções e autorizações discor-

dantes das minhas, e que podem tanto prejudicar ao bom andamento e triumpho mais prompto da nossa causa. Essas instrucções, e autorizações, assim como todos os arranjos pecuniarios, por letras, &c., que ao mesmo negocio dizem relação, foram cousas determinadas e calculadas ainda em quanto as mesmas sinistras influencias de que já fomos victimas tinham ao pé de S. M. um deploravel credito e peso; dos quaes só sabiam usar para mais e mais peiorarem a posição da Pessoa e Causa do mesmo Senhor. Consta-me que as ditas autorizações sam datadas dos fins de Janeiro, ou principios de Fevereiro passados.

Depois d'esse tempo, com tudo, têm as cousas completamente mudado em Roma para melhor, e cada dia mais e mais se emendam os erros passados, que se reconhecem finalmente, assim como suas funestissimas consequencias. N'estes ultimos dias sobre tudo, se tem adquirido taes seguranças, taes garantias poderosas, á cerca da bôa e sabia conducta futura de El-Rei, e dos que agora o cercam; e esta resolução determinada, e apoiada por tão fortes esteyos, decididos a não deixarem fazer mais despropositos, que em fim posso dar a segurança positiva, de que tudo marchará como deve ser, e como só convem ao bom successo de nossa honrosa empresa.

Segundo as palavras de V.S., conto, já se sabe, rigorosamente sobre a *quella fé implicita* que tanto se faz necessaria, de um lado para

se não arriscar a reserva indispensavel a respeito de certos pontos e fundamentos da nossa confiança, de outro para mutua satisfação de quem determina, e de quem obra: d'esta sorte, uns podem contar que o determinado se executará do melhor modo que as circumstancias permitam; outros que as determinações sam na verdade fundadas nos melhores dados, e nas mais prudentes combinações. Seguindo-se pois á risca as instrucções que já tenho enviado, e as que vou a acrescentar, não duvido assegurar, que só alguma desgraça imprevista, algum d'estes accidentes que não está no poder humano o evitar, poderá impedir o nosso triumpho. A não haver contratempo, verêmos de novo firmemente sentado em seu Throno, e sárando os males da Nação, por meio de um sabio Governo verdadeiramente regenerado, o Soberano por quem temos feito tantos sacrificios, e cuja Restauração pode só restituir á nossa Patria a Unidade Social, a paz, a prosperidade, e a ventura, que as revoluções lhe roubaram.

Eis aqui mais alguns pontos a que é da maior importancia que se dê séria attenção, e se trabalhe por generalizar o mais possivel em nosso Partido as noções que elles contêm, e os effeitos que devem produzir :—

1º. Por motivos mui ponderosos e vitaes para a nossa causa (os quaes não seria possivel expor aqui sem alongar muito esta instrucção), é da maior importancia, que os Realistas, não

façam movimento algum prematuro, e que estejam tranquillos até se lhes dar o sinal de acção; porem este não devem esperal-o antes dos fins do Inverno, principios da Primavera. Em consequencia de certa combinação, só então poderão estar plenamente dispostas as cousas para um seguro resultado; ao mesmo tempo que para essa occasião a acção d'este Governo (de quem temos principalmente a temer, e contra cuja hostilidade nos devemos principalmente precaver) será infinitamente menos livre e desembaraçada para fazer-nos mal, doque se antes d'essa epocha empreendessemos qualquer tentativa.

2.<sup>a</sup>. Segundo certos dados que fazem grande probabilidade, este estúpido e malfazejo Governo Whig ainda não desiste da tentativa de restabelecer ahi a Carta, ou antes o partido *Devorista*. Ha fortes presumpções para se crer, que Lord Palmerston está mesmo resolvido, em ultimo caso, a ajudar a restabelecer D. Maria como *Rainha absoluta* de Portugal. Com isto elle se lisongeia de poder adoçar a opposição dos Realistas Portuguezes, e de propiciar as Côrtes Monarchicas oppostas á Revolução. Pensa loucamente Milord, que nós os Realistas o que queremos é um *Absolutismo*, seja de quem for (!); que nada nos importamos com a Pessoa que governe, com tanto que não haja Carta nem Constituição (!!); e portanto saca d'aqui a conclusão, que desde o momento em que elle nos offerecer a sua D. Maria, e o seu



Coburgo como "*Rainha*", e *Rainho*, absolutos, nós ficarêmos immediatamente namorados de tão bello arranjo, e não curarêmos mais de D. Miguel, nem das nossas Leis, e Direitos Fundamentaes (!!!). Da mesma sorte julga, que as Potencias Monarchicas se não importam da Legitimidade senão em quanto ella lhes é uma especie de garantia de "*absolutismo*", segundo o *jargon* dos charlatães "*liberaes*"; e que tão depressa como D. Maria deixe de ser "*Rainha Constitucional*", ellas a reconhecerám todas sem demora, e não quererám mais ouvir fallar em D. Miguel (!!!!). Confesso que é preciso ter a cabeça de Lord Palmerston para entreter sériamente semelhantes tolices! mas tal é o facto! Como porem uma e outra das suas supposições é falsa, deixal-o dar mais essa cabeçada, para fazer a segunda parte do bello negocio do 3 e 5 de Novembro (a *Belemzada*)! — Convem por tanto, que em todo o caso os Realistas estejam preparados e de aviso para contrariar, por palavras, por acção, e por escrito, aquellas vistas de Palmerston. Em regra geral: Convem que os Realistas andem sempre em opposição completa com todo arranjo que seja insinuado ou promovido pela Inglaterra Whig.

3º. A idéa d'este Governo é tambem, que nenhum ahi se poderá firmar ou consolidar, sem que haja huma reconciliação, e união, entre as differentes facções "*liberaes*" de Car-tistas, "*Constitucionaes*", &c. (N'isto tem ra-

zão, e só lhe falta, para tel-a ainda mais, o ajuntar, *entre os Realistas tambem*). Por tanto, ainda que a possibilidade d'essa união ou unidade "liberal", ao menos duravel, seja, quanto a mim, um sonho, devem, não obstante, os Realistas estar sempre álerata, e empregar todos os meios possiveis, para impedir esse resultado; não devem desprezar expediente algum capaz de semear a sizania entre seus inimigos, ainda deixando crer algumas vezes o participarem por ventura nos sentimentos d'estes, quando estejam em divergencia com os de outra facção que principalmente se queira abater e combater.—Esta Conciliação ou Reconciliação (nos termos habeis) de toda a Familia Portugueza, condição sem a qual de certo jámais pode haver paz e tranquillidade no Paiz, deve sim um dia vir a promover-se e a verificar-se; porem tal obra bemfazeja deve reservar-se para os Realistas, para o Governo Legitimo da Restauração Constitucional de El-Rei.

4º. Devem os Realistas guardar-se com grande cuidado, de fallar ou gabar-se de proxima volta do Senhor D. Miguel a Portugal; devem fallar e obrar como inteiramente independentes d'Elle, como se d'Elle não recebessem, nem esperassem instrucção ou direcção alguma. Deve, finalmente, fallar-se d'El-Rei como se não fizesse mais que uma Parte accidental e accessoria da Causa Nacional, como sendo o seu Representante obrigado, a sua

Bandeira, o Sujeito em que se exercita a acção das Leis Fundamentaes do Reino; o Ente Passivo, e não o Motor, ou Arbitro, ou Agente Principal e activo, do systema. Assim, o seu Nome não deve ser pronunciado jámais em publico pelos Realistas; em logar d'elle, não se lhes deve ouvir senão, "*Leis Fundamentaes da Monarchia—Independencia, Honra, e Dignidade Nacional—Libertação da degradante influencia estrangeira—Direitos do Povo Portuguez, de possuir o Governo, e o Soberano, que as suas Leis e Costumes designam, e não o que estrangeiros e facções injustamente lhe dictem, &c., &c.*" — Isto é preciso, porque, sendo ainda muito grande a irritação existente n'este paiz contra a Pessoa, individualmente, de Sua Magestade (em razão das atrozes preocupações creadas contra Elle pelas calumnias da Imprensa, e communicadas a esta pelos Pedristas aqui refugiados, desde 1828), com facilidade se moveria a opinião publica, e mesmo o Parlamento Britanico, a prestar mão forte e auxilio ao Ministerio contra qualquer tentativa de Restauração em Portugal que parecesse ter principio nas determinações de El-Rei mesmo. Em quanto, pelo contrario, se o movimento em Seu favôr se fizer sem que se veja tel-o a Elle por autor; mas antes que apresente o character de acto espontaneo, independente, e proprio, do Povo, ou da Nação, já o publico aqui, como o Parlamento, se acharám muito menos dispostos a sustentar o Governo em ten-

tativas que quizesse **emprehender** para opprimir a vontade, o voto nacional, do mesmo Povo ou Nação Portuguesa.

5º. Em lugar de assoalhar nos papéis Realistas, ou em conversações publicas onde se achem “liberaes”, idéas, e esperanças de que o Senhor D. Miguel se occupa de voltar ao Reino, de que não tardará em vir, etc., dever-se-ha pretender antes, que elle não se mexe donde está, que não se occupa de expedições, de projectos ou vistas de invadir Portugal, ou derribar o Governo actual; que elle nada anima, ou promove, as tentativas de seus partidarios, etc., etc. Mas, para que estas demonstrações ostensivas não vam tambem desanimar alguns Realistas, ter-se-ha cuidado em particularmente desmentir estas cousas, e fazer saber aos nossos confidentes, que ellas se não propalam senão por necessario e prudente estratagemas. Ao mesmo tempo, como se vai tambem aconselhar a El-Rei, que da sua parte finja igualmente nenhuma attenção dar ás cousas de Portugal, e aos proprios interesses da Sua Causa; convirá, do mesmo modo, prevenir confidencial e positivamente os nossos, de que aquella negligencia e falta de attenção, não sam mais que fingidas e affectadas, e que com ellas promove S. M. mais os interesses e bom successo da sua e nossa causa, doque o faria com empregar pessoalmente os maiores

esforços e actividade, com preparar expedições, como D. Pedro, ou cousas semelhantes.\*

Eis ahi os principaes pontos que por agora me occorre de prevenir, assim mesmo á pressa, pois não tenho vagar para melhor elaborar estes trabalhos; só me restam ainda duas cousas a dizer, eil-as aqui:—

1.<sup>a</sup>.—Em breve ahi constará, que El-Rei, conhecendo em fim que devêra a sua perda, na maior parte, á gente que o rodeou, e que trouxe com-sigo para Roma, d'elles se separou; e os substituiu por gente capaz de inspirar confiança aos homens honrados e de senso.

\* As precauções de que se trata n'este 5.<sup>o</sup> artigo, e mesmo outras, que vam antes, o leitor proprio bem discernirá, que eram exigidas então pela brutal, prevenida, e louca hostilidade para com El-Rei, e para com a genuina e verdadeira Nação Portuguesa, que os estouvados Whigs, especialmente seu Palmerston, entranhavelmente nutriam. Mesmo independente d'isso, aquella era a politica mais conveniente a El-Rei e á Nação nas circumstancias d'esse tempo. Hoje, que gente mais sensata e justa preside aos conselhos da Gran-Bretanha, e que em tantissimos conceitos as circumstancias sam outras, dentro e fora de Portugal, em vez d'aquella timida politica, importa-nos a manifesta ousadia de nossa razão e de nossa justiça; hoje, que atrevidamente podemos dizer ao mundo, ou antes ao espectro da *Quadrupede Alliança*:—"Considéra na Lusitania a tua bella obra, e vê se, mesmo com todos nossos antigos defeitos, não valiamos mais do que aquillo!....; Limpa a sordida mão á parede, que feitura digna d'isso fizeste, e de roda boa de açoutes, tu e teus oraculos, grandicissima Toleirona!"

Ante-hontem d'aqui mesmo partiu, para ir solicitar isso de S. M., o nosso honrado antigo Encarregado de negocios em——,\*\*\*, homem capaz de dar bom conselho a El-Rei, e que, com outros como elle, accreditará, como tanto convem, a comitiva e lados de S. M. para o futuro.

2ª.—Tinha tenção de escrever directamente duas cartas aos Redactores dos jornaes Realistas ——, e o ——, para agradecer-lhes e louvar-lhes, como tanto merecem, os grandes serviços que com tal zelo e habilidade têm feito á causa de S. M., principalmente n'esta recente e importante occasião (da *Belemzada*); havendo trabalhado tanto de accordo e no espirito do meu systema e instrucções. Mas, para não augmentar volume e trabalho, péço a V.S., que por mim queira expressar-lhes estes sentimentos, e rogar-lhes a continuação de tão bom serviço, na mesma linha e systema que têm seguido, com tão bom exito e acerto.

De V. S.

muito affectivo venerador e criado,

ANTONIO RIBEIRO SARAIVA.

No. 12.

Illustrissimo Snr.

*Caio Junio Chrispo. (VI).*

Londres, 30 de Novembro, 1836.

---

A porfia mata a caça.

---

A vantagem de se entrar no bom e verdadeiro caminho das cousas, e de n'elle se proseguir com firmeza e perseverancia, acaba n'este momento de exemplificar-se completamente no que succede com a minha recepção da estimada carta de V. S. de 13 de Novembro; havendo-a justamente recebido quando estava acabando a inclusa para os Srs. Redactores do \*\*\*, a qual tinha escrito já á vista do No. — do mesmo papel, que esta manhã cêdo tinha recebido. Assim vê V. S. como nos encontramos na boa estrada.

Muito á pressa vou a responder á dita carta de V. S., por ser urgente a materia, sem prejuizo de fazel-o outro dia mais de vagar; e poderám V. S. e os nossos olhar esta como

Supplemento ás instrucções contidas na minha de hontem.

1º. A respeito das difficuldades que ha em convencer alguns nossos Realistas de certos pontos, basta-me a segurança que V. S. me dá, de que “se faz a diligencia possivel”; pois com isso V. S. cumpre, e pode ao mesmo tempo estar certo, que sempre alguma cousa se lhe aproveita; pois

“Tanto bate agoa na pedra

“Té que a chega a carcomer.”

Siga-se, por tanto, no mesmo systema, que o perseverar é grande regra.

2º. Quanto á outra difficuldade, de impedir que se manifestem sentimentos hostiz á Inglaterra, felizmente agora já não ha tão grande inconveniente n'essa manifestação, depois dos ultimos procedimentos das authoridades, agentes, e força Britanicos ahi, nas ultimas bem conhecidas occurrencias (*a Belemzada*). Antes é conveniente agora manifestar essa hostilidade, mas *discretamente*, isto é, fazendo-se a distincção seguinte:—Dizendo, que nada temos contra a Nação Inglesa ou contra o Povo Britanico em geral; mas sim temos muito de que nos queixar e scandalizar do Governo Britanico, dos seus Agentes e adherentes, e tambem dos individuos Ingleses quaesquer que nas nossas cousas e disputas civiz se têm tão impertinente, tão insultante, tão in-



justamente intromettido; insultando a nossa honra, a nossa dignidade nacional, e offendendo escandalosamente os direitos da nossa independencia como Nação.

Estimarei saber explicitamente de quem foi a reommendação para se não attacar a Inglaterra, mas o seu Governo Whig, da qual V. S. me falla na sua carta; este conhecimento é para mim importante, assim como para os negocios, e por isso de V. S. o espero.

A pretensão dos Redactores do \*\*\*, de imitarem a *Gazeta de França*, até um certo ponto não é má; porem pode V. S. aconselhar-lhes, da minha parte se quizer, que antes tomem por prototypo a outro jornal Francez legitimista muito mais solido, seguro, e são doque a dita Gazeta, a qual têm muita idéa só especiosa, e muita parte de cujo systema é illusoria, visionaria, e impossivel. O jornal de que fallo, o qual muito convinha que ahi tivessem, e d'elle extractassem largamente, é o intitulado "*La France*", impresso e publicado em Paris.

Eu vou provavelmente fazer uma digressão ao Norte, por convite de alguem do mesmo Norte; V. S. poderá ajuizar para quê, com que fim, com que utilidade: e tambem d'ahi poderám colligir, se é ou não sério este negocio, se sam importantes as minhas instrucções, se deve dar-se por ellas, ou pelas subrepticias da pessoa de quem V. S. me falla na sua! Sobre a utilidade e acerto do nosso actual systema, pode V. S. ler o que diz o jornal Inglez

ahi impresso (*The Lisbon Mail*); segundo o leio na correspondencia do *M. Chronicle* de hontem; cheirando-lhe já, que os Miguelistas jogam d'esta vez outro jogo bem diverso do que jogaram no tempo do Governo anterior de El-Rei.—Sobre a minha dita viagem ao Norte, *discrição e mais discrição.*

De V. S.

muito affectivo e muito obrigado amigo;

A. R. SARAIVA.

## POSAMBULO.

(*A' carta precedente.*)

Eis aqui a traducção fiel do mencionado extracto do *Lisbon Mail*, por onde se vê, que o Redactor d'aquelle papel, mui ligado, como toda a gente sabia, com a Legação Britanica, principiava a perceber os effeitos das direcções que d'aqui se estavam dando, e que na verdade eram então seguidas e executadas com grande zelo, habilidade, e destreza; dizia elle, em data de Lisboa, 22 de Novembro, 1836;—“ Dom Miguel ainda permanece em  
 “ Roma, porem os seus movimentos parecem  
 “ indicar determinação de sahir de Italia.  
 “ Pelas manifestas confissões de seus sectarios,

“e por outras circumstancias ligadas com o  
 “partido de D. Miguel, não podemos deixar  
 “de reconhecer na tactica presente dos inimi-  
 “gos occultos da Liberdade Constitucional,  
 “subtil sabedoria grandemente superior á que  
 “se manifestou nos conselhos do *Usurpador*  
 “durante a guerra civil.”—Depois, fallando  
 das gamberrias e contendas entre os Cobur-  
 guistas das differentes côres, acrescentava:—  
 “Em quanto estas dissensões intestinas exis-  
 “tem, o partido *constitucional* baixa na esti-  
 “mação das nações, a sympathia evapora-se,  
 “os recursos pecuniarios da Nação estreitam-  
 “se, a confiança destroe-se, o commercio em-  
 “pata-se, o ardor e o enthusiasmo paralyam-  
 “se, etc.”

Mais de um Leitor vai perguntar a si mesmo:  
 ¿mas como é que d’essa bôa direcção mani-  
 festada então, e assim reconhecida, não resul-  
 tou por tanto tempo fruto algum? O recriminar  
 hoje mais fortemente contra quem d’isso teve a  
 culpa, seria superfluo; limitar-me-hei pois a  
 dizer, que houve mão inexperta, e falsamente  
 pre-occupada, a qual, pouco depois, em Nome  
 de El-Rei, mandou cortar a planta que come-  
 çava a brotar com bons auspícios da se-  
 mente pel-as cartas d’esta série, e muitas  
 outras, á terra lançada. A consequencia foi,  
 atrazarem-se indefinidamente por ahi as cres-  
 cenças e a colheita; pois fui compellido a  
 deixar por cinco annos a sementeira vegetar  
 per si quasi sem cultivo ou fomento. As raizes

lá ficaram, todavia, lavrando debaixo da superficie, engrossando e robustecendo sob o gordo adubo das loucuras e destemperos com que os **Liberdadeiros** fertilizavam abundantemente o campo; esperando pelo sol genial da mudança que a Providencia Divina fez manifestar nos conselhos de El-Rei, como pela sação favoravel, da *Restoiração Gaiozo*, e do *pastel Ovidiano* que chamaram *Coallisão* (*quem dixere Cahos.... pugnabant humida siccis....etc.*), do bem-fadado 1842. O *Ecco*, é verdade, em quanto viveu, e o *Portugal Velho* em quanto não enehocheceu de todo, alguma tanto foram conehgando isso que da planta restava; porem, sem os cuidados e favor do meu muito estimado patricio o Snr. Costa Cabral, que Deos conserve nas mesmas disposições, corria a raiz grande risoo de nunca mais brotar vergon-teas, ou produzir os rebentões com que hoje se ufana tão viçosa—; viva, viva o Snr. Costa Cabral, e viva a *Gaiozo*!

Um dia o Comodoro Napier (por alcunha o *Conde do Cabo de S. Vicente*), me dizia mui alto e bom tom, diante de grande numero de seus camaradas, no *Club Naval*, em *Bond Street*.—“O jogo e a porfia entre os partidos  
“de D. Pedro e D. Miguel era; a quem havia  
“de fazer mais erros e despropositos; corre-  
“ram, por certo, boas parelhas, mas, com  
“effeito os Miguelistas, felizmente para D.  
“Pedro, fizeram um pouco mais que seus an-  
“tagonistas, e por isso levaram a palma no

“jogo, isto é, perderam.” Por esta mesma occasião, o Comodoro, com a franqueza que o distingue, censurou severamente a conducta dos Pedristas para com seus contrarios, e os excessos inauditos á sua vista d'elle mesmo praticados nas proprias ruas de Lisboa contra os Miguelistas. A isso elle attribuia, e com boa razão, o não se terem amalgamado muito mais os dous partidos até hoje; e a esse respeito repetiu os bons conselhos que elle proprio tinha dado a D. Pedro (mas que nem este nem os seus tomaram). Assim a Providencia o quiz; no mesmo *Ganha-perde* que o Governo e Partido de El-Rei jogaram antes com tanta destreza e acerto, juraram as facções Coburguistas de tirar a mais completa desforra; não se limitando só a fazer muito mais asneiras do que nós nunca fizemos, mas adornando e variando estas com toda sorte de atrocidades e vandalismos—que, já se vê, ficam-bem a matar n'uma horda que tanto se apregoára de Liberaes, de Philantropicos, e de Civilizadores! Quem tivér sobre isto duvidas, lembre-se dos milhares de assassinatos, da desecração dos templos, da destruição dos monumentos antigos e historicos, da cholda-bolda feita com os livros, manuscritos, e documentos das mais nobres bibliothecas, etc., etc., etc.!

Londres, 9 de Julho, 1844.

## INCLUENCIA NA CARTA PRECEDENTE

Londres, 30 de Novembro, 1836.

---

Prudenter et caute.—ELIUS SPARTIAN., *Hadrian.*

---

Illmos. Srs. Redactores do \* \* \*.—Acabamos de receber esta manhã o No.— do seu excellente periodico, que tivera a bondade de remeter-nos um Amigo nosso. Não só n'este numero, mas nos precedentes, têm VV. SS. tão zelosa e habilmente advogado a causa da Legitimidade Portuguezá, que merecendo por isso os maiores elogios, têm ao mesmo tempo prestado á nobre causa dos bons principios os mais importantes serviços, que eu terei sempre a maior satisfação em testemunhar e acreditar na presença de Sua Magestade, e em toda parte onde convier.

Porem, para que estes serviços sejam mais proveitosos e efficazes ainda, cumpre evitar certos inconvenientes, que podem ter resultados prejudiciaes ao mesmo fim por que todos trabalhamos. N'este mesmo numero mencionado, o que se diz na primeira pagina, relativo ao Ministerio Francez, é um pouco inconsiderado:

não nos convem de sorte alguma offender, ou manifestar sentimentos quaesquer de hostilidade ou desprezo, ou ridiculo, ao Governo de Luiz Filipe; mas antes lisongear-o discretamente, segundo o espirito de certas instrucções que em Julho e Setembro passados para ali transmitti, e cuja substancia entendo haverá sido communicada a VV. SS.

Espero pois, que para o futuro VV. SS. tenham cuidado em nada escrever contra o Rei dos Francezes, ou seu Governo, qualquer que seja o Ministerio que o sirva. Precisamos não desfazer com uma das mãos o que com outra fazemos; e hoje o atacar de qualquer modo a França, ou o seu Governo, só pode ter para nós funestas consequencias: em quanto o lisongear-mol-os discretamente, e o marcarmos com o merecido elogio a differença de conducta do Gabinete Francez e do Britanico, é da maior utilidade, por motivos que nem me é possível nem seria discreto desenvolver aqui; mas espero que VV. SS. me acreditem sobre palavra.

Tudo quanto se diga e se escreva geralmente contra intervenções, contra influencias estrangeiras em nossos negocios e paiz, é muito util; quanto se diga tambem de factos e procedimentos dos agentes, forças, ou confidentes do Governo Britanico, provando que elles se intrometteram, aconselharam, e cooperaram, etc., para o restabelecimento da Carta, é igualmente mui proveitoso. Deve porem fazer-se esta dis-

tincção, e assoalhal-a quanto se possa: Que a nossa indisposição não é contra a Nação ou Povo Inglez indistinctamente; mas contra a intromettencia do Governo Britanico, ou dos *individuos Inglezes* quaesquer, em nossos negocios internos, contra o Direito das Gentes, e contra os principios da independencia das nações, sancionados pelo Direito Publico Universal, reconhecido por todo o mundo politico, etc.

Faço estas linhas muito á pressa (faltando-me o tempo para escrever com mais vagar) por causa da importancia da materia, para se evitar um inconveniente que nos pode ser fatal; e não querendo, por isso, demorar o remedio preventivo, segundo a prudentissima regra do—

Principiis obsta, sero medicina paratur,  
Cum mala per longas invaluere moras.

De VV. SS.

muito attento venerador e criado,

A. R. SARAIVA.

